



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**CÉLIO CHAVES EDUARDO FILHO**

**JUVENTUDES E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM UM MUNICÍPIO DE  
GRANDE PORTE DO ESTADO DE PERNAMBUCO: UMA AVALIAÇÃO DO  
TRABALHO SOCIOASSISTENCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

**FORTALEZA**

**2024**

CÉLIO CHAVES EDUARDO FILHO

JUVENTUDES E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM UM MUNICÍPIO DE  
GRANDE PORTE DO ESTADO DE PERNAMBUCO: UMA AVALIAÇÃO DO  
TRABALHO SOCIOASSISTENCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Avaliação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas

Orientadora: Prof. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- E1j Eduardo Filho, Célio Chaves.  
Juventudes e a Política de Assistência Social em um município de grande porte do estado de Pernambuco : uma avaliação do trabalho socioassistencial na Proteção Social Básica / Célio Chaves Eduardo Filho. – 2024.  
162 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.
1. Sistema Único de Assistência Social - SUAS. 2. Proteção Social Básica - PSB. 3. Juventudes. 4. Vulnerabilidade e risco social. I. Título.

CDD 320.6

---

CÉLIO CHAVES EDUARDO FILHO

JUVENTUDES E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM UM MUNICÍPIO DE  
GRANDE PORTE DO ESTADO DE PERNAMBUCO: UMA AVALIAÇÃO DO  
TRABALHO SOCIOASSISTENCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas.

Aprovada em 24/05/2024

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Angela de Alencar Araripe Pinheiro  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Eliana Costa Guerra  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

## **AGRADECIMENTOS**

Aprendi com Gonzaguinha que é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá e, por esse motivo, acredito que essa pesquisa é fruto não só do meu trabalho, mas também de quem me acompanhou nessa trajetória. Frente à essa ideia, inicio agradecendo imensamente à professora e orientadora Alba, e também à professora Nazaré, Vânia e todos que compõem o MAPP - UFC, pela oportunidade de voltar a me aventurar pelos espaços acadêmicos, depois de tanto tempo em que saí para o mundo. Meu muito obrigado também à minha mãe, meu pai e ao irmão Bruno, por todo o cuidado e carinho nessa vida. Mesmo distantes de maneira geográfica, continuam sendo minha grande fortaleza.

Agradeço às grandes amigas Carol, Bruna, Rafa, Milayne e Julianna que me incentivam a continuar acreditando nos sonhos, mesmo quando o destino coloca obstáculos que nos parecem difíceis de superar. Meu muito obrigado também ao Victor, que me incentivou diariamente a fazer o mestrado em plena pandemia e me ajudou a colocar no papel ideias que só existiam em conversas e em um imaginário até então distante.

Devo mencionar ainda meu muito obrigado ao Marquinhos, Débora, Edjane, Wliane, Dayana, Mauriceia e Luciana, amigos e amigas que Pernambuco e Caruaru me trouxe. E também meu muito obrigado ao Dionísio, que me acolheu, me fez seguir em frente e acreditar nos horizontes que a pesquisa e a ciência são capazes de expandir.

Também quero agradecer à Sarah, pela companhia em momentos de ansiedade, de ajuda mútua e de risadas que tornaram esta caminhada pelo MAPP mais serena. Por fim, também sou grato às equipes dos CRAS Centenário e CRAS Salgado, além dos Centros de Convivência Irmã Werburga, Fernando Lyra e Salgado, que apesar das dificuldades da vida e dos desafios que envolvem o trabalho no SUAS, me acolheram tão bem e seguem a cada dia mantendo erguido o sonho de um mundo com mais justiça social.

“Decidir é romper e, para isso, preciso  
correr o risco”

Paulo Freire

## RESUMO

Esta pesquisa avalia o trabalho das equipes de Proteção Social Básica (PSB) que atuam em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Convivência em Caruaru - PE, focando na garantia de direitos sociais para jovens em situação de vulnerabilidade. Mais especificamente, assumimos como objetivos identificar o perfil dos profissionais, descrever as ações oferecidas aos jovens, compreender como os profissionais representam as demandas das juventudes e avaliar novas estratégias de atenção aos jovens. Utilizando a metodologia de Avaliação em Profundidade, a análise se concentra em quatro campos principais: análise de contexto, análise de conteúdo, trajetória institucional e espectro temporal e territorial da política de Assistência Social. Como marcadores teóricos abordamos três categorias principais: as desigualdades sociais, as juventudes e a assistência social. Para essa pesquisa foram utilizadas análises documentais, grupos focais, questionários e entrevistas com nove profissionais que compõem as equipes e atuam com os jovens. Os resultados desta avaliação destacam desafios para a materialização do trabalho que incluem precarização do trabalho, fragilidades na estrutura dos equipamentos e no apoio pedagógico fornecido aos profissionais e distanciamento dos profissionais quanto aos caminhos percorridos e modos de viver e ver o mundo das juventudes periféricas. Nesse contexto, conclui-se que é crucial adotar uma visão crítica do trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e na Proteção Social Básica, visando promover a autonomia e o desenvolvimento integral dos jovens que habitam as periferias dos territórios investigados, e para tanto, entendemos que é necessário repensar as práticas socioassistenciais e garantir condições adequadas de trabalho a quem atua nesses serviços.

**Palavras-chave:** Sistema Único de Assistência Social - SUAS; Proteção Social Básica - PSB; juventudes; vulnerabilidade e risco social.

## ABSTRACT

This research evaluates the work of Basic Social Protection (PSB) teams operating in Social Assistance Reference Centers (CRAS) and Community Centers in Caruaru - PE, focusing on ensuring social rights for young people in situations of vulnerability. More specifically, our objectives include identifying the profile of professionals, describing the actions offered to young people, understanding how professionals represent the demands of youth, and evaluating new strategies for youth attention. Using the methodology of In-Depth Evaluation, the analysis focuses on four main fields: context analysis, content analysis, institutional trajectory, and the temporal and territorial spectrum of Social Assistance policy. As theoretical markers, we address three main categories: social inequalities, youth, and social assistance. For this research, documentary analysis, focus groups, questionnaires and interviews with nine professionals who make up the teams and work with young people were used. The results of this evaluation highlight challenges for the realization of work, including the precariousness of work, weaknesses in the structure of equipment and pedagogical support provided to professionals, and the professionals' detachment from the paths taken and ways of living and seeing the world of peripheral youth. In this context, it is concluded that it is crucial to adopt a critical view of work in the Unified Social Assistance System (SUAS) and in Basic Social Protection, aiming to promote the autonomy and integral development of young people who inhabit the peripheries of the investigated territories. Therefore, we understand that it is necessary to rethink socio-assistance practices and ensure adequate working conditions for those who work in these services

**Keywords:** Unified Social Assistance System - SUAS; Basic Social Protection - PSB; youth; vulnerability and social risk.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Permabuco.....	21
Figura 2 - Mapa da Feira de Caruaru .....	23
Figura 3 - Rio Ipojuca .....	25
Figura 4 - Artesanato de barro em Caruaru .....	27
Figura 5 - Fachada do Centro de Convivência Fernando Lyra.....	72
Figura 6 - Facção que produz peças de calças jeans .....	110

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados Sociodemográficos de Caruaru.....	25
Quadro 2 - Quantidade de técnicos de nível por superior por CRAS .....	64
Quadro 3 - Território adscrito do CRAS Centenário .....	68
Quadro 4 - Composição da equipe técnica do CRAS Centenário .....	69
Quadro 5 - Equipe técnica Centro de Convivência Irmã Werburga.....	70
Quadro 6 - Território adscrito CRAS Salgado .....	70
Quadro 7 - Composição da equipe CRAS Salgado.....	71
Quadro 8 - Composição da equipe Centro de Convivência Fernando Lyra .....	72
Quadro 9 - Composição da equipe do Centro de Convivência Salgado .....	73
Quadro 10 - Metodologia da pesquisa .....	83
Quadro 11 - Distribuição das principais categorias de análise .....	85
Quadro 12 - Profissionais que atuam com as juventudes nas unidades .....	89
Quadro 13 - SCFV e Medidas Socioeducativas em meio aberto de Caruaru .....	114
Quadro 14 - Principais ações desenvolvidas com os jovens nas unidades .....	129

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Avaliação em Profundidade
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MP	Medida Provisória
OMS	Organização Mundial da Saúde
PE	Pernambuco
PMC	Prefeitura Municipal de Caruaru
PSB	Proteção Social Básica
PSDB	Partido Social Democrata Brasileiro
PSE	Proteção Social Especial
PT	Partido dos Trabalhadores
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCI	Terapia Comunitária Integrativa
UBASF	Unidade Básica de Saúde da Família
UGP-PV	Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências na Juventude

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>À GUISA DE INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1.1</b>	<b>O Pesquisador E A Escolha Da Temática</b> .....	<b>12</b>
<b>1.2</b>	<b>Percursos Na Construção Do Objeto Investigado</b> .....	<b>15</b>
<b>1.3</b>	<b>O Objeto Investigativo Nas Tessituras Da Teoria E Empiria</b> .....	<b>16</b>
<b>1.4</b>	<b>Relevância E Pertinência Da Pesquisa Avaliativa Em Foco</b> .....	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>CARUARU: A VIDA QUE PULSA NO AGRESTE PERNAMBUCANO</b> .....	<b>21</b>
<b>3</b>	<b>DESIGUALDADES SOCIAIS NO CONTEXTO DA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA</b> .....	<b>30</b>
<b>3.1</b>	<b>As Desigualdades Sociais Na Contemporaneidade</b> .....	<b>33</b>
<b>3.2</b>	<b>Juventudes Nas Tessituras Das Desigualdades Sociais</b> .....	<b>39</b>
<b>4</b>	<b>JUVENTUDES COMO PÚBLICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> .....	<b>41</b>
<b>4.1</b>	<b>Panorama Da Juventude No Brasil</b> .....	<b>42</b>
<b>5</b>	<b>A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: DA FILANTROPIA AO DIREITO SOCIAL</b> .....	<b>49</b>
<b>5.1</b>	<b>Os Primórdios Das Políticas Sociais No Brasil</b> .....	<b>49</b>
<b>5.2</b>	<b>A Constituição Federal De 1988 E A Assistência Social Como Direito</b> ....	<b>53</b>
<b>5.3</b>	<b>A Assistência Social Na Era Fhc: De 1995 A 2002</b> .....	<b>55</b>
<b>5.4</b>	<b>A Criação Do Suas E A Era Pt: De 2003 A 2015</b> .....	<b>56</b>
<b>5.5</b>	<b>A Política De Desmonte Na Era Temer/Bolsonaro Pós-Golpe De 2016</b> ....	<b>58</b>
<b>5.6</b>	<b>Os Dias Atuais: O Governo Lula 3 Fundado Em Uma Frente Ampla Na Reconstrução Da Democracia</b> .....	<b>61</b>
<b>5.7</b>	<b>A Proteção Social Básica No Brasil</b> .....	<b>63</b>
<b>5.8</b>	<b>A Proteção Social Básica Em Caruaru</b> .....	<b>66</b>
<b>5.8.1</b>	<b>Território Do Cras Centenário</b> .....	<b>67</b>
<b>5.8.2</b>	<b>Território Do Cras Salgado</b> .....	<b>70</b>
<b>6</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>74</b>
<b>6.1</b>	<b>Análise De Conteúdo</b> .....	<b>76</b>
<b>6.2</b>	<b>Análise De Contexto</b> .....	<b>77</b>
<b>6.3</b>	<b>Trajectoria Institucional</b> .....	<b>78</b>
<b>6.4</b>	<b>Espaço Temporal E Territorial</b> .....	<b>81</b>

<b>7</b>	<b>A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM CARUARU E O TRABALHO SOCIOASSISTENCIAL COM AS JUVENTUDES.....</b>	<b>84</b>
<b>7.1</b>	<b>Quem São Os Profissionais Da Proteção Social Básica De Caruaru? ....</b>	<b>88</b>
<b>7.2</b>	<b>Como A Psb Percebe E Atua Com As Juventudes? .....</b>	<b>106</b>
<b>7.2.1</b>	<b>Atividades Desenvolvidas com as Juventudes no Contexto da PSB .....</b>	<b>126</b>
<b>7.3</b>	<b>Desafios Para O Trabalho Socioassistencial Com As Juventudes.....</b>	<b>133</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>138</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>142</b>
	<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL BÁSICO DOS PROFISSIONAIS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA .....</b>	<b>152</b>
	<b>APÊNDICE B - QUESTÕES NORTEADORAS DOS GRUPOS FOCAIS COM PROFISSIONAIS QUE INTEGRAM A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR E NÍVEL MÉDIO).....</b>	<b>154</b>
	<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE ESTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PROFISSIONAIS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....</b>	<b>155</b>
	<b>APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>157</b>

## 1 À GUIA DE INTRODUÇÃO

### 1.1 O pesquisador e a escolha da temática

A atuação de psicólogos e psicólogas no campo das políticas públicas, e no caso aqui apresentado, na assistência social, deve estar sempre comprometida com a construção de práticas que valorizam a transformação social e a emancipação humana (CREPOP, 2021).

Tendo essa referência como farol para a minha formação enquanto psicólogo e trabalhador do SUAS durante boa parte da minha história profissional, inicio este trabalho revelando os caminhos que percorri para chegar ao atual desenho do estudo aqui apresentado. Busco com esta proposta construir uma produção científica no campo da Avaliação em Políticas Públicas, com a finalidade de oferecer materialidade diante da relação que, ao longo dos anos, constituí com o campo da Assistência Social e das juventudes. Nesta perspectiva avaliativa, pretendo problematizar importantes desafios aos quais eu e tantos outros profissionais, país afora, enfrentam para a efetivação do trabalho no campo das políticas públicas e, em especial, na Política de Assistência Social e com as juventudes brasileiras.

Inicio esta narrativa com a afirmação de que o trabalho comunitário e o campo da assistência social sempre estiveram presentes no meu fazer e na minha formação na Psicologia. Ainda na Universidade Federal do Piauí (UFPI), ao cursar Psicologia, tive a oportunidade de fazer os estágios curriculares em uma Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) e em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no interior do Piauí. Lá pude percorrer importantes caminhos que me inquietaram e ajudaram a estabelecer a trajetória profissional que escolhi ter ao longo da minha carreira.

Logo após a conclusão da graduação, busquei o programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade para continuar alinhando o trabalho comunitário com um método formativo que fosse capaz de me oferecer importantes ferramentas para exercer uma atuação comprometida com o desafio ético e político presente no campo da Psicologia. Foram dois anos de andanças, dessa vez pelo litoral do Ceará, capazes de me tirar dos tradicionais *settings* terapêuticos ainda tão presentes no fazer clínico das ciências psicológicas. Aqui, o controle da clínica, por muitas vezes, foi substituído pelo alpendre de uma casa ou pela sombra de um pé

de manga, que quase sempre tinham a função de acolher e apaziguar o calor escaldante do sertão cearense.

Durante esse período, ainda estive comprometido com a formação em Terapia Comunitária Integrativa (TCI), que é uma metodologia de roda de conversa, nascida no Ceará e criada por Adalberto Barreto, voltada para o desenvolvimento de redes comunitárias solidárias, onde pessoas em grupos discutem assuntos vitais relacionados a questões emocionais e afetivas, buscando, através da escuta ativa e da fala circular exercer seu protagonismo na resolução de situações cotidianas relacionadas às suas vidas. Com a experiência, pude aprender mais sobre a potência dos movimentos coletivos e comunitários para a produção de autonomia e protagonismo dos seus participantes na tomada de decisões.

Após esse período, ainda em 2015, retorno ao Piauí e passo a atuar diretamente no campo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Já de início, encaro grandes desafios impostos ao trabalho efetuado no CRAS, quais sejam: precarização de vínculos trabalhistas, com profissionais substituídos a todo momento; intensificação da violência urbana; permanente escassez de materiais e insumos; a quase ausência de apoio pedagógico e a estrutura física precária dos equipamentos.

Mesmo diante de tantas intempéries, segui o caminho de tantos outros profissionais Brasil afora e continuei acreditando na potência da Assistência Social como política protetiva e produtora de vida. Ainda que com pouco a oferecer, a vida no CRAS insistia em pulsar e as unidades quase sempre encaravam atividades coletivas com presença significativa dos seus usuários. Grupos de crianças, jovens, idosos e mulheres eram figuras sempre presentes nas instituições em que trabalhei no contexto piauiense.

Assim, em meio a uma contraditória realidade social, que afetava também os trabalhadores da assistência social, pude vivenciar meus primeiros anos de carreira profissional. Quase quatro anos depois e em busca de melhores condições de vida e de uma maior estabilidade no trabalho, transfiro-me para Sobral, município localizado no norte do Ceará, onde pude me debruçar em um novo campo de trabalho que, desta vez, objetivava uma atuação intersetorial, voltada para a proteção e prevenção de violências nas juventudes.

Minha atuação na Unidade de Gerenciamentos de Projetos de Prevenção às Violências na Juventude (UGP-PV), ação esse que está inserida na Secretaria de Assistência Social de Sobral, abriu portas para que eu pudesse estar mais próximo

das demandas e interesses que permeiam as juventudes, principalmente aquelas que estão mais a margem no acesso a direitos sociais básicos, bem como na atenção das políticas públicas sociais.

Foi nesse trabalho que pude chegar onde antes não conseguia caminhar através da estrutura de outros equipamentos institucionais, a exemplo do CRAS. Por meio de ações como a busca ativa e construção de linhas de cuidado de jovens que nem trabalhavam e nem estudavam (os conhecidos “*nem-nem*”), em pontos de alto índice de violência e forte presença de facções criminosas na cidade, tive a possibilidade de enxergar a necessidade de reinventar outros modos de agir e de produzir cuidado junto às juventudes periféricas da região.

Aproximar-me das práticas cotidianas das juventudes, em suas mais diversas formas de expressão, sejam elas “faccionadas”, evangélicas, candomblecistas, atletas ou artistas, me fez repensar o lugar das ações institucionalizadas e adultocêntricas pensadas para os jovens, que se apresentam como pouco atrativas, afastando esse público das intervenções das políticas públicas, a exemplo do trabalho desenvolvido pelo CRAS.

Diante desse contexto, atentei para a necessidade de produzir um novo olhar para o trabalho com as juventudes, como urgência para desfazer o fosso existente entre as práticas desenvolvidas nos equipamentos sociais e a realidade que está sendo escrita para além dos muros das instituições.

Após pouco mais de um ano na UGPPV volto ao CRAS, no mesmo território em que atuava. Só que, desta vez, mais sensível às demandas das juventudes e com novas ideias para o trabalho protetivo junto a esse público. A partir daí, tenho em vista estudar as trajetórias dos jovens que passaram pelo CRAS, explorando uma compreensão mais próxima das realidades por eles vividas e redescobrimo os encontros e desencontros que geraram seu afastamento de políticas como a Assistência Social.

Mesmo com a forte identificação com o trabalho no SUAS, em busca de melhores condições de trabalho, em 2017, fiz um concurso para o Tribunal de Justiça de Pernambuco. Diante de questões institucionais, só fui chamado no ano de 2022 para atuar na instituição. Hoje, agora como psicólogo da Vara da Infância e da Juventude no município de Caruaru - Pernambuco, continuo trabalhando na garantia de direitos e de proteção às juventudes, principalmente aquelas que estão em maior situação de vulnerabilidade e risco social. Nesse cenário, tenho tido contato

permanente com jovens que têm seus direitos violados e não têm garantido pelo Estado ou pela sociedade condições saudáveis que garantam seu pleno desenvolvimento.

E é atuando em contato diário com essa realidade, que reafirmo a crença na potência do CRAS como importante espaço garantidor de proteção e de cuidado das juventudes, por acreditar que o fortalecimento de ações protetivas e preventivas de situações de vulnerabilidades sociais são necessárias para prover meios para que os jovens possam ter melhores condições de vida, adentrando em um futuro com maiores oportunidades.

## 1.2 Percursos na construção do objeto investigado

O estudo inicialmente proposto visava avaliar o trabalho realizado pelas equipes da Proteção Social Básica junto aos jovens que enfrentavam os desafios da violência urbana em Sobral, no estado do Ceará. A escolha por abordar a temática da violência surgiu da necessidade urgente de discutir essa realidade, que se fazia muito presente nas unidades dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e na vida dos jovens da região em que atuava.

Sobral é caracterizada pela significativa presença de facções criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho, que disputam o controle do tráfico de drogas no estado do Ceará, exercendo uma influência marcante sobre a população, especialmente entre as juventudes.

Diante da limitada disponibilidade de oportunidades no âmbito da formação profissional, da escassez de empregos, da necessidade de assegurar a própria subsistência e da atração pelo poder, entre outras circunstâncias, testemunhei a rotina de diversos jovens de baixa renda, residentes nas comunidades que eu acompanhava por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), integrando-se e associando-se a essas facções.

Minayo (2014), ao abordar diversas questões relacionadas à violência urbana, destaca um dos aspectos mais nefastos desse fenômeno no contexto pós-moderno: a inserção dos pobres e jovens na linha de frente do lucrativo mercado ilegal de drogas, atuando como mão de obra atraída pelo desejo de *status* e acesso a bens de consumo que o Estado não consegue assegurar.

Diante das situações de violências, tanto físicas quanto simbólicas, vividas por parte dos jovens da periferia de Sobral e de tantas outras cidades brasileiras, e do

papel da Assistência Social na constituição de uma rede de proteção às juventudes, compreendi que era preciso discutir como o campo da Proteção Social Básica poderia se aproximar dos processos de subjetivação das jovens no território e, assim, redescobrir o trabalho voltado para a proteção das juventudes em vulnerabilidade e risco social frente à violência urbana.

Todavia, com minha mudança para Caruaru, cidade que fica localizada no agreste do estado de Pernambuco, deparei-me com uma realidade diferente da que vivi no contexto de Sobral. Aqui, por mais que a violência urbana também impacte as juventudes locais, como ocorre em diversas outras realidades país afora, não encontro em meu fazer a urgência em centrar as discussões em torno da proteção aos jovens a partir do fenômeno das violências.

Percebo, no entanto, que as discussões que envolvem o cuidado e a atenção das juventudes na cidade estão predominantemente concentradas no campo da Proteção Social Especial (PSE), especialmente no cumprimento de medidas de socioeducação executadas pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Destacamos que, apesar das potencialidades percebidas no trabalho social executado pelo CRAS, essa dimensão de atenção é relegada a um segundo plano quando considerada, tanto no que se refere à oferta de práticas formativas pelo poder executivo local, quanto na definição de linhas de cuidado determinadas pelo judiciário para os diversos jovens em vulnerabilidade com os quais me deparo em minha prática diária.

Diante desse panorama, acredito na urgência de fortalecer as discussões relacionadas à atuação da Proteção Social Básica junto às juventudes locais. Isso se fundamenta na minha convicção sobre o potencial da Assistência Social, em particular dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), como um serviço destinado à proteção e à construção de novos projetos de vida.

### 1.3 O objeto investigativo nas tessituras da teoria e empiria

Tendo esse contexto em consideração, viso avaliar o trabalho desenvolvido por equipes que compõem os territórios de dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Caruaru - PE, voltado para a garantia de direitos sociais junto aos jovens em situação de vulnerabilidade e risco social.

Como objetivos específicos, buscamos identificar o perfil dos profissionais que atuam no trabalho social com as juventudes nestas unidades de assistência social; configurar as ações da Proteção Social Básica que são ofertadas para os jovens em situação de vulnerabilidade e risco social na Proteção Social Básica de Caruaru; compreender como os profissionais que atuam na PSB representam as demandas das juventudes em seus processos de trabalho; e por fim, delinear lacunas e desafios do exercício profissional junto às juventudes na proteção social básica.

Para adentrar nas concepções norteadoras dos/das profissionais que atuam na política de assistência social, entendemos que é preciso nos aproximarmos das dimensões constitutivas do trabalho desenvolvido no campo da proteção social básica, compreendendo como esse processo se expressa diante das juventudes, a partir das opiniões, crenças e valores atribuídos a este ciclo de vida e da realidade social vivida na conjuntura brasileira.

Pensar esse cenário em toda sua complexidade possibilita refletir sobre novas condutas que busquem romper com os diversos estigmas que carregam essa relação e orientar para a construção de um trabalho voltado para o fortalecimento do protagonismo das juventudes e de sua qualidade de vida.

Para identificar o perfil dos profissionais que atuam no trabalho social com as juventudes nos territórios dos CRAS Salgado e Irmã Werburga Steffell aplicamos questionários por meio dos quais analisamos dados sociodemográficos com as variáveis data de nascimento, sexo, cor/raça, orientação sexual, escolaridade, cargo, tempo na função e atividades que esses profissionais exercem na unidade em que atuam.

Frente à necessidade de compreender as ações da Proteção Social Básica ofertadas para os jovens em situação de vulnerabilidade e risco social nas instituições participantes desta pesquisa foi necessário, então, analisar o cronograma de trabalho e planejamentos das equipes, além da realização de entrevistas semi-estruturadas. Logo, por meio destes instrumentos de pesquisa, também esperamos compreender como esses profissionais representam as demandas das juventudes em seus processos de trabalho. Desta forma, com base nas estratégias descritas acima, objetivamos delinear lacunas e desafios do exercício profissional junto às juventudes na Proteção Social Básica.

Como lente teórica para orientar esta discussão, abordamos três categorias de análise principais, sendo elas as desigualdades sociais, as juventudes e a política

de assistência social. As discussões que envolvem esses campos nos possibilitam desvelar sobre as estruturas que delineiam o trabalho da Proteção Social Básica voltada para a proteção das juventudes que vivem em situação de pobreza.

#### 1.4 Relevância e pertinência da pesquisa avaliativa em foco

O interesse por esta pesquisa parte da minha experiência como psicólogo que trabalhou na política de assistência social por quase uma década no Piauí e no Ceará. Em minha atuação, pude conhecer diferentes trajetórias que passaram pelo CRAS, observar avanços importantes, mas também refletir sobre lacunas na execução dos serviços, seja pela falta de preparo para o exercício do trabalho socioassistencial, seja pela falta de estrutura ou mesmo pela descontinuidade na oferta de diversas atividades, diante da recorrente instabilidade que permeia a política de assistência social.

Ao longo desses anos, pude observar inúmeras dificuldades a serem enfrentadas para o fortalecimento desta política pública. Como um dos desafios primordiais para a execução do trabalho, destaco a efetivação de ações voltadas para as juventudes pobres, que estão mais vulneráveis e desprotegidas das garantias ofertadas pelo poder público e pela sociedade em geral.

Mesmo com os avanços legais nos últimos anos, como a promulgação da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente (1992) e do Estatuto da Juventude (2015), além da construção de diversos serviços, programas e projetos em diferentes áreas voltadas para a proteção social das juventudes, ainda há uma grande dificuldade para materializar ações que se aproximem das desiguais realidades e demandas deflagradas pelos jovens brasileiros (Ribeiro; Macedo, 2018).

Para diminuir esse distanciamento ainda hoje tão presente, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) se efetiva como um ator fundamental na possibilidade de construção das linhas de cuidado e de atendimento integral, voltadas para o enfrentamento das condições de desigualdade social e de situações de vulnerabilidade que afetam as juventudes. O equipamento desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar e na melhoria da qualidade de vida das pessoas que usam o serviço, dedicando-se a ações voltadas para a inclusão, prevenção de situações de risco, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e acesso a direitos e informação (Brasil, 2014).

Apesar da potencialidade percebida frente ao trabalho desenvolvido pelo CRAS, observamos que ainda é comum que as atividades promovidas junto aos jovens sejam permeadas por narrativas que incorporam, em sua definição, a crença das juventudes como um problema social que necessita ser controlado/domado/disciplinado. Como exemplo, percebemos a constante correlação das juventudes periféricas como produtoras da violência urbana.

Essa forma de pensamento ainda é amplamente difundida nos meios de comunicação e nos discursos da população em geral. Na sociedade brasileira, é comum que as juventudes, principalmente as pretas e pobres, sejam constantemente associadas à violência, quase sempre as apresentando como produtoras deste problema no cenário urbano brasileiro (Moraes, 2008).

Percebo, a partir da minha experiência de trabalho no CRAS, no contexto piauiense e cearense, que essa correlação materializada nos discursos é constantemente reproduzida por parte dos trabalhadores da assistência social. Como efeito dessa representação, em geral, há um afastamento dos profissionais frente à atuação junto às juventudes, que ainda são percebidas como um público de difícil manejo, que não se interessam pelos serviços e que mais atrapalham o andamento das unidades.

Sobre essa análise, concordamos com Abramo e Morin (1997), que alertam sobre os diversos programas que estão voltados para enfrentar os problemas sociais vividos pelas juventudes, mas que, na prática, entendem os próprios jovens como problemas que necessitam de intervenção para serem salvos e integrados à sociedade.

Takeiti (2011) explicita que é preciso aprofundar as discussões sobre as juventudes, para que não se caia na armadilha de naturalizar relações simplistas e estigmatizar fatores como a violência como componente elementar da vida dos jovens da periferia. Para a autora, mais do que situar a violência como parte da vida de jovens pobres, é preciso problematizá-la na sociedade atual para que seja possível aprofundar a compreensão sobre como se produzem outros mecanismos de invenção e criação da própria subjetividade.

Em uma pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, na qual foram efetuadas buscas relacionadas a estudos envolvendo o trabalho da Proteção Social Básica, utilizando os termos "Proteção Social Básica", "Proteção Básica" e "CRAS", encontramos os seguintes resultados a partir da leitura dos títulos

apresentados: foram identificados 665 trabalhos, entre dissertações e teses, dos quais, apenas 26 estudos apresentaram correlação dos termos pesquisados com o público de jovens ou adolescentes. Destes, 24 apresentavam alinhamento com reflexões voltadas para o trabalho com as juventudes na Proteção Social Básica, sendo que apenas 17 eram de publicações apresentadas nos últimos cinco anos.

Observa-se, com esta pesquisa, que mesmo identificando a prioridade da atenção a essa faixa-etária neste nível de proteção, o trabalho assistencial voltado para as juventudes na PSB ainda ocupa um papel secundário, mesmo nos campos de pesquisas acadêmicas.

A necessidade de produzir um olhar crítico frente às ações desenvolvidas no trabalho socioassistencial na Proteção Básica parte da necessidade de entender o CRAS como uma importante ação de política pública voltada para as juventudes, que busca garantir a proteção social desse ciclo de vida por meio de atividades que valorizam sua autonomia e seu desenvolvimento integral (Brasil, 2014).

Para obter um maior entendimento frente ao trabalho realizado pelo CRAS junto às juventudes, iniciaremos a produção apresentando o lugar de onde falamos, situando o município de Caruaru frente à realidade social vivida por seus moradores e pelas juventudes. A seguir, faço um breve levantamento sobre a história da Política de Assistência Social no Brasil, com a finalidade de refletir a intrínseca relação de seu desenvolvimento com os interesses políticos e econômicos que permeiam a construção do país. Abordaremos ainda sobre os princípios, diretrizes e organização do SUAS, para entender sobre fluxos e processos de trabalho desta gigantesca política social. E por fim, traçamos uma discussão teórica sobre a questão das juventudes, tentando desvendar aspectos importantes relacionados à realidade enfrentada pelos jovens do Brasil na atualidade.

Essa abordagem está alinhada com a necessidade de conduzir uma avaliação em profundidade, seguindo as etapas propostas por autores como Rodrigues (2008) e Gussi (2008). Esses autores fornecem orientações sobre os caminhos a serem percorridos para a efetivação desse tipo de avaliação, os quais serão abordados mais detalhadamente nos próximos passos metodológicos.

Diante do exposto, torna-se evidente a necessidade de aprofundar as discussões que norteiam as atividades no âmbito da Proteção Social Básica, destinada às juventudes dos territórios atendidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

## 2 CARUARU: A VIDA QUE PULSA NO AGRESTE PERNAMBUCANO

Partindo da compreensão de que as juventudes são frutos das condições objetivas vinculadas à economia, à política e à cultura do lugar onde habitam, reconhecemos a necessidade de ancorar nossos pensamentos na realidade local, sendo importante fincar os pés no chão e pensar o trabalho socioassistencial com os jovens a partir do espaço social, cultural, político e econômico ao qual nos conectamos, tal como reflete Leonardo Boff, quando diz que “a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam” (Boff, 2017).

Para tornar essa proposição possível, começo este capítulo apresentando Caruaru, cidade onde atualmente resido e trabalho, e proponho desenvolver o estudo aqui delineado. Desta maneira, iniciamos destacando que Caruaru é um município situado na mesorregião do Agreste de Pernambuco, a uma distância de aproximadamente 130 km da capital do estado, Recife. Possui uma população de cerca de 375 mil habitantes, conforme dados apresentados pelo Censo IBGE de 2022.

Figura 1 – Mapa de Pernambuco



Fonte: Sesc Caruaru. Disponível em: <https://www.sescpe.org.br/unidades/sesc-caruaru/>  
Acesso em: 20 fev. 2023

Fundada em 18 de maio de 1857, a cidade é considerada um polo regional de grande importância para o interior de Pernambuco e do Nordeste, reconhecida nacionalmente por suas obras de artesanato, suas festividades vibrantes e pela efervescência do seu comércio. (Tabora Júnior, 2013).

Apesar da importância e destaque quanto aos aspectos mencionados, a cidade enfrenta desafios significativos no que se refere às questões sociais, que incluem altos níveis de desigualdade, o surgimento de regiões com grande número de

moradias precárias e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,677, classificado como médio, ficando próximo da média do estado de Pernambuco (0,673) e abaixo do índice do Brasil (0,754).

Para se ter uma ideia da dimensão dos problemas sociais vividos pela cidade, observamos o levantamento de informações realizado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, que abordou sobre os desafios sociais enfrentados por diversas cidades brasileiras. Nessa análise, quando são considerados apenas os municípios com mais de 200 mil habitantes em todo o país, foi possível perceber uma realidade alarmante, onde Caruaru figura entre as 10 cidades com os piores IDHs do país (Cognatis, 2022).

Sobre esse dado, é importante apresentar que o IDH avalia condições não apenas relacionadas à renda da população, mas questões como acesso à educação e expectativa de vida. Diante desse contexto, observamos que a posição alcançada por Caruaru indica uma série de desafios sociais e econômicos impostos à cidade que necessitam de uma atenção urgente de políticas públicas que promovam a melhoria da qualidade de vida de sua população.

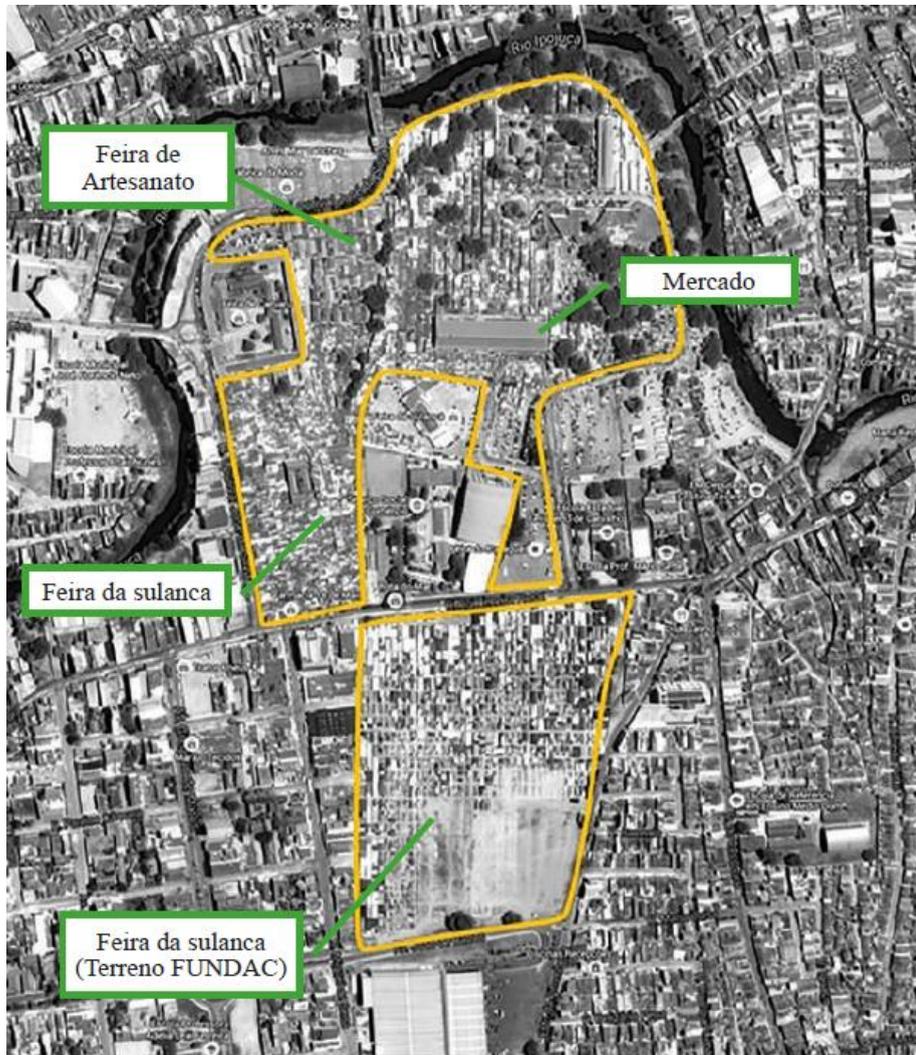
Mesmo com os desafios que se relacionam à essa condição, da qual nos debruçaremos a descortinar durante esse estudo, começaremos apresentando potencialidades que dão destaque à cidade. De início, citamos que os setores de comércio e de serviços desempenham papéis fundamentais que impulsionam e movimentam a economia local. Sobre esse aspecto, é importante citarmos que a cidade é especialmente conhecida pelo conjunto de diversas feiras que compõem a famosa Feira de Caruaru, considerada um dos maiores espaços de comércio ao ar livre do país e referenciada como patrimônio imaterial pernambucano.

Suas atividades comerciais, imortalizadas pela música “Feira de Caruaru”, composta por Onildo Almeida em 1957 e popularizada pela voz do rei do baião, Luiz Gonzaga, continuam a atrair pessoas de toda a região Nordeste e de várias partes do Brasil em busca de sua ampla variedade de produtos, como roupas, calçados, artesanatos, produtos para o lar, entre outros.

Referente à feira, também é preciso destacar que seu impacto é tamanho que se reflete na rotina e nos projetos de vida da população local, uma vez que o comércio da cidade desempenha um papel significativo como um dos principais geradores de renda e emprego para os moradores da região, tanto diretamente quanto indireta. Conforme a associação que administra o local, a feira contava, no ano de

2016, com cerca de 10 mil bancas cadastradas, além de centenas de outros barracos e bancas informais que operam por toda sua região (Vaz, 2016)<sup>1</sup>.

Figura 2 Mapa da Feira de Caruaru



Fonte: Prefeitura de Caruaru. Disponível em: <https://www.sesce.org.br/unidades/sesc-caruaru/>  
Acesso em: 30 de abr. 2024

Diante de sua magnitude e da importância da feira na operação de projetos de vida da população local, ilustramos sobre sua influência a partir do que é apresentado por Silva (2020), que descreve:

A feira modifica o dia e a vida de qualquer pessoa, ninguém passa ileso, mesmo que você não dependa diretamente dela. Quem mora na cidade de Caruaru, por exemplo, já sabe que em dia de feira da Sulanca, tem que sair

<sup>1</sup> Importante destacar o constante crescimento do conglomerado de feiras que compõem a feira de Caruaru. Contudo, não foram localizados dados mais recentes que determinem seu tamanho atual.

mais cedo de casa, se não quiser chegar atrasado ao trabalho; tem de mudar o percurso, pois provavelmente o trânsito estará caótico no centro da cidade e imediações (p.21).

Notamos que apesar do destaque conquistado pelo comércio centrado na feira, seja na venda de confecções e outros produtos ou mesmo pela produção têxtil dos diversos fabricantes domiciliares espalhados por toda a cidade impulsionados por ela, essa cadeia produtiva forma uma complexa rede que caracteriza Caruaru como um município com uma forte prevalência de trabalho no âmbito da informalidade (Tabosa Júnior, 2013).

A situação apresentada resulta em uma alta incidência de vulnerabilidade dos trabalhadores locais e contribui significativamente para o agravamento das desigualdades sociais na região. Diante dessas circunstâncias, mais uma vez, a presença e atuação de políticas públicas sociais se destaca como necessária, para garantir a proteção social e a inclusão econômica dos grupos que estão em maior vulnerabilidade, visando reduzir as distinções sociais existentes e promover um desenvolvimento mais equitativo para a população local.

Para atender às diversas demandas que atravessam a vida da população, a cidade de Caruaru conta com uma ampla rede de serviços públicos, dos quais se destacam: no âmbito da saúde, 72 unidades básicas de saúde, com uma cobertura de 82,8% de Equipes de Saúde da Família (ESF) e 79% de cobertura de Agentes Comunitários de Saúde (ASC) em todo o território da cidade, de acordo com dados fornecidos pela secretaria de saúde local; no que se refere à Política de Assistência Social, a cidade conta com 10 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, 6 Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 2 Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, 1 Centro para População em Situação de Rua, além de 6 Unidades de Acolhimento, que atendem a crianças, adolescentes, jovens e pessoas em situação de rua, de acordo com dados do ano de 2024 que estão presentes no CadSUAS; e na educação, a cidade possui 114 escolas públicas de ensino fundamental, 31 Centros de Educação Infantil e 62 escolas de ensino médio, também públicas, de acordo com informações fornecidas pela secretaria de educação local. Ainda nesse setor, no que refere ao ensino superior, há duas universidades públicas, sendo uma estadual (UPE) e outra federal (UFPE).

Apesar da extensa rede, percebe-se que permanecem problemas sociais graves que afetam boa parte da população. Além da questão relacionada ao trabalho

informal, observamos que a cidade enfrenta precárias condições na oferta de serviços públicos como educação, assistência social e saúde, dados alarmantes referentes à violência urbana, frágil acesso a saneamento básico, poluição, entre outras questões que afetam a vida de quem vive na cidade.

Figura 3 Rio Ipojuca



Fonte: Portal de Notícias G1 Caruaru Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2023/05/09/dia-do-rio-ipojuca-rio-e-considerado-o-terceiro-mais-poluido-do-brasil.ghtml>  
Acesso em: 20 fev. 2024

Para podermos ter maior clareza quanto a essas condições, apresentamos, a seguir, um quadro com alguns dos indicadores que representam a realidade social vivida pela população de Caruaru e sua evolução nos últimos anos, de acordo com informações presentes no Atlas de Desenvolvimento Humano:

QUADRO 1 - Dados Sociodemográficos de Caruaru

População: 375 mil habitantes (Fonte: Censo 2022)			
Dado/Ano	2000	2010	2022
IDH	0,558	0,677	Sem dado
Expectativa de vida	67,36	72,96	Sem dado
Mortalidade infantil	47,66	18,66	13,17
Famílias em situação de extrema pobreza	9,96%	5,66%	Sem dado
Famílias em situação de pobreza	28,89%	16,31%	Sem dado

Famílias vulneráveis à pobreza	55,04%	39,22%	Sem dado
--------------------------------	--------	--------	----------

Fonte: IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano – Alterado pelo autor.

Disponível em: <https://www.atlasbrasil.org.br/>

Acesso em 18 de abr. 2024

A partir desses dados, percebemos que aconteceram importantes avanços desde o início dos anos 2000. Contudo, permanecem desafios significativos que envolvem a melhoria na qualidade de vida, de renda e de acesso a serviços públicos de qualidade. Compor uma agenda voltada para a transformação das condições sociais apresentadas na cidade se apresenta como uma atitude necessária e urgente.

Abordadas essas condições, é preciso apresentar que Caruaru também se desponta por sua riqueza cultural. O primeiro aspecto que destacamos se refere ao artesanato em barro, sendo uma tradição artística muito significativa no agreste pernambucano. A riqueza desse material desempenha um papel importante na identidade cultural da cidade. A produção dos ceramistas da região, que teve como grande expoente Mestre Vitalino<sup>2</sup>, remonta a muitas gerações, passando de pai e mãe para filho e filha, mantendo a tradição viva ao longo dos anos e sendo um importante meio de sustento para diversas famílias da região.

Através desta expressão cultural, são produzidas diversas peças como jarros, panelas, potes, bonecos e esculturas que representam condições da vida rural nordestina, incluindo cenas cotidianas, festas, danças, músicas e outros elementos culturais do nordeste brasileiro.

---

<sup>2</sup> Mestre Vitalino foi um grande personagem ceramista da região de Caruaru e do Alto do Moura, tornando-se um dos maiores nomes do artesanato popular brasileiro e um dos grandes mitos do Nordeste. Sua importância é tamanha, que ainda hoje o artista é o único artista brasileiro a ter uma série de trabalhos pertencentes ao acervo permanente do Museu do Louvre, na França.

Figura 4 Artesanato de barro em Caruaru



Fonte: Acervo pessoal

Outro elemento cultural crucial para o reconhecimento da região são as festividades juninas, notadamente o famoso São João de Caruaru. Durante o período que compreende a festa, que ultrapassa a tradição do mês de junho, vários locais da cidade enfrentam transformações para receber turistas de diferentes partes do país que buscam conhecer e participar dos eventos na região. Estima-se que somente em 2023, ao longo do período em que as festas foram realizadas, mais de 3,6 milhões de pessoas tenham frequentado as atividades da programação de São João em Caruaru.

A imensidão do evento, que invoca o título de maior São João do mundo, também afeta a vida das pessoas que vivem nesse lugar, seja na expectativa pela programação e pelas festas que movimentam e mudam a cara da cidade, seja para conseguir uma renda extra por meio de práticas comerciais que mobilizam diversos setores da economia local. A importância do São João é tamanho para Caruaru, que as festividades já fazem parte da identidade da população e da própria cidade. É comum que, ao andar por Caruaru, vejamos ruas, casas e varandas de apartamentos com ornamentos e adereços que fazem referências às festividades juninas. Balões e bandeirolas por todos os lados não somente enfeitam toda a região, como indicam que o São João faz parte da vida das pessoas que habitam esse lugar.

Apresentado esses importantes elementos da cultura e da economia de Caruaru, expressam-se como desafios presentes neste trabalho pensar sobre uma cidade que possibilite o enfrentamento das desigualdades sociais em seu espaço

urbano e rural, promovendo os direitos das juventudes e fomentando seu direito à inclusão.

Apesar das necessidades expressas, as ações para enfrentar esses desafios encontram obstáculos políticos significativos. Caruaru está atualmente sob a gestão de uma administração pública caracterizada por uma posição política de centro. O prefeito atual, Rodrigo Pinheiro, filiado ao PSDB, sucedeu à ex-prefeita e atual governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, que também é membro do mesmo partido.

Sua administração tem sido alvo de críticas pela falta de investimento em políticas públicas sociais e culturais, fundamentais para estimular o desenvolvimento e a economia da região. Um exemplo recente dessa situação é a controvérsia em torno das festividades de São João da cidade. A prefeitura tem direcionado recursos para eventos que visam atrair um público mais amplo, muitas vezes privilegiando artistas de renome nacional em detrimento dos talentos locais e tradicionais que são parte integrante da identidade das festividades e contribuíram para torná-las um marco não apenas para a população local, mas também para o país.

Outro aspecto que evidencia a ausência de investimentos na cultura local é a crescente insatisfação dos artesãos do barro da região do Alto do Moura. Frequentemente, esses trabalhadores e artesãos são vistos em noticiários e redes sociais lamentando o completo descaso e a falta de investimento por parte das gestões municipal e estadual na cultura local. O Alto do Moura é reconhecido como uma das maiores atrações culturais de Caruaru e de Pernambuco, porém, a negligência das autoridades tem sido significativa, impactando negativamente a preservação e o desenvolvimento desse importante patrimônio cultural da cidade.

Além disso, no âmbito dos aspectos sociais, o cenário político atual tem contribuído para a precarização das políticas públicas oferecidas no município, especialmente na área de Assistência Social. Os investimentos da administração pública parecem negligenciar a manutenção e a qualificação dos equipamentos sociais voltados para a melhoria das condições de vida e garantia de direitos da população mais vulnerável. Ao longo desta pesquisa, destacaremos essa preocupante realidade e suas implicações para a comunidade do município.

Destacamos, diante desta realidade, que na cidade que apresentamos existem diversas outras cidades. Nesse sentido, quando falamos sobre Caruaru, pouco tratamos sobre a cidade que se verticaliza, constrói grandes shopping centers

ou de pessoas que vivem atrás de muros de grandes condomínios. Aqui, seguimos os passos de uma população que insiste em sobreviver, apesar das dificuldades impostas por um cenário urbano que por vezes é perverso e profundamente desigual.

Com base nas características que ajudam a apresentar a rica cultura e história de Caruaru, mas que também revelam uma realidade social contraditória, aprofundaremos as discussões voltadas para a compreensão quanto à vida dos jovens na cidade e o papel desempenhado pela proteção social básica voltada para garantia de direitos nessa fase da vida. Para contextualizar essa discussão, propomos, a seguir, explorar e discutir o campo das desigualdades sociais no cenário contemporâneo brasileiro.

### **3 DESIGUALDADES SOCIAIS NO CONTEXTO DA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA**

Antes de iniciar a discussão sobre as desigualdades sociais e como elas impactam nas vidas das juventudes brasileiras, precisamos antes compreender o que entendemos por desigualdade e como ela se expressa em nossa realidade atual. Para tanto, também se faz necessário voltar ao passado e compreender sobre questões históricas que caracterizaram a construção da sociedade brasileira até os dias atuais.

Desde o início da exploração e colonização pelos portugueses, o Brasil foi marcado por uma complexa mistura de culturas, etnias e classes sociais, que se refletem ainda hoje nas estruturas e nas dinâmicas de poder presentes. Contudo, a diversidade social marcante, longe de construir uma comunidade inclusiva e igualitária, gerou um cenário de profunda desigualdade que persiste de diferentes formas na realidade contemporânea do nosso país. (Schwarcz, 2015).

Um exemplo de como essa tessitura está enraizada em nossa construção histórica, podemos nos debruçar sobre a questão da escravidão. Por um período de mais de 300 anos, milhões de pessoas foram brutalmente arrancadas de suas terras natais e submetidas a condições desumanas de trabalho forçado nas culturas agrícolas, de mineração, entre outras atividades econômicas presentes naquela época.

O modelo de negócios que envolvia a escravidão se constituiu como um dos principais campos de sustentação da economia nacional, desde a época em que o país ainda era colônia, e deixou profundas marcas em nossa arquitetura social. Sobre esse aspecto, é importante destacar que, mais que apenas um esquema econômico da época, a escravidão se constituiu como uma estrutura responsável por alinhar relações sociais, políticas e culturais presentes no Brasil. Sobre esses arranjos, Souza (2022) declara que esse modelo de exploração foi responsável por enriquecer ainda mais a elite que detinha grandes posses de terras e de pessoas escravizadas, além de estabelecer uma estrutura de sociedade hierárquica e profundamente desigual.

Após o encerramento do comércio de escravos em 1850, embora teoricamente, o Brasil iniciou um processo gradual de transição do trabalho forçado para o livre. Esse período foi marcado por uma série de desafios políticos e

econômicos, nos quais o movimento abolicionista desempenhou um papel crucial. Ao longo da segunda metade do século XIX, a luta pela liberdade da população negra ganhou força, culminando na consolidação da abolição em 1888. Embora o sistema escravista tivesse vindo abaixo, os estigmas relacionados à população negra persistiam e ganhavam outros contornos neste novo contexto que se desenhava, agora de trabalho livre na república brasileira, frente ao progresso capitalista que operava em curso naquela época.

Nesta realidade, para os negros do final do século XIX e início do XX restavam apenas os postos de trabalho mal remunerados e menos escolarizados. Sem a criação de políticas públicas inclusivas e reparativas, as desigualdades históricas permaneceram e se acentuaram ainda mais no início do período republicano, deixando um marco de marginalização e exclusão para pessoas negras, que persistem na realidade brasileira até os dias atuais.

Não havendo, portanto, políticas de reparação para os egressos da escravidão, a formação do Estado-nação insistiu em “apagar” as marcas dos séculos de dominação de pessoas negras, fomentando, assim, a imigração europeia já existente no final dos anos de mil oitocentos.

Dessa forma, o país passou a ter uma política efetiva de embranquecimento com a imigração europeia, que atendia a então necessidade de ocupação dos postos de trabalho livres na nascente indústria brasileira, assim como em outras frentes do mundo do trabalho. O que afastava, em certa medida, a população egressa e descendente da escravidão, ficando, assim, à margem do país que ainda estava em recente formação, como destaca Theodoro (2008).

Sobre essa construção, refletimos que o desejo pela não reparação histórica por parte das elites dominantes é, inclusive, de fácil compressão. Considerar e reparar de alguma forma os egressos da escravidão era o mesmo que assumir a culpa pela execução de anos de um sistema brutal. Além disso, tal atitude poderia fazer com que esse estrato social renunciasse a parte dos seus privilégios conquistados. Portanto, essa atitude era vista como algo que estava fora da seara de interesse das elites, observado que o Brasil foi um dos últimos países da América a abolir a escravatura.

Diante desse aspecto, Madeira e Gomes (2018) afirmam que o caminho adotado pela classe dominante após a abolição foi de se “auto-silenciar” diante das barbáries que incorreram a escravidão e se utilizar do discurso de uma falsa harmonia

ocasionada pela miscigenação, para criar a falácia de que o país viveria sob égide de uma democracia racial.

Frente a esse contexto, que perpassa a nossa realidade, também é importante reconhecer que o racismo não deve ser visto apenas como uma herança histórica da escravidão e da colonização, mas que desempenha um papel fundamental na manutenção das estruturas sociais que mantêm o sistema capitalista em nossa sociedade. Desde o período da colonização, o racismo tem se destacado como uma ferramenta idealizada para justificar a exploração e dominação de determinados grupos étnicos, contribuindo para a construção de uma hierarquia social que beneficia os interesses de uma elite dominante (Almeida, 2019).

Ainda sobre esse tema, Souza (2023) aponta que o racismo é um elemento chave na dinâmica da exploração da força de trabalho, gerando dependência e perpetuando o cenário de desigualdades socioeconômicas presentes em nossa realidade. A autora destaca que o racismo não apenas marginaliza grupos racialmente discriminados, mas também serve para manter uma estrutura de poder que favorece o acúmulo de capital pela elite que detém o poder.

Podemos também citar ainda que essa dinâmica de exclusão não é exclusiva da sociedade de nosso país, como observado por Sposati (1999), mas é inerente à lógica do sistema capitalista, que se molda à realidade local e opera através da inclusão e exclusão permanente das forças de trabalho, agindo conforme as necessidades do mercado e interesses das classes que dominam o poder econômico.

O legado deixado por este sistema de dominação é observado em várias dimensões na sociedade contemporânea, que incluem desde a permanência de quadros de pobreza e marginalização da maioria da população negra, até a desigualdade em seu acesso a serviços e políticas públicas como educação, saúde, assistência social, moradia e pleno emprego. Nota-se, com esse quadro, que a desigualdade presente em nossa sociedade está profundamente relacionada à questão étnico-racial (Souza, 2022; Almeida, 2019).

A partir desta compreensão, podemos evidenciar que as desigualdades sociais têm impactos em diversas áreas, como saúde, educação, segurança pública, moradia, emprego, entre outros. Grupos que estão à margem destas garantias, como pessoas negras, a exemplo do contexto apresentado, além de outros grupos historicamente marginalizados, como indígenas, mulheres e pessoas LGBTQIAP+, enfrentam uma série de desafios diante do preconceito e da discriminação, que

recrudescem seu cenário de exclusão.

Analisando a construção histórica apresentada e a realidade atual, é evidente que a sociedade brasileira é permeada por profundas disparidades econômicas e sociais. Apesar dos avanços significativos alcançados nas últimas décadas, como a redução da pobreza extrema e a ampliação do acesso a serviços essenciais, como educação e assistência social, e o fortalecimento de políticas de ações afirmativas, ainda persistem imensas desigualdades de renda, acesso a serviços básicos e oportunidades de emprego qualificado, como observaremos ao longo desse estudo.

### 3.1. As Desigualdades Sociais na Contemporaneidade

Com o advento da abolição da escravidão formal no Brasil, há um reordenamento no espectro do desenvolvimento do país, inclusive, de forma geográfica. Há um declínio da monocultura de cana-de-açúcar, que era forte na região Nordeste, que dá lugar à monocultura da produção de café, concentrada nas regiões sudeste e sul do Brasil. Diante da reorganização no espaço de produção de riqueza, grandes cidades como Recife e Salvador, que outrora detinham grande prestígio, perdem força para o crescimento vertiginoso da cidade de São Paulo, que ganha notoriedade, inclusive, sob a capital do país, Rio de Janeiro (Souza, 2019).

Além da mudança geográfica, outro fator determinante para a nossa estrutura social atual é ditada pela forma como aconteceu o processo de abolição da escravidão, onde pessoas escravizadas foram libertas, sem que políticas reparadoras ou inclusivas fossem criadas para subsidiar sua inclusão social. Paralelo a esse movimento, há, inclusive, investimentos do Estado voltados para o incentivo à imigração de europeus ao Brasil para trabalhar na produção cafeeira, que estava em franca expansão no país, conforme apresentado anteriormente neste capítulo. (ibidem).

E é nesse cenário que indivíduos negros historicamente marginalizados e escravizados pelo Estado são colocados lado a lado com imigrantes brancos que recebem amplo apoio e incentivo governamental. Isso cria um cenário de competitividade, porém profundamente desigual. O quadro apresentado reflete sobre a intrínseca relação entre desigualdade social e racial no período pós-abolição e evidência a permanência de uma disparidade sistêmica de injustiça que assola nossa

sociedade. Além disso, também representa a atuação institucional na estruturação da sociedade brasileira, em que políticas públicas foram forjadas para perpetuar privilégios de um grupo em detrimento de pessoas negras escravizadas. Observa-se, com a imposição destas estratégias, mais um capítulo em que se moldam condições de manutenção da supremacia e domínio da branquitude no país (Bento, 2022).

Conforme apresentado no início deste capítulo, quando fazemos um breve resgate sobre a construção histórica da sociedade em nosso país, observamos que a questão racial é uma condição profundamente interconectada com a desigualdade social. Theodoro (2008) aponta que é fato que a maioria da população pobre é negra e que essa posição se retroalimenta em nossa estrutura social, colocando na própria pessoa negra a responsabilidade pela sua condição social, seja por acomodação ou por ausência de qualidades que estimulem sua ascensão social. Percebe-se, com isso, que há em nossa sociedade, de maneira histórica e atual, a reprodução da ideia de que é normal e, inclusive, necessário classificar pessoas em diferentes categorias, de acordo com sua condição econômica e social (Silva, 2022).

Sobre essa condição, Braz (2021) apresenta que o liberalismo presente na política brasileira sempre esteve afiançado com ideias alinhadas às elites e distantes do povo. Como exemplo disso, cita que movimentos históricos como a “Independência de 1822, a Abolição de 1888, a Proclamação da República de 1889, a Revolução de 1930 e o golpe de 1964” operaram obedecendo a movimentos determinados pelas elites que estavam no poder e excluíaam as massas, sufocando-as ou controlando-as, sempre que avaliavam ser necessário. Evidenciados esses movimentos que influenciaram a constituição social no Brasil, seguimos na busca por compreender o campo das desigualdades sociais no período contemporâneo.

Na literatura brasileira, podemos encontrar diferentes análises quanto às definições do que seriam as desigualdades sociais em nosso país: Gilberto Freyre, autor responsável pela criação do mito da democracia racial brasileira, analisava as desigualdades a partir de sua análise histórica e cultural e as determinava como frutos de processos históricos marcantes, como a escravidão e a colonização. Entretanto, sua análise é duramente criticada por outros pesquisadores de sua área, por negar as desigualdades raciais presentes no Brasil, que eram latentes, conforme já ilustrado.

Já Florestan Fernandes conceituou a desigualdade como um fenômeno estrutural que nasce das relações de poder e domínio que transitam na sociedade e envolveriam aspectos políticos, culturais e simbólicos. Jessé Souza, outro importante

autor do campo da sociologia, analisa a desigualdade social como um fenômeno que não somente expõe sobre diferenças relacionadas à renda e a posição social, mas que também está alicerçado em dinâmicas que envolvem estruturas de poder e dominação. (Souza, 2019).

Diante dessas considerações, entendemos a desigualdade social como as discrepâncias econômicas, sociais, políticas e culturais que afetam distintos grupos dentro de uma mesma sociedade. No Brasil, tais disparidades se manifestam por meio de uma série de aspectos, incluindo a desigualdade de renda, a disparidade no acesso a serviços e políticas públicas, a discriminação racial e de gênero, a falta de acesso à terra, emprego e habitação adequada para uma parcela significativa da população, entre outras características.

De modo geral, nosso contexto político-econômico está alicerçado no modelo ditado pelo sistema capitalista liberal, que preserva o domínio das elites dominantes, além de produzir e multiplicar o cenário de desigualdades sociais. Sobre esse aspecto, Pereira (2014) alerta que as injustiças sociais afetam não apenas grupos e indivíduos, mas nações e culturas que, inclusive, chegaram a experienciar benefícios do acesso à cidadania em um dado momento de história.

Em seu estudo sobre as desigualdades ainda presentes no século XXI, a autora interpela que as ciências humanas apresentam desafios frente às condições de desigualdades apresentadas no cenário contemporâneo: do ponto de vista teórico, ela cita que se faz necessário “entender e qualificar” a desigualdade como matéria irrecusável a esse campo de saber; e do ponto de vista político, afirma que se faz necessário buscar estratégias para combatê-la, em meio a um cenário que ela qualifica como de “transição regressiva de padrões civilizatórios”, onde mesmo conquistas alcançadas ao longo do século XX tem dado lugar para padrões de permanência e ampliação das desigualdades (Pereira, 2014).

Abordados aspectos gerais que alicerçam esta discussão no cenário atual, nos debruçaremos, a partir de agora, a apresentar alguns dos desafios contemporâneos que enfrentamos diante da desigualdade social no Brasil, em Pernambuco e em Caruaru, município onde visamos desenvolver esta pesquisa.

Quando abordamos a questão da desigualdade social, o Brasil se destaca pelos números alarmantes associados a esse tema. Embora o país esteja entre as 10 maiores potências econômicas mundiais, ocupando o nono lugar em 2023, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), hoje, o Brasil ocupa apenas a posição

de número 89 no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Mesmo sendo uma comparação simplista, em que diversos outros fatores precisam ser considerados, através da leitura desses dados, percebemos que o país se destaca como uma economia em ascensão, mas que tem mantido altos níveis de desigualdade social, que estão entre os mais elevados do mundo.

Entre os principais fatores que determinam essa posição podemos elencar diversos fatores, tais como a distribuição desigual de terras, precárias condições do sistema de educação pública, alto índice de emprego informal, corrupção e violência, além das condições históricas de desigualdade, que contribuem de maneira significativa para manutenção do posição social vigente onde boa parte da população continua vivendo na condição de pobreza (Schwarcz, 2015).

Apesar de esta ser uma realidade premente em nosso país, é importante esclarecer que a dimensão social e econômica apresentada se expressa de diferentes formas nas diversas regiões do país. Percebe-se que ainda hoje há uma concentração de renda em determinadas áreas, como nas regiões sul e sudeste, enquanto há maiores índices de pobreza e exclusão social nas regiões norte e nordeste.

Milton Santos, importante geógrafo que aborda a questão das desigualdades regionais no Brasil, refletiu sobre esse quadro, defendendo a tese de que essas distinções acontecem como fruto de relações sociais e políticas historicamente desiguais, conforme já abordado no início deste capítulo (Souza, 2023).

Como ilustração para esse cenário, destacamos os dados que apresentam as 50 cidades no país com melhor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, segundo o IBGE, onde essas cidades se concentram, em sua ampla maioria, nas regiões sul e sudeste. Quando são apresentadas as 50 cidades com IDH mais baixo, vemos um panorama inverso, onde as cidades que compõem o ranking estão situadas nas regiões norte e nordeste.

Além das discrepâncias regionais, outro apontamento necessário sobre as desigualdades sociais se expressam através da desigualdade de gênero, que se apresentam de diferentes formas, provocando profundas injustiças e disparidades sociais entre homens e mulheres e outras identidades de gênero presentes na sociedade.

Percebemos que a posição social de homens e mulheres tem se modificado

de maneira gradativa ao longo das últimas décadas no Brasil e em diversas partes do mundo. Grupos feministas negros e progressistas avançam no debate sobre as questões de gênero que ganham maior complexidade frente às novas experiências e observação de suas necessidades sob a ótica das “desigualdades de classe, raça, etnia, sexualidade e geração” (Biroli, 2018).

Apesar das mudanças nos debates e na realidade vivida na atualidade, as questões de gênero permanecem como um dos grandes desafios no campo das desigualdades sociais. Saffioti (2013), ao discutir sobre o papel da mulher na sociedade de classes, destaca que na estrutura social capitalista, persistem crenças que limitam o potencial e definem papéis com base em características naturais humanas. Essas crenças restringem o avanço de grupos como as mulheres e perpetuam desigualdades na ordem social competitiva.

Superar tais concepções, ainda tão presentes em nossa sociedade, apresentam-se ainda como desafios no contexto contemporâneo. Mais que uma designação social, essa distinção histórica da mulher se expressa por meio de diversos problemas sociais, representados pelas desigualdades de remuneração, precária representatividade em posições de liderança e permanência de altos índices de violência de gênero.

Como exemplo da condição atual, podemos ilustrar o relatório apresentado pelo Atlas da Violência de 2023, que revela que somente no ano de 2021 3.858 mulheres foram assassinadas no país, sendo que 67,4% das vítimas eram mulheres negras. Os dados também apontam que, durante o período da pandemia de Covid-19, entre os anos de 2020 e 2021, 7.691 mulheres foram assassinadas no país. O relatório revela que, enquanto o número de mortes violentas da população em geral decaiu durante esse período, o de assassinatos femininos cresceu (IPEA, 2023).

O advento da pandemia também nos aponta outro dado assustador. Além dos milhares de mortes ocasionadas pela Covid, observamos que a manutenção das pessoas em casa pode ser um dos indicadores que explicam o aumento no registro de violências interpessoais contra mulheres, que saltou de 165 mil no ano de 2020 para mais de 242 mil casos em 2022, segundo apontam dados divulgados pelo Ministério das Mulheres através do seu Observatório de Igualdade de Gênero (Brasil, 2023).

Diante deste contexto, urge a necessidade de políticas públicas eficazes, educação inclusiva e mudanças culturais profundas para alcançar uma sociedade

verdadeiramente igualitária e justa para todos os gêneros. Os aprofundamentos destas discussões se apresentam como essenciais para o desenvolvimento do trabalho socioassistencial no CRAS, reconhecendo que as mulheres ocupam um lugar central na produção e garantia de direitos sociais no campo da assistência social, sendo, inclusive, o principal público que está presente nos equipamentos de proteção básica.

Além dos fatos narrados, a pandemia de Covid-19 trouxe outras questões contemporâneas que revisitaram a expressão de como nossa sociedade é desigual. A partir do ano de 2020, nós pudemos viver e presenciar esse acontecimento histórico que ceifou milhões de vidas por todo o mundo. O vírus que circulava, ao que tudo indica, inicialmente na Ásia e posteriormente na Europa, chegou ao Brasil por meio de pessoas que vinham desses lugares.

Apesar da suposição inicial, a primeira fatalidade da doença no Rio de Janeiro não ocorreu em nenhuma dessas localidades, que até então eram consideradas os principais focos de contágio devido à alta circulação do vírus. A vítima, uma empregada doméstica de 57 anos com algumas comorbidades que agravavam seu estado de saúde, teria contraído o vírus através do contato com sua patroa, recém-chegada de uma viagem à Itália (Melo, 2020).

Mesmo tendo ciência de que a situação apresentada não define um padrão ou forma como a doença se espalhou pelo país, o caso em evidência serve para ilustrar como a desigualdade social deu a tônica ao contexto brasileiro frente às experiências vividas no período pandêmico. Em um país tão desigual quanto o Brasil, o isolamento social, o uso de máscara, de álcool gel e a campanha para lavar as mãos, onde muitos não tinham/têm acesso à água encanada, não foi uma realidade para boa parte de sua população.

É verdadeira a afirmação de que todos passamos pelo mesmo problema da pandemia, que afetou a todas as classes, credos, gêneros e raças. Contudo, também é realidade que vivenciamos esse período de modos bem diferentes. Por mais que a doença fosse considerada "democrática", onde todos estavam suscetíveis ao contágio, sabemos que isso não era bem uma verdade, pelo menos não do ponto de vista social.

O vírus encontrava maior "facilidade" de contágio em pessoas que viviam em maior vulnerabilidade social e estavam sujeitas a condições de maior exposição, como na necessidade em utilizar um transporte público lotado diariamente ou na

obrigação de sair todos os dias de sua casa para conseguir garantir o mínimo para o próprio sustento. Com isso, tivemos em vista demonstrar que a democracia do contágio estava longe de ser uma realidade igualitária para todos e que escondia profundas questões antigas ainda não solucionadas em termos socioeconômicos presentes em nossa estrutura social.

De acordo com Oliveira et al. (2022), a falsa democratização do contágio presente na pandemia de Covid-19 é mais um fruto do mito da democracia racial tão difundido no nosso país e que não possibilitou olhar, mais uma vez, para o cenário de desigualdades presentes no Brasil. Para os autores, a sociedade continuou partindo do pressuposto de que há harmonia e igualdade de acesso a determinados espaços e políticas públicas. A fé nessa condição faz com que ações governamentais continuem não sejam pensadas e executadas considerando as diferenças sociais, culturais e econômicas da população.

Sobre essa afirmação, os autores ainda destacam que olhar a pandemia sob a ótica das desigualdades raciais nos possibilita pensar não apenas os números que as desigualdades nos revelam, mas sim, desvendar sobre a trama historicamente tecida que confere às desigualdades “estrutura, dinâmicas e práticas narrativas” para sua manutenção (Oliveira et al., 2022, p. 02).

A ambiguidade apresentada na construção da sociedade do nosso país, seja pela questão racial, de gênero, ou mesmo na vivência da pandemia de Covid-19, reflete um complexo contexto para o desenvolvimento e garantia de direitos das juventudes brasileiras, onde as desigualdades sociais e econômicas limitam o acesso dos jovens a recursos e melhores oportunidades de educação, de trabalho e de viver, operando e perpetuando, assim, novos ciclos de exclusão e marginalização, observados a seguir.

### 3.2. Juventudes nas tessituras das desigualdades sociais

Ilustrados aspectos que refletem sobre a realidade social brasileira, é preciso então discutir como elas afetam as juventudes, principalmente aquelas que estão à margem dos direitos sociais e sofrem frente às condições de pobreza e de exclusão.

Partindo do contexto social evidenciado ao longo desse capítulo, também é preciso questionar como garantir a proteção social da juventude, principalmente

aquela que mais necessita de atenção das políticas públicas? Como vivem, ou sobrevivem, esses jovens no cenário atual? Quais ferramentas as políticas sociais, em especial a Assistência Social, têm construído para lidar com essa realidade de exclusão e violência institucionalizada?

Apesar dos esforços efetivados com a criação de várias ações voltadas para a juventude, desde a criação da Constituição Federal de 1988, há várias críticas em relação à execução das políticas públicas para essa faixa-etária. Segundo Coimbra (2018), a eficácia das políticas sociais voltadas para a juventude brasileira é constantemente debatida e são observados significativos desafios a serem superados. Entre eles, podemos citar a falta de recursos adequados, o excesso de burocracia no desenvolvimento de políticas públicas e a corrupção.

Muitos jovens, principalmente os mais pobres, e em sua maioria negros e negras, ainda enfrentam grandes barreiras no acesso a políticas como educação, saúde, emprego e renda, assistência social e segurança pública. Costa (2021) destaca que a omissão do Estado é uma escolha política e tem raízes históricas. A autora reafirma a ideia de que, desde o período colonial, o povo brasileiro em situação de pobreza, formado principalmente por nativos indígenas e negros escravizados, eram pessoas consideradas não portadoras de direitos, e por esse motivo, estavam à margem do acesso a políticas públicas sociais.

A autora destaca que o descaso do Estado e da população em geral se expressa em um quadro de “juvenicídio” em massa, onde jovens negros e não brancos vivem sem acesso a uma vida digna, em comunidades sitiadas pela violência urbana e precarizadas por seus projetos de vida. O cenário de fragilização na garantia de direitos contribui para o fortalecimento de um quadro de exclusão e morte, onde a vida dos jovens tem pouco ou nenhum valor, traduzindo-se em uma necropolítica moderna da juventude brasileira (ibidem).

Considerando esse contexto que retrata a vida das juventudes brasileiras, evidenciando uma significativa desigualdade de oportunidades e acesso a políticas públicas, o próximo capítulo propõe uma análise mais aprofundada das questões teóricas e legais que permeiam a construção da identidade das juventudes no Brasil contemporâneo.

#### 4 JUVENTUDES COMO PÚBLICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para iniciar esta discussão e delinear nosso estudo, é crucial fazer algumas observações sobre a adolescência e a juventude, dois termos frequentemente empregados como sinônimos no contexto brasileiro, mas que apresentam diferenças significativas que merecem destaque e análise cuidadosa.

Um ponto de discussão necessário para este trabalho se refere às normatizações jurídicas, que são indicativos preponderantes para a construção das políticas públicas sociais. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define o adolescente pela faixa-etária que vai dos 12 aos 18 anos. Já a juventude é definida de forma mais abrangente pelo Estatuto da Juventude, sendo categorizada pela idade que vai dos 15 aos 29 anos. Mesmo com diferenças em suas determinações, observamos uma sobreposição quanto às faixas-etárias nos quadros legais.

No mesmo caminho, a Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca a adolescência como um processo de maturação biológica, sendo uma fase responsável pelo desenvolvimento cognitivo e de estruturação da personalidade do ser humano, abrangendo a idade entre 10 e 19 anos. Referente à juventude, esse conceito é definido pela organização como uma categoria sociológica, que orienta o período de preparação do indivíduo para assumir um papel social na idade adulta, tanto no cenário familiar quanto no profissional. Esse período da vida é categorizado pela faixa-etária dos 15 aos 24 anos (Brasil, 2007).

Diante da intercambialidade que os conceitos referenciam, inclusive no campo jurisdicional brasileiro, a presente pesquisa utilizará o termo jovem e juventude para designar também o público adolescente, seguindo a proposição de estudos como Coimbra (2015) e Koerich (2018). As autoras reafirmam a ideia de adolescência não apenas como um processo de desenvolvimento e maturação biológica, mas sim como uma construção social contemporânea, fruto de um controle globalizado capitalista que busca a padronização e homogeneização das práticas sociais ao redor do mundo.

Coimbra (2015) opta pelo uso do termo juventude, observando que esse conceito parte de uma construção social do sujeito, que possui a possibilidade de criar e inventar outras possibilidades de existência, para além da lógica do consumo materializada na construção do adolescente.

Apesar de não haver uma forma única quanto à definição do que é juventude, destacamos aqui o significado mais difundido entre os estudos no campo das ciências sociais, que conceituam a juventude como fruto dos papéis que elas desempenham em sua realidade social. Sobre essa definição, Cordeiro (2008) nos ajuda a entender a juventude como uma construção social, histórica e cultural, isto é, uma concepção que se transforma e se desenvolve conforme o contexto no qual ela está inserida.<sup>3</sup>

Ainda sobre esse aspecto, Bourdieu (1993), em sua análise sobre a complexidade das diferentes realidades contemporâneas, aponta como as experiências e as visões de mundo dos jovens são moldadas por fatores culturais e históricos, bem como por estruturas sociais que influenciam suas oportunidades e trajetórias de vida.

Partindo deste referencial, entendemos então a juventude como um conceito complexo e multidimensional, onde sua definição pode variar conforme o contexto social, cultural e histórico ao qual o jovem está inserido. Por essa razão, não nos cabe aqui falar de uma única juventude, mas sim de juventudes, no plural, por compreender que distintos fatores, determinados pela multiplicidade de sistemas sociais que coexistem em nossa realidade, podem contribuir para a construção de diferentes percursos vividos pelas juventudes (Guimarães; Brito; Comin, 2020).

Observando que o conceito de juventude pode ter diferentes campos de sentidos, é preciso então compreender sobre quais juventudes estamos abordando aqui neste trabalho. Para responder a essa questão, percorremos o cenário brasileiro em sua contraditória realidade social, onde destacamos as juventudes que vivem em maior situação de vulnerabilidade e que é o público atendido pela política de assistência social. Diante deste recorte social, temos em vista descrever alguns apontamentos importantes para ser possível traçar um panorama da realidade vivida por esses jovens na atualidade.

#### **4.1 Panorama da Juventude no Brasil**

---

<sup>3</sup> Cordeiro (2008), em sua tese de doutorado, que apresenta o percurso de jovens pobres no Brasil, faz um resgate sobre como as juventudes são compreendidas e tratadas ao longo da história. A autora apresenta mudanças em suas significações, de acordo com cada realidade vivida pela sociedade da época.

Apesar dos dados do Censo 2022 apontarem para uma tendência de envelhecimento da população brasileira, reflexo do aumento da expectativa de vida e da diminuição da taxa de fecundidade, é notável que o Brasil ainda pode ser considerado um país jovem. O número de brasileiros com idades entre 15 e 29 anos nunca foi tão expressivo como na atualidade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, as estimativas indicam que a quantidade de jovens nessa faixa etária ultrapassou a marca de 50 milhões em todo o país (Barão et al., 2021).

Os dados destacam que, além de sua imensidão, as juventudes brasileiras também são diversas. Sobre a distribuição da população por gênero, o Atlas da Juventude aponta haver presente um equilíbrio no quantitativo de pessoas entre o sexo masculino e feminino, onde na faixa etária entre 15 e 24 anos a maioria da população é do sexo masculino, e na faixa seguinte, entre 25 e 29 anos, a maioria é do sexo feminino (ibidem).<sup>4</sup>

No que se refere à cor e raça, o Atlas revela haver uma maioria de jovens negros, considerando que 51% são pardos e 10% pretos, totalizando 61% do total da população nesta faixa etária. Outros 38% são autodeclarados brancos, 0,5% amarelos e 0,4% são indígenas. A diversidade racial, contudo, também se expressa nos impactos sociais e políticos que acompanham as desigualdades étnico-raciais no país, onde jovens negros e negras enfrentam condições diferentes da juventude branca, como em sua relação de acesso às políticas como educação, trabalho e renda, além da relação com a segurança pública (ibidem).<sup>5</sup>

Para evidenciar os dados sobre a desigualdade nas juventudes é preciso antes destacar o cenário socioeconômico vivido atualmente, onde apontamentos levantados pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, divulgado pela Rede Penssan (2022), demonstram que 125,2 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar e mais de 33 milhões vivendo com fome (insegurança alimentar grave) no país até o ano de 2022.

Além dos dados alarmantes, outro ponto que chama atenção é a taxa de

---

<sup>4</sup> O Atlas da Juventude destaca que as pesquisas populacionais invisibilizam dados referentes a outros gêneros populacionais, até a data de sua divulgação (BARÃO et. al., 2021).

<sup>5</sup> O estudo aponta para a invisibilidade ainda presente nos dados referentes à população indígena, que também enfrenta condições relacionadas à desigualdade social e exclusão.

desemprego, que apesar de ter obtido uma considerável melhora neste ano de 2023, ainda atinge a marca de 7,9% no fim do segundo trimestre deste ano, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (2023).

Entre os jovens, os números da desigualdade social não são menos preocupantes. Um diagnóstico realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego aponta que a quantidade de pessoas sem emprego entre 14 e 24 anos chega ao número de pouco mais de 5 milhões. Entre os jovens sem ocupação laboral, 52% são mulheres e 66% são de pessoas pretas e pardas. Entre os que nem trabalham nem estudam nessa faixa-etária, o número de mulheres aumenta e passa a ser de quase 60%, a maioria com filhos pequenos, e 68% são de pretos e pardos. O total de jovens nessa condição soma 7,1 milhões, representando 25,8% das pessoas entre 15 e 29 anos no país (Albuquerque, 2023). Outras informações referentes ao trabalho apontam que a taxa de desemprego de jovens entre 18 e 24 anos é de 19,3% e a taxa de ocupação na informalidade é de 40% desta população.

Já no que se refere ao acesso à educação, podemos dizer que essa é uma questão complexa e variável, com diversos fatores que influenciam essa condição em diferentes estados, regiões e camadas sociais. Apesar de a educação ser definida como direito constitucional e ter acontecido um avanço importante nas últimas décadas no país, é percebido que ainda há uma parcela significativa dos jovens que têm barreiras no acesso à escola, bem como dificuldade na leitura e escrita. Tais fatores têm ampla relação com as desigualdades sociais e regionais, onde jovens residentes de áreas mais abastadas no país têm mais chances de aprender do que os que vivem nas regiões mais pobres.

Mesmo com os dados do IBGE (2022) apontando uma evolução significativa da escolarização de jovens entre 15 e 17 anos, nos últimos anos, os números referentes à educação das juventudes brasileiras continuam aquém do esperado. O Plano Nacional de Educação havia estabelecido a universalização da educação para essa faixa-etária até o ano de 2016, entretanto, essa meta não foi alcançada em nenhuma grande cidade do país. A pesquisa aponta que o acesso à educação se estabelece de formas diferentes quando são observadas distinções como região, sexo ou cor e raça.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 18% dos jovens no Brasil, com idades entre 14 e 29 anos, não concluíram o ensino médio, seja por terem abandonado antes de sua conclusão ou por nunca terem

frequentado essa etapa de ensino. O estudo revela que esse contingente totaliza 9,5 milhões de pessoas, dos quais 58,8% são homens e 41,2% mulheres. Quando analisamos a questão da raça e cor, observa-se uma disparidade ainda mais significativa: 27,9% desse público são brancos, enquanto 70,9% são pessoas pretas e pardas (IBGE, 2022).

A pesquisa ainda faz um paralelo entre estudo e ocupação laboral e aponta que entre os jovens do país entre 15 e 29 anos, 15,7% estavam ocupados e estudando; outros 20,0% não estavam ocupados e nem estudando; 25,2% não estavam ocupados, porém, estavam estudando; e 39,1% estavam ocupados e não estavam estudando. Com isso, é possível perceber que o acesso à educação ainda é um marcante desafio a ser enfrentado no país, principalmente no que se refere ao acesso de jovens pretos e pardos, que marcados por uma histórica desigualdade social na realidade do nosso país ora são obrigados a abandonar os estudos, ora sequer têm seu acesso garantido.

Frente a esse cenário de desigualdades, outro aspecto que merece ser pautado se refere à violência sofrida pelas juventudes, principalmente a preta e pobre, que estão entre os que mais morrem no Brasil. Em nossa sociedade, é comum que as juventudes e a violência sejam rotineiramente associadas, quase sempre apresentando os jovens como produtores deste fenômeno. Para Moraes (2008), esse fato é constantemente utilizado para justificar uma maior repressão do Estado, através da polícia, junto a esse grupo etário, em que os alvos, em sua maioria, são jovens negros e moradores das periferias das cidades.

Esses indivíduos, quase sempre considerados não cidadãos pelo Estado, tornam-se alvos da política da morte como prática higienista para manutenção da ordem social estabelecida, que visa manter corpos dóceis a serviço de uma elite dominante. Sobre isso, o filósofo camaronês Mbembe (2016) evidencia aspectos dessa relação de domínio na sociedade contemporânea através da discussão sobre a necropolítica, onde o autor afirma que indivíduos são demarcados como inimigos para justificar sua política de extermínio ou dominação.

A intensificação do cenário de exclusão, de um lado pelo Estado, de outro pela forte presença de grupos como o crime organizado, torna os jovens da periferia alvos fáceis da violência urbana, situação essa representada tanto pelo alto índice de taxas de homicídio, como pelo alto número de encarceramentos desse grupo populacional (Moraes, 2008).

Augustin et. al. (sd) relata que a juventude atual é situada sob dois aspectos: os incluídos e os excluídos, e que o referencial de normatização dessa dualidade é o consumo. Como o estado não consegue subsidiar que o alcance à lógica de consumo se torne concreta para todos, ocorre a marginalização de muitos jovens periféricos, os quais são facilmente utilizados por organizações criminosas como mão de obra para que essa referência social se torne atingível.

Cabe lembrar que as juventudes marginalizadas no Brasil têm cor e ela é negra. E são os mesmos jovens negros e negras que sofrem diante do panorama da exclusão, que também são os principais alvos da política racista no sistema jurídico e prisional brasileiro. Carvalho (2015) ao apresentar seu estudo que reflete sobre o encarceramento da juventude negra brasileira, denuncia, a partir da criminologia crítica latino-americana, a seletividade racial presente do sistema punitivo nacional, onde o Poder Legislativo, a Polícia, o Poder Judiciário e até o Ministério Público tem operado sob uma lógica notadamente racista.

Como exemplo dessa situação, destacamos os dados apresentados pela pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os quais apontam que, no ano de 2023, a população negra encarcerada atingiu seu maior índice já registrado na história do Brasil. Além disso, outro dado relevante, divulgado no mesmo ano pelo Ministério de Direitos Humanos do governo federal, revela que os jovens negros correspondem a 64% dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado no país (Brasil, 2023).

Apesar das melhorias nos últimos anos, onde é observada uma queda no número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio fechado, como aponta o Anuário Brasileiro da Segurança Pública<sup>6</sup>, ainda é alarmante a quantidade de jovens que enfrentam tais condições no país, principalmente, quando identificamos o recorte racial predominante neste tipo de medida. Os dados da Política Nacional de Sistema Socioeducativo revelam que Pernambuco ainda figura entre os estados com maior número de adolescentes no sistema socioeducativo, ao lado de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo (Brasil, 2023).

Outro ponto que destaca sobre como o racismo reflete não somente nas

---

<sup>6</sup> De 2022 para 2021, houve uma queda de 1.175 no número de adolescentes cumprindo medida socioeducativa em meio fechado no país, representando -6,3% no total de internações. Dados apontam uma constante redução na quantidade de jovens nesta condição, desde 2016 (BARROS, CARVALHO, 2023).

condições de vida, mas também na própria existência das juventudes negras é exposto através do número de vítimas de mortes violentas intencionais (MVI) no país. Segundo dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pela UNICEF, entre 2016 e 2020 foram registradas 34.918 mortes violentas intencionais (MVI) de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos. Desse total, 91% são do sexo masculino e 80% das vítimas são pessoas negras. O dado aponta com clareza que o perfil das vítimas da violência entre as juventudes é composto, em sua maioria, por meninos negros (UNICEF, 2021).

O Atlas da Violência nos revela que, somente no ano de 2021, 24.217 jovens entre 15 e 29 anos foram vítimas de homicídios no Brasil. Se expandirmos o período para os últimos dez anos, entre 2011 e 2021, o número de jovens assassinados ultrapassa os 326 mil (IPEA, 2021). Os números devastadores nos representam mais do que apenas estatísticas. São histórias de jovens em pleno desenvolvimento, cujas trajetórias foram abruptamente interrompidas, negando-lhes qualquer possibilidade de educação, trabalho, formação de uma família ou de uma vida digna.

No estado de Pernambuco, estudo da Rede de Observatórios da Segurança aponta que, no ano de 2019, 93,2% das mortes que ocorreram por meio de intervenções policiais que tiveram como vítimas pessoas negras. Isso representa que, de cada 10 pessoas mortas pela polícia de Pernambuco, 9 são negras. A apresentação desses dados denuncia tragédias humanas que demandam por ações urgentes do Estado e da sociedade na proteção e garantia de direitos de nossas juventudes, principalmente daquelas que sofrem diante de um contexto profundamente vulnerável, racista e desigual.

Apesar das dificuldades enfrentadas, o ano de 2023 tem sido marcado pelo ensaio de um novo recomeço. Após quatro anos de um governo de extrema-direita, que esteve empenhado em desmantelar as políticas públicas sociais do país, o Brasil tenta retomar o debate democrático para a reorganização de antigas ações e para a construção de novas formas de agir frente às desigualdades sociais que persistem em assolar a maioria da sociedade e da nossa juventude.

Diante desse atual cenário de mudança, é importante utilizá-lo para repensar a atuação de políticas públicas voltadas para a juventude e, em especial, na política de assistência social. Para isso, acreditamos que aproximar os trabalhadores do SUAS dos processos de subjetivação das juventudes no território a partir de suas

delinhas de articulação, e também de segmentação, se faz fundamental para pensar diferentes formas de agir, superando a verticalização ou a horizontalidade simples nas relações instituídas e fortalecendo os diferentes setores de proteção e atenção.

## **5 A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: DA FILANTROPIA AO DIREITO SOCIAL**

As políticas sociais no Brasil foram historicamente percebidas como políticas pouco eficientes, subordinadas a interesses econômicos e marginalizadas pelo Estado, que transferia sua atuação a entidades filantrópicas ou privadas e se desresponsabilizava da função de agente ativo na garantia de direitos (Degenszajn, Couto, Yazbeck, 2012).

Nesse cenário, as políticas sociais efetivadas pelo Estado estavam reduzidas a um caráter meramente contributivo, voltadas para um modelo previdenciário, onde o trabalhador formal contribuiria para o sistema de previdência e, em troca, tinha o amparo do poder público. Assim, indivíduos que faziam parte do mercado de trabalho garantiam o acesso a políticas públicas como saúde e previdência social. Aqueles que não atuavam em um trabalho formal eram considerados sub-cidadãos e, conseqüentemente, não recebiam assistência por parte do poder público (Behring; Boschetti, 2018).

Programas de governo voltados para a área social, até então, aconteciam de forma fragilizada, quando existiam. O trabalho social nessa época estava reduzido a práticas assistencialistas que eram executadas, principalmente, pela Igreja Católica através das ações de caridade; ou por políticas fragmentadas e desorganizadas que tinham como viés o desenvolvimento de um trabalho meramente filantrópico.

Os fatos apresentados aqui evidenciam a forma como os trabalhos socioassistenciais foram conduzidos no Brasil ao longo de boa parte de sua história. No entanto, é possível observar que a construção das políticas públicas no país está intrinsecamente ligada aos contextos políticos e econômicos vivenciados ao longo dos anos, e que esse processo sofreu uma série de mudanças influenciadas pelos conflitos de interesses e forças que moldaram os destinos da nação. A constituição da Assistência Social não escapou a esse padrão.

Para ilustrar o desenvolvimento da Assistência Social como um direito de toda a cidadã que dela necessita, fazemos um breve resgate sobre como se constituiu essa política pública no Brasil, para compreender como chegamos no presente e pensar em outras formas de agir nos próximos capítulos de nossa história.

### **5.1 Os primórdios das políticas sociais no Brasil**

Antes de 1920, a orientação para uma economia liberal no Brasil foi circunstancial para a ausência de ações voltadas para a área social. O quadro só começa a sofrer mudanças significativas a partir de 1931, quando o Estado passa a se utilizar de uma prática intervencionista para a consolidação da industrialização e do modelo capitalista em desenvolvimento no país (Fontenele, 2016).

O golpe de Estado em 1930 representou uma mudança nas estruturas de poder do país. O declínio da antiga oligarquia latifundiária, representada pela produção cafeeicultora em crise, e a ascensão da crescente nova burguesia industrial, traduziu no plano estatal os interesses econômicos de diferentes frações das novas classes dominantes, que passaram a ter como estratégias principais de desenvolvimento o fortalecimento do mercado interno e a expansão do sistema capitalista no Brasil (Brum, 2012).

As novas estruturas de poder buscaram apoiar um projeto de industrialização nacional, impulsionando a construção de um parque industrial próprio, a exemplo das nações mais desenvolvidas, como Estados Unidos e alguns países da Europa. Segundo Brum (2012), para subsidiar esse crescimento, o Estado passou a adotar medidas de investimento em indústrias de base, em infraestrutura, como transportes e energia elétrica, e na mediação dos conflitos de classe que surgiam na relação entre o capital e o trabalho.

O crescimento da indústria foi um dos fatores que contribuiu para um rápido crescimento das grandes cidades brasileiras. Essa rápida expansão, aliada às questões de desigualdade que operaram as relações de trabalho durante o processo de industrialização, obrigou que o Estado adotasse medidas de conciliação entre operários e a nova burguesia e buscasse delinear estratégias mais nítidas na elaboração de um plano social para o país.

Com um perfil populista e nacionalista, que invocou o desejo de fortalecer a identidade nacional, o governo do então presidente Getúlio Vargas utilizou como estratégia a criação de políticas sociais como mecanismo para atender as bases menos favorecidas da população, e conseguinte, obter apoio popular para mediar interesses conflitantes entre forças sociais distintas que afloravam ante a nova realidade social que emergia nas grandes cidades.

Entre as principais estratégias adotadas durante esse período está a

promulgação de legislações trabalhistas e previdenciárias, a exemplo da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Tais medidas visavam à instauração de um Estado de Bem Estar-Social como estrutura de controle das classes subalternas e incentivo ao desenvolvimento de um mercado consumidor que subsidiasse o fortalecimento do mercado interno nacional (Pinheiro Junior, 2012). Assim, criaram-se estruturas de proteção social, mas que atendiam apenas à classe trabalhadora, inserida nos meios de produção e de consumo interno.

Em meio às profundas mudanças no cenário econômico, observou-se um enfraquecimento de movimentos políticos de oposição, com a centralização dos comandos de poder, supressão de organizações e movimentos populares, com controle por parte do governo diante das estruturas sindicais, e consequente fortalecimento do totalitarismo getulista à frente do Estado (ibidem).

A partir de 1945, com a queda do governo ditatorial e em meio ao fim da Segunda Guerra Mundial, cresce o desejo pela construção de uma democracia mais representativa, com maior participação popular nas discussões sobre os rumos do país. Como consequência desse momento histórico, nascem no Brasil uma série de partidos políticos das mais diferentes vertentes políticas, que vão desde partidos com ideais conservadores e liberais a socialistas e comunistas (Ianni, 1992).

O período conhecido como quarta república (de 1945 a 1964) marca o período de redemocratização do país, que teve como características importantes a industrialização e urbanização do Brasil. Destaca-se o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), com uma intensa identificação nacionalista, onde foram criadas grandes indústrias estatais, a exemplo da Petrobrás, e o mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que buscava associar a melhoria da qualidade de vida da população ao crescimento econômico do país através do seu plano nacional de desenvolvimento, reconhecido pelo slogan “50 anos em 5” (Ianni, 1992).

Após um breve período democrático, a tomada de poder através do golpe militar de 1964 marca uma nova mudança não somente no comando de poder, mas em toda a estrutura estatal, tendo como eixo norteador uma estratégia conservadora que levou ao retorno à centralização nas tomadas de decisão ao poder executivo federal, à regressão no financiamento público, ao fortalecimento de uma política de privatização dos espaços públicos, à expansão quantitativa na oferta de bens e serviços e uma redução no caráter redistributivo na oferta de diversas políticas públicas, como previdência, saúde, educação e habitação (Fagnani, 1997).

Nesse momento, sob o comando militar, o governo federal afastou as classes populares e de oposição das tomadas de decisão e discussões que envolvem o desenvolvimento do país. Sindicatos, movimentos sociais e políticos de oposição são intimidados, perseguidos e desmantelados. Há uma crescente centralização nas tomadas de decisão, a fim de obter maior controle sob a nova ordem instaurada. Suprimindo vozes dissonantes, o Estado buscou atender a interesses estrangeiros e aos desejos conservadores de modernização da economia brasileira (Brum, 2012).

Ao tempo que assumia um caráter liberal de redução das políticas sociais, com a privatização de serviços de saúde, previdência social e educação, a ditadura brasileira assumia como método a doutrina keynesiana, que propusera uma revisão da teoria liberal, onde o Estado deveria intervir sempre que necessário, a fim de garantir o pleno desenvolvimento da economia. Essa intervenção se materializou através da construção de grandes obras públicas estruturais, seguindo a lógica de deixar o bolo crescer para dividir depois, como expressou a frase clássica do então Ministro da Economia Delfim Neto (Behring; Boschetti, 2018).

Esse cenário retrata as condições de atuação do Estado, onde políticas sociais eram entregues à lógica mercantilista da iniciativa privada, desamparando a população mais necessitada e invertendo a lógica liberal quando se tratava de investimentos de interesse da classe dominante e estrangeira.

O “milagre brasileiro” adotado pelo governo provocou o acirramento das desigualdades sociais, enquanto que o crescimento econômico priorizou apenas uma pequena porcentagem da população, que detinha maior poder aquisitivo. Essa condição produziu o mais rápido crescimento de concentração de renda já visto em todos os países na história da humanidade. Como uma das consequências desse feito, observou-se um grande aumento da marginalização social da população brasileira, que se encontrava ainda mais empobrecida diante da política de arrocho salarial imposta pela ditadura (Brum, 2012).

Mesmo com essa condição social e econômica, a política voltada para a Assistência Social até então estava restrita às instituições prestadoras de serviço. Nesse modelo, ampliava-se o acesso às políticas sociais públicas e privadas a uma pequena fatia de pessoas, enquanto a maioria da população permanecia excluída do modelo de atuação adotado pela ditadura militar (Behring; Boschetti, 2018).

Em meio a um cenário de crescente desigualdade social e perda de direitos sociais, combinados com o esgotamento do modelo de crescimento econômico

brasileiro, o desgaste do governo militar tornou-se evidente. Isso fortaleceu entre a população o desejo de mudança nas estruturas que dominavam a política nacional (ibidem).

Cabe então destacar que o período da ditadura militar representou um aumento no gasto com políticas sociais, mas para atender apenas aos interesses da elite econômica. A população mais vulnerável passou a sofrer ainda mais, com a perda de renda, falta de acesso a serviços básicos e pela falta de representação que o contexto de controle ditatorial apresentava frente aos movimentos sindicais e sociais (Brum, 2012).

## **5.2 A Constituição Federal de 1988 e a Assistência Social como direito**

O ano de 1985 é marcado como um ano de retorno do Brasil ao processo democrático, com a eleição direta de Tancredo Neves ao governo federal. Esse período, conhecido como Nova República, representa o fim do domínio dos militares e o início do processo de redemocratização do país.

Um dos principais aspectos a serem destacados nessa fase está na promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, que contou com a participação de diversos atores políticos e setores da sociedade civil nas discussões que a efetivaram, como a Constituição Cidadã. A CF de 1988 representou uma mudança significativa para a proteção social no Brasil, na medida em que garante a participação da sociedade na gestão de políticas públicas em todas as esferas de governo, através do controle social.

Além dessa importante mudança para a construção de políticas sociais mais representativas, outro aspecto que cabe destaque para esse estudo é a inclusão, através dos artigos 203 e 204, da assistência social como parte da seguridade social, junto à saúde e à previdência social.

A Constituição Federal estabelece que a Assistência Social deve ser prestada a todos que dela necessitarem, independentemente de contribuição para a seguridade social, tendo como diretrizes fundamentais a descentralização político-administrativa e a participação popular. A partir dessa definição, torna-se evidente uma reorientação na efetivação das políticas sociais, orientando-as para uma construção democrática que respeite as múltiplas vozes e as diferenças regionais.

Apesar dos avanços alcançados com a constituição, a assistência social

seguiu refém de um governo federal conservador, que financiava uma contrarreforma que afagasse seu segmento político. Entre as ações manifestas que afetam diretamente o desenvolvimento das políticas sociais no país durante esse período, Fagnani (1997) elenca a ampliação das ações assistenciais e clientelistas na agenda do Estado, esvaziamento e descontinuidade das reformas políticas em diversos setores, desmonte orçamentário da área social, e clara oposição do poder executivo junto à agenda constituinte.

O viés neoliberal que conduzia o plano de governo da união, além de frear qualquer possibilidade de avanço em investimentos na proteção social, não conseguiu reverter o cenário de crise que afetava a economia brasileira desde o início da década de 1980. Observa-se que entre 1980 e 1993 o crescimento econômico médio do país ficou em 2,1% ao ano. Além de enfrentar um baixo índice no avanço da economia, puxada pela retração na indústria, outro problema enfrentado pelo país na época se referia ao período das hiperinflações, que chegaram a atingir uma média de 438% ao ano, afetando principalmente as camadas mais pobres da população (Pinheiro; Giambiagi, Gostkorzewicz, 1999).

Pode-se perceber que o retorno ao campo democrático não cessa o contraditório jogo político e econômico em que se situa o Brasil. Nesse mesmo período, apesar das resistências no segmento político, diversos movimentos populares e políticos progressistas seguiram discutindo os rumos que a Assistência Social seguiria no país. A Conferência de Assistência Social em 1993, com participação da sociedade civil, representantes do Poder Legislativo e de movimentos sociais organizados, formaram importantes bases para a criação do projeto que originou a Lei 8742/1993, ou Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Apesar da lenta condução para a efetivação da assistência social durante esse período, a LOAS, que demorou cinco anos para sua aprovação, representou mais uma importante conquista para o setor, na medida em que a lei visou detalhar o que era garantido na Constituição de 1988, orientando sobre a execução, organização e consolidação da assistência social enquanto política de Estado no Brasil (Brasil, 2013).

Como apresenta Yazbek (1995), a LOAS representa uma mudança significativa para a assistência social, na medida em que a distingue do assistencialismo e a afirma como uma política da seguridade social voltada para a garantia de cidadania aos setores da sociedade mais vulnerabilizados. Nesse

aspecto, o Estado passa a ser identificado como figura central na universalidade do acesso dessas populações aos serviços sociais qualificados.

### **5.3 A Assistência Social na era FHC: de 1995 a 2002**

Marcado por um período de estabilidade na economia, com a recente implementação do Plano Real, o governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, instaura uma série de orientações reformistas no campo das políticas sociais, o qual inclui a assistência social. Já em seus primeiros meses, o novo governo apresenta como proposta o desenvolvimento de uma política social pautada na garantia de direitos sociais, promovendo a igualdade, na oferta de oportunidades e na proteção dos grupos sociais mais vulneráveis (Draibe, 2003).

Apesar de reforma econômica que desencadeou uma série de privatizações de estatais durante esse período, Draibe (2003) afirma que a agenda governamental voltada para o setor dos serviços públicos e das políticas sociais não foram marcados pela diretriz privatizante presente em seu governo, mas pelo seu aperfeiçoamento, pela busca de melhoria do impacto redistributivo e eficácia na atuação frente à população.

A autora afirma que uma questão importante a ser apresentada nesse período é que o setor econômico e as políticas sociais não eram percebidas como apontamentos antagônicos. Pelo contrário, o crescimento econômico era entendido como fundamental para a viabilidade dos programas sociais, por compreender que essa era condição necessária para a melhoria da renda e das condições de vida das famílias.

Entre as ações provocadas pela gestão que cabem ser destacadas ao longo de seus dois mandatos está o Programa Comunidade Solidária, que visou um conjunto de ações descentralizadas em diversos campos das políticas sociais, como saúde, educação, geração de emprego e renda, propondo ações prioritárias na área social de combate à fome e à miséria.

Yazbek (1995) sinaliza importantes pontos frente às mudanças orquestradas pela gestão FHC: Um primeiro aspecto diz sobre a pulverização de ações provocadas pelo programa, que mais uma vez não deixa claro qual o espaço ocupado pela assistência social, a qual é relegada a um papel secundário no desenvolvimento do plano, fragilizando-a como direito dos cidadãos e dever do

Estado.

Outro ponto de atenção se dá pela atenção focalizada a grupos específicos frente a pobreza, onde o foco se abastece na entrega de cestas básicas e distribuição de recursos à merenda escolar, reduzindo a face do programa a um caráter assistencialista que não rompe com práticas paliativas e dá continuidade ao cenário de exclusão.

Além desses aspectos, a autora alerta à ênfase dada a parcerias privadas, através da execução via Organizações Não Governamentais (ONGs). Segundo ela reflete, tais práticas se assemelharam a antigas medidas de desresponsabilização do Estado frente às suas obrigações na execução de uma política de assistência social, conforme previsto na LOAS de 1993 (Yazbek, 1995).

Nesse período, ainda se apresentam como estratégias de governo o lançamento de benefícios de transferência de renda, como o Bolsa Escola, vinculado ao setor da educação, o Vale Alimentação, do Ministério da Saúde, e o Auxílio Gás, ligado ao Ministério de Minas e Energia. Sobre esses programas é importante observar que nenhum dos benefícios expressos estavam sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), refletindo mais uma vez o cenário de desarticulação da assistência social na plataforma governamental durante esse período (Mendosa, 2012).

#### **5.4 A criação do SUAS e a era PT: de 2003 a 2015**

Indicando que o combate à miséria seria uma das prioridades em seu governo, o início do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, inaugura uma série de ações voltadas para a área social e para o enfrentamento da fome no país. Entre as principais ações já desencadeadas em seu primeiro ano de governo, pode-se citar o lançamento do Programa Fome Zero e do Programa Bolsa Família (Mendosa, 2012).

Nesse mesmo ano, durante a realização da quarta Conferência Nacional de Assistência Social, é deliberada a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que surge como materialização das orientações que estavam descritas na LOAS, na perspectiva de efetivar uma política de Estado de assistência social. Ainda, a criação do Ministério de Assistência e Promoção Social, depois rebatizado como Ministério da Assistência Social, trouxe uma nova dimensão e condição até então

inédita a essa política no Brasil.

Entre as inovações propostas para a sua efetivação, 20 anos após a criação da LOAS, a Política Nacional de Assistência Social, promulgada em 2004, e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), em 2005, estabelecem um novo modelo de gestão da assistência social, reconhecendo-a como um direito de todo cidadão, que deve ser garantida enquanto responsabilidade do Estado para sua efetivação (Brasil, 2013).

A constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir de 2005 representou um importante avanço para a consolidação da Assistência Social no Brasil, apesar de seu desenvolvimento não ser um processo linear e passar por constantes avanços e retrocessos, sempre sensíveis às mudanças de partidos políticos e de interesses econômicos que detém o poder do Estado (Silva e Silva, 2018).

A imensidão territorial do Brasil e o trabalho associado à caridade e ao assistencialismo intrincado no imaginário social despontam como fortes desafios para sua consolidação e efetivação do SUAS como política pública de Estado, nesse período. Em meio a um cenário de contradições e de mudanças na efetivação dessa política social, o SUAS teve em vista garantir maior unidade à sua constituição a fim de se consolidar como uma política pública presente em todo território nacional (Degenszajn; Couto; Yazbek, 2012).

Como estruturação operacional para suas ações, o SUAS se organiza por meio de dois níveis de proteção, com a finalidade de garantir a segurança na acolhida e atender às distintas naturezas das situações de risco social e de vulnerabilidade enfrentadas pelas famílias. A Proteção Social Básica se destina ao trabalho de prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de serviços, benefícios, programas e projetos. Já a Proteção Social Especial (de média e alta complexidade), orientada a famílias e indivíduos que já se encontram em situações de risco social e tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso e exploração sexual, uso abusivo de drogas, entre outras violações de direito (Brasil, 2014).

De acordo com dados do Censo SUAS do ano de 2010 (Brasil, 2011), último ano da gestão de Lula, o país já detinha 6.801 unidades de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), espalhados em 4.720 municípios, atendendo a 84,8% do país. Quanto aos Centros de Referência Especializados de

Assistência Social (CREAS), unidades de proteção especial, até o mesmo ano, já eram 1.590 unidades distribuídas em cidades de pequeno, médio e grande porte. Os números representam uma rápida expansão e investimento para a implantação de uma política nacional de assistência social.

Associado aos investimentos voltados para o fortalecimento da assistência social e demais políticas sociais como educação e saúde, o benefício de transferência do Programa Bolsa Família se consolidou como outra grande representação no enfrentamento das condições de pobreza e extrema pobreza que devastaram o país.

Estudo realizado pelo IPEA em 2017 aponta a eficiência do programa na focalização em atender a população mais vulnerável no país, mesmo com um modesto valor de investimento em sua efetivação. Os números presentes na pesquisa apontam o impacto do programa, que revelam uma redução de cerca de 15% da população pobre e 25% na quantidade de pessoas que viviam em extrema pobreza (Sousa; Osório; Paiva; Soares, 2019). Desde a sua criação, o Bolsa Família se apresentou como uma iniciativa bem-sucedida com impacto positivo sobre a condição de vida das famílias beneficiárias.

Com a pretensão de acabar com a extrema pobreza no Brasil e garantir o acesso dessa população a melhores condições de vida, o governo, sob o comando de Dilma Rousseff, dá segmento à consolidação da assistência social através do Plano Brasil Sem Miséria, que propunha uma articulação intersetorial no enfrentamento da miséria no país.

Sob orientação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o plano visou atuar sob três eixos principais: a garantia de renda, a inclusão produtiva no cenário urbano e rural, e o acesso das populações mais vulnerabilizadas a serviços públicos que garantam melhoria do bem-estar-social (Campello; Mello, 2014). A expansão das metas diante do enfrentamento da pobreza e da miséria, após a consolidação do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), colocaram a assistência social em papel de destaque nas estratégias governamentais da época.

## **5.5 A política de desmonte na era Temer/Bolsonaro pós-Golpe de 2016**

A antítese política vivida durante os anos dos governos petistas, intensificadas durante o governo de Dilma Rousseff, que sofria uma maior oposição

por parte do poder legislativo, recruscedeu-se na confirmação de sua destituição e a vitória do “centrão”, campo político majoritariamente de direita e conservador, na luta pelo poder no país. Frente a essa realidade, em meio a uma queda no crescimento econômico e de aumento dos índices de inflação, há uma incursão do governo em realizar uma série de cortes de gastos, que repercutem na fragilização das estruturas de políticas sociais ofertadas pelo Estado. A Assistência Social não passaimune às reformas promovidas pelo novo governo do então vice Michel Temer.

Os suscetíveis cortes de gastos no orçamento do SUAS desde 2016, resultado de uma crise política-institucional e do fortalecimento do pensamento neoliberal que resultou no enfraquecimento das políticas sociais no Brasil, representou mais um duro golpe no desenvolvimento de um sistema de proteção social universal no país (Silva e Silva, 2018).

Na sucessão da presidenta Dilma, o governo de Michel Temer trouxe como marcas principais o avanço de uma política econômica cujo propósito era promover o avanço de programas de privatização do setor público, de corte de investimentos, principalmente nas áreas das políticas sociais. A aprovação da Emenda Constitucional 95 em 2016, que congelava os gastos do governo federal por até 20 anos, foi um claro exemplo desse mecanismo desenvolvido pelo governo como estratégia para atender a demandas do mercado financeiro em detrimento das políticas públicas sociais (Ribeiro; Macedo, 2018).

Segundo Mariano (2017), as regras estabelecidas pela emenda não permitiam que o governo aumentasse investimentos acima da inflação. A medida atendeu aos anseios do mercado financeiro voltado para o equilíbrio das contas públicas e desconsiderava fatores como crescimento econômico e demográfico até o ano de 2036, que constantemente iriam requerer reajustes e aumento nos investimentos de políticas voltadas para a população. A agenda da emenda representou um duro golpe no desenvolvimento das políticas sociais, tendo em vista que esses são setores sensíveis que dependem de recursos do Estado para sua manutenção e desenvolvimento.

Outro ponto observado se refere à meta do governo federal de reduzir gastos relacionados aos benefícios sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Costa (2019) destaca as ações determinadas pelo decreto 8.805/2016, como a obrigatoriedade de inscrição de todos os beneficiários do BPC no Cadastro Único e a inclusão de todos os membros de suas famílias no cadastro,

numa clara tentativa de identificar qualquer irregularidade que possa repercutir no cancelamento do benefício ou mesmo dificultar o seu acesso.

A partir de 2018, com a eleição do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, crítico ao papel do Estado na assistência social e em especial no PBF, deu-se continuidade, e até foi intensificada, à lógica de dismantelamento da política de assistência social. Algumas ações podem ser citadas como indicadores desse movimento, como os constantes cortes nos repasses para manutenção da rede assistencial no país, a exemplo do desfinanciamento orquestrado pela portaria 2.362/2019 do então Ministério da Cidadania; e a MP 871, de 18 de janeiro de 2019, também do mesmo ministério, que promovia uma premiação para os técnicos que identificassem alguma irregularidade na concessão do BPC, são algumas das situações que representaram mudanças que eram sempre voltadas para fragilização desta política social.

À medida que o governo Bolsonaro enfraquecia importantes mecanismos de gestão da Assistência Social, como Comissão Tripartite e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), aos olhos da população era oferecido um décimo terceiro salário para beneficiários do PBF, com o governo de olho em retornos eleitorais (Simoni Junior, 2023).

O quadro desenhado nesse período e aqui brevemente ilustrado trouxe a necessidade de reorganização de movimentos sociais e políticos de oposição e da população em geral frente à tentativa de enfraquecimento e desarticulação da política de assistência social. No entanto, a crise sanitária advinda com a pandemia de Covid-19 a partir dos anos 2020, trouxe os serviços de assistência social para a linha de frente na atenção às pessoas em maior condição de vulnerabilidade no país e representou mais um grande desafio para o setor.

Com o “lockdown” causado pela pandemia e a necessidade de oferecer alguma assistência à população, mesmo com tentativas do governo de oferecer um valor menor, o congresso nacional no ano de 2020 aprovou o benefício pecuniário batizado de Auxílio Emergencial, que oferecia um valor de 600 reais por mês e atendeu a quase 70 milhões de pessoas em todo o país. O SUAS, em especial os CRAS, foram importantes para atender à população, principalmente àqueles que já estavam presentes no Cadastro Único. Apesar disso, o governo federal, na época, optou por não utilizar sua estrutura para atender o restante das pessoas em vulnerabilidade que não tinham registros nos cadastros federais (ibidem).

Com o fim do Auxílio, o governo Bolsonaro resolveu pôr fim ao Programa Bolsa Família no fim do ano de 2021, substituindo-o pelo Programa Auxílio Brasil. Com o novo programa aumentaram o número de beneficiários, incluíram-se critérios meritocráticos que não vão de encontro com os princípios da Assistência Social e relativizaram critérios de contrapartida, além de aumentar o valor financeiro, que atingiria o valor de pelo menos 600 reais, já diante dos primeiros movimentos em torno das eleições de 2022 (ibidem).

Os movimentos do governo crítico à assistência social passaram a se voltar em utilizá-la como trunfo eleitoral. Contudo, os holofotes foram dados apenas aos benefícios pecuniários, que ganharam destaque na mídia e melhoria na aprovação do governo entre as camadas populares. Por outro lado, enfraqueceu-se o aparato estatal com os sucessivos cortes de gastos nos repasses da União aos equipamentos de assistência social, que chegaram a atingir 70% na redução orçamentária destinada à execução do SUAS, entre 2019 e 2022 (Schiaffarino, 2022).

Mesmo com as investidas pelo uso da máquina pública em uma turbulenta eleição presidencial que ficou marcada por ataques à democracia e tentativas de um novo golpe de estado, Lula e o Partido dos Trabalhadores mais uma vez chegam ao poder e têm a difícil tarefa de restabelecer as políticas públicas sociais, incluindo a Assistência Social, para aqueles que mais necessitam.

## **5.6 Os dias atuais: o governo Lula 3, fundado em uma Frente Ampla na reconstrução da democracia**

A agenda do novo governo Lula, em sua fase inicial, deu destaque à reestruturação da capacidade de coordenação do Poder Executivo, voltando-se, principalmente, à revogação de medidas e decisões do governo anterior que investiam no desmantelamento de políticas e estruturas administrativas. Como exemplo, temos a retomada da participação social na gestão governamental a partir da interlocução com a sociedade civil organizada, representada pela recriação de conselhos participativos da sociedade civil que haviam sido extintos no governo anterior (Inácio, 2023).

Além disso, outras importantes medidas adotadas no campo da Assistência Social foram o retorno do MDS, agora rebatizado de Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e do Programa Bolsa Família. Ainda,

destaca-se o anúncio de um pacote de recursos para reestruturação dos serviços que compõem o SUAS que devem somar o valor de cerca de 3,5 bilhões de reais no ano de 2023. Ademais, o combate à fome e a redução das desigualdades estão entre as prioridades do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, projeto este apresentado pelo novo governo e que se encontra em tramitação nas casas legislativas (Brasil, 2023).

Apesar das recentes mudanças que parecem indicar uma retomada da política de assistência social, inclusive tomando-a como uma das principais bandeiras do atual governo, há grandes desafios a serem enfrentados. Nesse cenário, é necessário apontar que o CRAS desenvolve seu trabalho socioassistencial em meio a uma realidade social marcada pelo avanço da pobreza, um recém-saído quadro de recessão econômica e pelo aumento do desemprego, agravados pela crise da pandemia de Covid-19 desde o ano de 2020, que ainda deixa marcas até o momento. E mais: os recorrentes cortes no orçamento de programas sociais e em recursos repassados para a manutenção de serviços socioassistenciais, pioraram ainda mais nos últimos anos o já frágil campo da política de Assistência Social.

Toda essa estrutura social permite refletir sobre a piora nas condições de trabalho que enfrentam os trabalhadores participantes desta pesquisa. E é em meio a essa realidade que se instala, como um grande desafio, a necessidade de desenvolver ações voltadas para a juventude no trabalho da Assistência Social.

Conforme aponta Rodrigues (2008), analisar o contexto social, em suas condições políticas e econômicas, são prerrogativas necessárias para melhor compreender o estado da arte do desenvolvimento de políticas públicas. Por esse motivo, refletir sobre o difícil cenário político-social aliado ao agravamento das condições econômicas de usuários e dos próprios trabalhadores torna-se uma tarefa necessária para analisar as ações desenvolvidas no âmbito do CRAS na atualidade.

Diante das situações de violências, físicas e simbólicas, vividas pelas juventudes da periferia de Caruaru e de tantas outras cidades brasileiras, e do papel da Assistência Social na constituição de uma rede de proteção às juventudes é preciso discutir como o campo da Proteção Social Básica pode se aproximar dos processos de subjetivação da juventude no território, em suas dimensões históricas e culturais.

Para isso, faz-se fundamental refletir sobre o trabalho desenvolvido com os jovens para ser possível pensar sobre outras formas de agir, superando designações

reducionistas que marcam a relação de trabalhadores de assistência social com as juventudes, principalmente aquela que está mais à margem das políticas públicas. Para aprofundar esse debate, discutiremos a partir de agora sobre a organização da PSB através de suas orientações e da realidade enfrentada no cotidiano dos equipamentos de Assistência Social, com a finalidade de encontrar possíveis potencialidades no exercício do trabalho junto às juventudes.

## **5.7 A Proteção Social Básica no Brasil**

Mesmo sendo uma política pública considerada relativamente jovem e enfrentando diversas barreiras políticas e econômicas para sua efetivação, o SUAS passou por uma rápida expansão desde a sua fundação até os dias atuais, principalmente no que se refere aos serviços e benefícios ofertados pela Proteção Social Básica através dos CRAS.

De acordo com dados do Censo SUAS 2022, hoje há 8.557 unidades de CRAS cadastradas em todo o país, sendo que 2.717 (ou 31,8%) estão localizadas na região Nordeste e 341 (4%) estão no estado de Pernambuco. Para se ter uma ideia da dimensão e alcance desta política, vemos o tamanho do Programa Bolsa Família, que é um dos mais reconhecidos programas de transferência no mundo e que hoje atende a mais de 21 milhões de famílias no Brasil. Em Pernambuco, quarto estado com maior número absoluto de beneficiários, são 1.658.964 famílias atendidas pelo programa (Brasil, 2023).

Antes de falar sobre a organização da Proteção Social Básica (PSB), é fundamental destacar que o SUAS, incluindo a PSB, têm como ponto de partida a centralidade na família como base para o desenvolvimento do trabalho socioassistencial. Esse princípio se baseia na ideia de que a família é a unidade básica da nossa estrutura em sociedade e desempenha um papel essencial no desenvolvimento e bem-estar de seus membros (Brasil, 2012). Exposto esse aspecto, é importante então discutir sobre o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo o principal equipamento da Proteção Social Básica e funciona como porta de entrada para os serviços do SUAS.

O CRAS é caracterizado como uma unidade socioassistencial comprometida com o atendimento de famílias e pessoas em desproteção, que vivem em condições de vulnerabilidade social, mediante ações individuais e coletivas

voltadas para a garantia de direitos sociais. Para a efetivação do seu trabalho, possui uma série de serviços, programas e benefícios socioassistenciais voltados para o atendimento das famílias e dos indivíduos acompanhados (Brasil, 2005).

Entre as principais ações oferecidas nestas unidades podemos citar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), programas como o Bolsa Família, Criança Feliz, além do atendimento e acesso ao Cadastro Único para programas sociais do governo federal (ibidem).

Das atividades mencionadas, duas são essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. O primeiro deles é o PAIF, que atua como o principal serviço da proteção básica, tendo como principais objetivos o de fortalecer a função protetiva da família; prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários; promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando seu protagonismo; garantir o acesso para quem necessita aos programas e projetos de transferências de renda e demais serviços socioassistenciais ofertados no CRAS e no âmbito do SUAS, além do acesso a outros serviços setoriais. Desta forma, o programa surge como porta de entrada para as demais atividades oferecidas no CRAS, como forma de garantir a assistência social como direito à cidadania (ibidem).

Considerando os objetivos apresentados, podemos citar cinco atribuições do PAIF presentes em seus cadernos de orientações técnicas, sendo eles: acolhida, oficina com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos (Brasil, 2014). Sua equipe básica é composta por profissionais de diferentes categorias profissionais, obedecendo ao número de famílias referenciadas, segundo a NOB-RH/SUAS, conforme quadro apresentado a seguir:

QUADRO 2 Quantidade de técnicos de nível por superior por CRAS

Família referenciadas	Capacidade de atendimento anual	Equipe de referência
Até 2.500	500	Um assistente social e um psicólogo
3.500	750	Três técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais e, preferencialmente, um psicólogo
5.000	1.000	Quatro técnicos de nível superior, sendo

		dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS. <sup>7</sup>
--	--	--

FONTE: NOBRH-SUAS (BRASIL, 2014).

Outra referência importante para este trabalho são os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), os quais constituem um conjunto de serviços realizados em grupo e de forma contínua. Esses serviços funcionam como um complemento ao PAIF, visando assegurar o pleno desenvolvimento humano e prevenir situações de vulnerabilidade e risco social (Brasil, 2014).

O SCFV tem como público acompanhado crianças, adolescentes, adultos e pessoas idosas, organizados e divididos segundo ciclos etários, e, prioritariamente, pessoas que vivem diante circunstâncias consideradas de risco como: situações de isolamento, trabalho infantil, vivência de violência ou negligência no cuidado, entre outros eventos (ibidem).

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais o SCFV se subdivide entre as seguintes categorias populacionais para sua organização: crianças de até 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, jovens de 15 a 17 anos, jovens de 18 a 29 anos, adultos de 30 a 59 anos e idosos a partir de 60 anos. Sobre essa estrutura, é preciso mencionar que a divisão por grupos etários existe para atender às demandas específicas existentes de cada um desses grupos populacionais (ibidem).

Sua equipe básica é composta por um técnico de referência, que um profissional de nível superior do CRAS onde este serviço está sendo referenciado, por orientadores sociais, que devem possuir, no mínimo, ensino médio completo, e facilitadores, que também devem ter no mínimo o ensino médio completo, sendo responsáveis pela realização de oficinas que fomentem a convivência por meio dos esportes, da cultura e do lazer (Brasil, 2011).

Estabelecemos essas duas estratégias como atividades prioritárias para a

---

<sup>7</sup> Podem compôr a equipe de referência do PAIF pedagogos, sociólogos, antropólogos ou outros profissionais com formação compatíveis com a intervenção social realizado pelo serviço.

estruturação desta investigação por compreender que tanto o PAIF como o SCFV são ações que podem atuar diretamente com as juventudes do território, mediante atividades continuadas ou pontuais, de forma coletiva ou individual, a partir da demanda identificada de cada sujeito.

Diante dessas possibilidades de atuação junto aos jovens surge a necessidade de produzir um olhar crítico frente às ações desenvolvidas nesses serviços, partindo da compreensão de que tanto o PAIF como o SCFV são estratégias de políticas públicas que também são voltadas para as juventudes do território e buscam garantir a proteção social desse ciclo de vida por meio de atividades que valorizam sua autonomia e seu desenvolvimento integral (Brasil, 2014). Compreendido este aspecto, passamos agora a evidenciar como esses dois serviços podem se relacionar e se complementar na execução do trabalho socioassistencial desenvolvido na Proteção Básica.

## **5.8 A Proteção Social Básica em Caruaru**

Como observado no capítulo anterior, a cidade de Caruaru é destacada como uma importante cidade do interior de Pernambuco. Diante de seu tamanho e destaque, o município conta com uma grande oferta de diversos serviços públicos e privados voltados para a garantia de direitos sociais.

Na organização da Proteção Social Básica (PSB) do município, de acordo com o CadSUAS, Caruaru conta com dez CRAS. Além dessas unidades, a PSB conta com seis Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, os quais são unidades onde são desenvolvidos os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do município, de forma descentralizada (Brasil, 2023).

Sobre essa estruturação, é necessário ilustrar que há localidades em que esses serviços de convivência acontecem na própria unidade do CRAS, assim como há cidades que executam tais ações nos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, como Caruaru. Apesar da distinção entre os serviços, mesmo que sejam ambientes físicos diferentes, os Centros de Convivência também têm o CRAS como sua referência para sua atuação, uma vez que esta unidade e o PAIF são a porta de entrada para a construção das linhas de cuidado no âmbito do SUAS.

Abordada essa questão, passamos então à descrição dos CRAS e dos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos locais. Hoje, Caruaru conta com

dez CRAS, sendo eles: Vassoural, Centenário, Maria Auxiliadora, Salgado e Rendeiras do Cedro, que ficam localizados na zona urbana do município, e o CRAS Taquara, Pau Santo, Itaúna, Xicuru e Malhada de Pedra, que ficam na zonarural do município. Ainda, há seis Centros de Convivência, sendo eles: Centro Irmã Werburga Schaffrath, Fernando Lira, Salgado e Rendeiras, que ficam na zona urbana do município, e o Centro Vila Peladas e Vila Canaã, que ficam na zona rural.

Todas essas unidades estão localizadas em áreas de maior vulnerabilidade social do município, assim como orienta a tipificação dos serviços socioassistenciais (Brasil, 2014). Diante da dimensão da rede e dos objetivos deste estudo, optamos por atuar apenas com os serviços localizados na zona do município, por observar que esses atendem a um maior contingente de pessoas diariamente, e pela necessidade de delimitar e aprofundar questões pertinentes à pesquisa com os trabalhadores.

Hoje, os serviços da zona urbana que compõem a Proteção Social Básica desenvolve diretamente 17 grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados para as faixas-etárias que atendem às juventudes, sendo que 986 estão frequentes nos SCFV de 6 a 14 anos, e outros 285 estão nos grupos de 15 a 17 anos, segundo levantamento realizado previamente junto à gestão municipal da Assistência Social de Caruaru.

Além desses serviços, o PAIF, obedecendo às orientações presentes na PNAS, também deve realizar atividades protetivas voltadas para a garantia de direitos junto às juventudes do território. Contudo, dados referentes à quantidade de jovens acompanhados hoje não são investigados ou categorizados pela vigilância socioassistencial do município. Desta forma, não é possível analisar previamente a dimensão do trabalho realizado aos jovens pelos profissionais destes serviços.

Tomamos como base a estrutura local da PSB para desenvolver a pesquisa apresentada nos territórios do CRAS Salgado e CRAS Centenário. Optamos por essas unidades devido ao fato de estarem localizadas em regiões que enfrentam um grande estigma perante a população local. Além disso, o CRAS Salgado atende ao maior bairro em termos populacionais da cidade, enquanto o CRAS Centenário se destaca por ser a unidade mais antiga em funcionamento no município. Diante desses aspectos, dedicaremos nossa atenção para apresentar os equipamentos socioassistenciais que compõem o território dessas duas unidades.

#### 5.8.1. Território do CRAS Centenário

O primeiro deles é o CRAS Centenário, implantado no dia 1 de dezembro de 2006, e se destaca como o primeiro equipamento do município a funcionar com estrutura própria. Seu território é marcado por um quadro latente de desigualdade social e de violência urbana, que permeiam as representações da população sobre a região a qual atendem, como ilustramos anteriormente.

Sua área adscrita é composta por 8 bairros, tendo o Morro Bom Jesus, Centenário e João Mota como áreas onde há a maior prevalência de questões relacionadas às desigualdades sociais e condições de pobreza da população. Além disso, a referência da unidade à região do centro da cidade e sua proximidade com a BR tornam esta unidade uma importante referência para pessoas de outras regiões que transitam por Caruaru. Segundo dados do Censo IBGE de 2010 e apresentados no diagnóstico territorial do equipamento, a população do território da unidade é de 34.381 habitantes.

QUADRO 3 Território adscrito do CRAS Centenário

CRAS Centenário		
Endereço: Rua Professora Maria Emília, 460 – Centenário	Horário de Funcionamento: 07 às 17h	
Área de abrangência	Bairros/Territórios	
	Caiucá	Monte Bom Jesus
	Centenário	Centro
	Divinópolis	Santa Clara
	João Mota	São Francisco

FONTE: Dados da Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social de Caruaru.

Sua equipe é composta por 6 profissionais de nível superior, que atuam junto ao PAIF, sendo 4 assistentes sociais e dois psicólogos; há ainda 6 profissionais de ensino médio, que desenvolvem atividades como acolhida, busca-ativa e cadastro e acompanhamento de situações relacionadas ao CadÚnico para programas sociais do governo federal. Além disso, há 1 coordenadora, 2 auxiliares de serviços gerais e 1 porteiro, conforme apresentado no quadro abaixo.

QUADRO 4 Composição da equipe técnica do CRAS Centenário

Categoria Profissional	Quantidade
Coordenação	1
Psicólogas	2
Assistentes Sociais	4
Agente social	1
Técnico (a) de Nível Médio	2
Entrevistadores sociais	3
Auxiliar de Serviços Gerais	2
Porteiro	1

Fonte: Dados da Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social de Caruaru

O espaço da unidade é composto por uma recepção, 4 salas de atendimento individual, 1 sala de atendimento coletivo, cozinha, sala para cadastro único e uma área externa, que hoje está sem uso.

Para se ter uma ideia da dimensão do CRAS Centenário, apontamos dados da vigilância socioassistencial do município referente à produção do equipamento no ano de 2023, que apontam que, em média, 128 famílias foram acompanhadas pelo serviço através do PAIF, por mês. Além disso, houve 19.705 atendimentos relacionados a demandas espontâneas, requerimento de benefícios assistenciais, cadastros e atualizações no CadÚnico e 2.839 visitas domiciliares realizadas pela equipe PAIF, onde as principais demandas estavam relacionadas aos descumprimentos de condicionalidades, busca-ativa e acompanhamento de famílias em condição de vulnerabilidade social.

Além do CRAS, outro equipamento que compõe o território desta unidade e que fez parte desta pesquisa é o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Irmã Werburga Schaffrath, responsável por desenvolver atividades relacionadas aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

Nessa unidade, os serviços funcionam divididos em duas partes. No primeiro momento, há rodas de conversa e orientações realizadas com a educadora social. Após a atividade, são realizadas oficinas temáticas, onde são desenvolvidas aulas de música, de instrumentos musicais como sanfona, instrumentos de sopro ou

violão, além de aulas de balé, de artes manuais ou de dança.

A unidade atende a grupos de crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos, conforme preconiza o funcionamento do SCFV. Sua equipe é composta por uma coordenadora, uma auxiliar administrativa, uma educadora social, duas auxiliares de serviços gerais e quatro arte-educadores. Hoje, seu espaço é uma casa alugada, composta por 2 salas de atendimento individual, 1 sala de reuniões, 2 salas de atendimento coletivo, 1 cozinha, 2 banheiros e 1 pátio onde se desenvolvem atividades coletivas.

QUADRO 5 Composição da equipe técnica Centro de Convivência Irmã Werburga

Categoria Profissional	Quantidade
Coordenação	1
Arte educador (a)	4
Educadora social	1
Auxiliar administrativo	1
Auxiliar de Serviços Gerais	2

Fonte: Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social de Caruaru

### 5.8.2 Território do CRAS Salgado

Fundado em 01 de outubro de 2005, o CRAS Salgado atende à região com maior densidade populacional da cidade, composto por 11 bairros, tendo o bairro Salgado como maior deles e também o mais complexo em termos de desigualdades e problemas sociais. De acordo com dados fornecidos pela vigilância socioassistencial do município, em 2023 o equipamento teve em média 186 famílias em acompanhamento por mês, além de ter realizado 18.513 atendimentos e 1.987 visitas domiciliares ao longo do referido ano.

QUADRO 6 Território adscrito CRAS Salgado

CRAS Salgado	
Endereço: Rua Roberto Simonsen, 201 – Salgado	Horário de funcionamento: 07:00 às 17:00

Área de abrangência	Bairros/territórios	
	Amilson Afonso	Parque da Cidade
	Fernando Lira	Salgado
	Lagoa do Algodão	São João da Escócia
	Luiz Gonzaga	Universitário
	Maurício de Nassau	Várzea do Cedro
	Parque Real	

Fonte: Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social de Caruaru

Sua equipe é composta por 2 profissionais de nível superior, que atuam junto ao PAIF, 5 profissionais de ensino médio, que desenvolvem atividades como acolhida, busca-ativa e cadastro e acompanhamento de situações relacionadas ao CadÚnico para programas sociais do governo federal. Além disso, há uma coordenadora, uma recepcionista e 2 auxiliares de serviços gerais, conforme apresentado no quadro abaixo. Destacamos que hoje a equipe se encontra com um número de profissionais inferior ao determinado para sua equipe básica, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014).

QUADRO 7 Composição da equipe CRAS Salgado

Categoria Profissional	Quantidade
Coordenação	1
Psicologia	1
Serviço Social	1
Técnico (a) de Nível Médio	5
Agente Social	1
Auxiliar de Serviços Gerais	2
Porteiro	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social de Caruaru.

Além das atividades essenciais ao CRAS, esse território possui dois Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que também fizeram parte desta pesquisa. Um deles é o Centro de Convivência Fernando Lyra, que fica

localizado no bairro que leva o mesmo nome, sendo reconhecido como uma região em que há forte presença de conflitos decorrentes da violência urbana, como briga de gangues contra grupos pertencentes ao bairro do Salgado.

Figura 5 Fachada do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Fernando Lyra



Fonte: Acervo pessoal

Essa condição, relatada por profissionais e pelos próprios moradores, afeta a população local, os jovens que vivem na região e a própria equipe que atua na instituição, que tem que lidar cotidianamente com situações de violência urbana que desafiam seu trabalho. O retrato dessa realidade reflete também na ausência de profissionais para compor este equipamento, segundo informações obtidas ao longo das entrevistas. Há temor de alguns profissionais quanto aos estigmas da violência que carregam o território. Hoje, sua equipe é composta pelos seguintes profissionais, conforme tabela abaixo:

QUADRO 8 Equipe do Centro de Convivência Fernando Lyra

Categoria Profissional	Quantidade
Coordenação	0
Arte educador	2
Educadora social	1
Auxiliar administrativo	1
Auxiliar de Serviços Gerais	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social de Caruaru.

Outro equipamento que faz parte desse território é o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Salgado, que está localizado na mesma rua e a poucos metros da sede do CRAS. Sua equipe é composta por uma coordenadora, seis técnicos de nível médio, dos quais quatro são arte-educadores, uma é agente social e uma é orientadora social; há ainda um porteiro e uma auxiliar de serviços gerais.

QUADRO 9 Composição da equipe do Centro de Convivência Salgado

Categoria Profissional	Quantidade
Coordenação	1
Técnico (a) de Nível Médio	6
Auxiliar de Serviços Gerais	2
Porteiro	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social de Caruaru.

Diante do cenário local aqui apresentado e da importância do trabalho socioassistencial para a região de Caruaru, analisamos como essa rede de serviços tem atuado voltada para a garantia de direitos sociais junto às juventudes dos territórios acompanhados. Compreendendo a dimensão do problema da desigualdade social permanente no município, dos problemas enfrentados pela rede de serviços socioassistenciais e da fragilidade da rede de proteção às juventudes é que temos como desafio pensar estratégias de fortalecimento destas políticas voltadas para a execução do trabalho protetivo de forma eficiente e qualificada.

## 6 PERCURSO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento deste trabalho, optamos pela Avaliação em Profundidade (AP), que se destaca como um método comprometido com a produção de conhecimento voltada para a transformação social. Isso porque esse tipo de pesquisa se dedica a compreender o sentido de uma política pública a partir da lógica dos sujeitos e do contexto no qual eles e a política estão inseridos. (Rodrigues, 2008, 2011).

Criada pela inquietação quanto à insuficiência de modelos de análise que considerem o contexto social, econômico, político e cultural, a Avaliação em Profundidade é uma ferramenta metodológica que tem em vista romper com modelos meramente tecnicistas e positivistas de avaliação, propondo estabelecer uma pesquisa extensa, detalhada, ampla, multidimensional e interdisciplinar (Rodrigues, 2011).

Diante desta perspectiva, Cruz (2019) destaca que essa proposta instiga uma avaliação que foge às linhas tradicionais de pesquisa, não se limitando a um único modelo de investigação, seja ele quantitativo ou qualitativo, conforme apresenta:

(...) Isto põe como exigência que não pode somente analisar os resultados frente à averiguação de metas ou em itens priorizados pelo programa. Como também não se limita a aportes qualitativos, uma vez que sua extensão e detalhamento podem requerer mobilizar pesquisa quantitativa ou métodos mistos, como a triangulação de dados (p. 171).

No entanto, para o desenvolvimento desta pesquisa, optamos por mobilizar, fundamentalmente uma abordagem qualitativa como ferramenta de investigação, pois acreditamos que esta modalidade metodológica proporciona a oportunidade de construir uma visão mais ampla sobre o objeto pesquisado, possibilitando conhecer representações, crenças e relações envolvidas no campo de análise. (Minayo, 2014).

Para o desenvolvimento da AP, enquanto proposta de investigação, Rodrigues(2008) sugere quatro campos analíticos considerados essenciais para a efetivação na pesquisa avaliativa, a saber: análise de conteúdo da política ou do programa investigado, análise do contexto, trajetória institucional, e o espectro temporal e territorial que engloba uma política ou programa.

Em meio aos campos apresentados, é importante destacar que a perspectiva avaliativa proposta não constitui um método fechado a ser seguido e,

sim, um caminho metódico aberto a exigir delimitações conforme as exigências da política pública em estudo. A Avaliação em Profundidade “articula análise e avaliação”, incluindo questões históricas e fatores locais, regionais e globais, buscando compreender como esses elementos se relacionam. Não há foco unicamente no aqui e agora e no tempo presente, mas, sim, no contexto político, econômico, cultural e social do objeto de investigação (Rodrigues, 2011).

Como referências teóricas, a AP mobiliza distintos saberes de forma interdisciplinar, como as Ciências Políticas, a História, a Sociologia, a Economia, entre outros campos, principalmente no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas. A partir da construção de uma visão multidimensional, busca-se compreender sentidos e significados que permeiam o campo a ser analisado (Rodrigues, 2008, 2011).

Diante disso, a partir das especificidades de uma dada política pública, a Avaliação em Profundidade traz a possibilidade de aliar aspectos quantitativos e qualitativos, cruzando todas as informações disponíveis com a finalidade de desvelar a realidade vivida pelo objeto que está sendo investigado (Cruz, 2019; Rodrigues, 2011).

Cabe destacar que esse tipo de avaliação demanda tempo, dos sujeitos, dos pesquisadores e das instituições, que funcionam em parâmetros diferentes. Para enfrentar este desafio, surge como necessidade que o tempo da AP atenda às noções de eficiência, eficácia e efetividade com uma lógica contrária à determinada pelo modelo positivista (ibidem).

Além da preocupação com o tempo, cabe destacar que esta metodologia rechaça a neutralidade e entende a política pública comprometida com a justiça social, a cidadania e a emancipação dos sujeitos. Para sua efetivação, há como desafio ao pesquisador a escolha cuidadosa do paradigma que irá orientar sua concepção de ciência (Rodrigues, 2016).

Considerando as ponderações acerca das possibilidades de investigação utilizando a Avaliação em Profundidade, propomo-nos assumir esse paradigma nos percursos desta pesquisa. A seguir, nos debruçamos a desvelar sobre os pontos que nortearam esta investigação, a partir dos aspectos que Rodrigues (2008) propõe para a construção de uma pesquisa voltada para a perspectiva da Avaliação em Profundidade.

## 6.1 Análise de conteúdo

Entre as tarefas necessárias para o desenvolvimento desta Avaliação em Profundidade, iniciamos esta pesquisa com a análise do conteúdo que permeia a construção da Política de Assistência Social. Para tanto, foram consideradas as seguintes legislações e documentos:

- Lei Orgânica de Assistência Social, Lei 8.742, 1993;
- Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004;
- Norma Operacional Básica – NOB/Suas;
- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS;
- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
- Projeto Político Pedagógico do CRAS Centenário e CRAS Salgado;
- Projeto Político Pedagógico dos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Irmã Werburga, Salgago e Fernando Lyra;

A análise desses documentos proporcionou uma base normativa para contextualizar a atuação na área da Proteção Social Básica no SUAS em um contexto geral e local, fornecendo um quadro referencial importante para a compreensão do contexto em que a Avaliação em Profundidade foi conduzida, a partir da realidade vivida nos CRAS e Centros de Convivência investigados.

Além disso, segundo Rodrigues (2019), “toda metodologia expressa um compromisso teórico e, portanto, paradigmático”. Frente a esta afirmação, é importante alinhar os apontamentos teóricos aos quais o estudo está comprometido. Para tanto, abordamos três conceitos que nos dão o suporte necessário a esta discussão, sendo eles: as desigualdades sociais, as juventudes e a Assistência Social.

Pensar esses conceitos a partir de uma perspectiva alinhada aos direitos humanos e à justiça social nos permite tecer importantes reflexões sobre as demandas que perpassam a vida das juventudes brasileiras que enfrentam condições de vulnerabilidade e negação de direitos sociais e individuais.

## 6.2 Análise de contexto

A construção avaliativa, aqui apresentada, demarca, como ponto central, a análise do contexto em que a Política de Assistência Social vem sendo desenvolvida no interior do Estado brasileiro, sobretudo, no âmbito da contemporaneidade democrática. Buscamos, a partir deste eixo de análise, pensar a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas esferas nacional e local, considerando uma ampla configuração dos movimentos políticos e das condições sociais e econômicas estabelecidas no país, conforme proposta apresentada por Rodrigues (2011) na elaboração desta metodologia.

A autora supracitada destaca a importância de estabelecer uma abordagem relacional nesta análise no tocante à realidade política, econômica e social do país, com repercussões estaduais e locais. Isso implica compreender a expressão desta política pública não apenas como uma ação isolada, mas, sim, como parte de um conjunto de intervenções que indicam o modo de agir das estruturas do Estado em dado momento histórico.

Como cenário local para o desenvolvimento desta avaliação, trazemos com destaque a realidade presente em Caruaru, município localizado no agreste de Pernambuco e tem uma população estimada em 378 mil habitantes, com base em estimativas do IBGE - Censo 2022. Ainda, segundo dados da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) do mês de junho de 2023, o município possui 106.053 famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais do governo federal, sendo que 78.572 (74%) destas vivem com renda per capita de até 1/2 salário mínimo (Brasil, 2023).

A partir destes dados, podemos ter dimensão quanto ao número de famílias atendidas pela Política de Assistência Social em Caruaru. Diante dessa realidade, focamos especificamente o universo da Proteção Social Básica local nos dois CRAS e três Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, selecionados, de maneira intencional, para o desenvolvimento desta pesquisa, obedecendo aos objetivos deste estudo.

Para subsidiar o desvendamento da realidade local, desenvolvemos a observação sistemática do funcionamento das unidades, juntamente com a verificação de documentos, como instrumentos de planejamento e execução dos trabalhos das equipes. Tais aspectos ajudaram a ilustrar a estrutura do trabalho na assistência social

local voltada para a atuação com as juventudes.

Por fim, é necessário destacar que Rodrigues (2011) ainda expõe sobre a importância de observar a cultura como componente fundamental para a compreensão do contexto. A autora alerta sobre a necessidade de se observar elementos simbólicos, como questões étnicas e identitárias, valores morais e ideologias, entre outros aspectos, para obter um maior conhecimento quanto às estruturas desenvolvidas referentes ao contexto investigado. Portanto, frente a essa dimensão, colocamos a cultura local como aspecto de destaque para nortear as análises aqui apresentadas.

### **6.3 Trajetória institucional**

Outro aspecto crucial para o desenvolvimento da Avaliação em Profundidade (AP) está relacionado à análise da trajetória institucional da Política de Assistência Social. Nesse contexto, Rodrigues (2011) destaca a desafiadora tarefa de alcançar um entendimento abrangente de uma política que se desdobra em uma lógica descentralizada, atendendo a propósitos regionais e locais.

Para enfrentar essa complexidade, abordamos a proposta de trajetória institucional apresentada por Gussi (2008), fundamentada na noção de trajetória desenvolvida por Pierre Bourdieu, que coloca em questão a perspectiva de que uma trajetória de vida é um processo de construção coerente e linear.

A partir desta lógica, Gussi (2018) sugere considerar a trajetória institucional de maneira análoga à trajetória de vida delineada por Bourdieu. Em meio a essa compreensão, o autor argumenta que, assim como na vida, as instituições devem ser analisadas considerando os diversos caminhos e desdobramentos que percorrem ao longo do tempo, alcançando as diferentes estruturas que incidem e atuam sobre o seu campo de sentidos.

Portanto, para a análise da trajetória institucional dos equipamentos investigados que compõem a Proteção Social Básica de Caruaru, o estudo foi realizado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) Centenário e Salgado. Além disso, a pesquisa também abrangeu os Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Irmã Werburga Schaffrath, Fernando Lyra e Salgado.

Todos os equipamentos estão localizados na zona urbana de Caruaru. A

escolha pela delimitação desta área se deu pelo fato de os dois CRAS possuírem um grande fluxo de atendimentos e atuação frente à população mais vulnerável. Além dessas unidades, os Centros de Convivência que fazem parte desta pesquisa estão no território de abrangência dos dois CRAS.

O CRAS Salgado, referência para os Centros de Convivência Fernando Lyra e Salgado, é responsável por atender ao maior bairro da cidade, que leva o mesmo nome da unidade, enfrentando grandes desafios relacionados às desigualdades sociais. Por sua vez, o CRAS Centenário, referência para o Centro de Convivência Irmã Werburga, também atende a outra região com fortes demandas sociais, como é a região do Morro, do Centro e do próprio bairro do Centenário. Os dois territórios são reconhecidos como regiões que necessitam de grande atenção por parte do poder público no enfrentamento das condições de vida e de vulnerabilidade de boa parte da sua população.

Neste cenário, o estudo propôs elaborar um diagnóstico situacional, com a realização de grupos focais, aplicação de questionários e a utilização da técnica de entrevistas semiestruturadas junto aos profissionais que atuam na Proteção Social Básica (PSB) desses territórios com as juventudes. Durante esses procedimentos, abordamos aspectos relacionados à trajetória individual dos trabalhadores atuando como profissionais da assistência social com o público jovem, e a compreensão destes em relação à política voltada para o trabalho com essa faixa etária.

De início, foi explicitado aos profissionais do CRAS e Centros de Convivência participantes sobre os objetivos do estudo, sua relevância, os instrumentos utilizados e os procedimentos adotados durante o desenvolvimento do trabalho. A aplicação dos instrumentos foi avaliada durante todo o processo de realização do estudo, onde as etapas poderiam ser adaptadas.

Após os apontamentos iniciais, foram realizados grupos focais em cada instituição investigada, junto aos profissionais que estavam presentes na unidade naquele dia. O grupo focal é reconhecido como uma técnica de pesquisa qualitativa onde há a interação do pesquisador com um grupo de pessoas selecionadas para discutir e explorar sobre um determinado tema (Minayo, 2014).

Durante o desenvolvimento deste grupo, que idealmente conta com um número recomendado de seis a doze participantes, as pessoas são incentivadas a compartilhar suas opiniões, crenças e experiências sobre o assunto em discussão. O facilitador media as conversas, apresentando questões abertas e promovendo a

interação entre os participantes. Essa abordagem possibilita ao pesquisador obter uma compreensão mais profunda das representações e crenças do grupo em relação ao tema investigado (Gatti, 2015).

Diante desta ferramenta, o estudo incluiu a realização de cinco grupos focais, um em cada uma das instituições investigadas. A realização desta abordagem investigativa permitiu obter uma compreensão mais profunda dos aspectos que influenciam a rotina e o funcionamento dos equipamentos, bem como dos processos de trabalho dos profissionais de cada uma das unidades, a partir de suas particularidades.

Após a realização dos grupos, selecionamos profissionais que trabalham diretamente com jovens no território. Após essa seleção, utilizamos questionários para coletar dados sociodemográficos, incluindo variáveis como data de nascimento, sexo, cor/raça, orientação sexual, escolaridade, cargo, tempo na função e atividades realizadas na unidade. Para obter informações sobre percepções e análises do trabalho desenvolvido, conduzimos entrevistas semiestruturadas com técnicos de nível superior e orientadores sociais que atuam diretamente com os jovens em cada unidade socioassistencial investigada.

A população do estudo foi constituída pelos profissionais que atuam nos equipamentos de Proteção Social Básica mencionados. O recorte amostral foi realizado a partir de profissionais que atuam diretamente com jovens destas unidades assistenciais. Portanto, técnicos de nível superior que atuam no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e os orientadores sociais que atuam em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que atendam a faixa-etária entre 12 e 17 anos foram os profissionais participantes do estudo. A escolha pela faixa-etária parte da organização quanto ao trabalho efetuado pelos serviços de Proteção Social Básica, que ofertam atividades específicas para esse perfil etário.

Foram incluídos no estudo os técnicos de nível superior e os orientadores sociais que atuam nas unidades dos CRAS e Centros de Convivência investigados, de ambos os sexos, que tenham assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que aceitaram participar da pesquisa e desenvolvam seu trabalho com jovens com idade entre 12 e 17 anos.

Foram excluídos do estudo técnicos de nível superior e orientadores sociais que não aceitaram participar do estudo ou não assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Houve ainda a delimitação diante de profissionais que não

atuam com os jovens com idade entre 12 e 17 anos, faixa-etária proposta para a realização desta pesquisa.

Para a análise dos dados obtidos durante as técnicas de grupo focal e das entrevistas semiestruturadas, foi utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin (2015). O método de análise apresentado pela autora propõe um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos diversificados, permitindo ao pesquisador inferir sobre os fatos que estão sendo investigados.

Entre as técnicas existentes para análise de conteúdo, utilizamos a análise temática, como proposta para a descrição dos resultados. Essa ferramenta se dá através da categorização de núcleos de sentido ou temas de um texto, onde, a partir desses temas, busca-se estabelecer um campo de significados, ou unidades de sentido, de acordo com o problema que está sendo investigado. (Minayo, 2014; Richardson, 2017).

O estudo aqui proposto é elaborado segundo a Resolução n.º 466/12 e Resolução n.º 510/16, do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que determina diretrizes éticas e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos, e será submetido a Plataforma Brasil e a um Comitê de Ética em Pesquisa para apreciação e aprovação.

Conforme definição de Cellard (2010), foram utilizados documentos de arquivo público, que se constituem em fontes primárias, em que buscamos as informações que possibilitaram conhecer a comunidade em que vivem os participantes da pesquisa, de modo a construir uma descrição de seu contexto de vida e de suas condições concretas de existência. Os documentos ofereceram dados sobre a população, tais como faixa etária, escolaridade, renda, situação de moradia, entre outros. Foi feita uma solicitação formal à Secretaria Municipal de Assistência Social, para o acesso aos documentos institucionais.

#### **6.4 Espaço Temporal e Territorial**

Durante esta pesquisa, podemos observar que a Política de Assistência Social no Brasil tem sofrido constantes transformações frente às mudanças político-ideológicas que tangenciam as disputas de poder no país. E é neste cenário que tivemos em vista avaliar o trabalho da Proteção Social Básica frente à garantia de direitos sociais das juventudes pobres de Caruaru, a partir da realidade enunciada nos

territórios dos CRAS Centenário e CRAS Salgado.

Para tanto, apresentamos a realidade vivida no estado de Pernambuco e em Caruaru, abordando aspectos culturais, econômicos e sociais que caracterizam a região macro pesquisada. Posteriormente, colocamos a lente sob a realidade enunciada nos territórios pesquisados, destacando as condições específicas que caracterizam as localidades acompanhadas pelo CRAS Centenário e pelo CRAS Salgado.

Feita a delimitação sobre o espaço em que realizamos essa investigação é importante também desenharmos sobre qual o tempo visamos pesquisar, na medida em que somente a avaliação do cenário atual deste campo da assistência social não daria conta de avaliar o seu trabalho, já que entendemos as profundas transformações que esta política pública sofre a cada mudança de poder no legislativo e executivo, tanto no âmbito local, como regional ou federal.

Para desbravar sobre as mudanças ocorridas nos últimos anos, em que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) viveu sob o comando de governos de diferentes correntes ideológicas, como a extrema-direita de Jair Bolsonaro e o recente retorno de Lula ao poder, de centro-esquerda, visamos avaliar a realidade enfrentada na Proteção Social Básica de Caruaru entre os anos de 2019 e 2024.

Acreditamos que este período ilustre os desafios impostos a esta política pública que, mesmo sendo uma garantia constitucional, ainda encontra uma série de desafios para se firmar enquanto direito social para toda a população que necessita de sua atenção. É importante mencionar que, ao longo dessa pesquisa, os participantes serão informados acerca de sua temática, bem como os objetivos da investigação e seus aspectos éticos, como a garantia da confidencialidade, do anonimato e da não utilização das informações em prejuízo dos indivíduos.

Ao longo do estudo, os pesquisadores garantem a devolução dos resultados aos profissionais, esclarecendo todas as medidas avaliadas. Por meio desta estratégia, o estudo visa realizar novos levantamentos sobre o trabalho socioassistencial desenvolvido com jovens da periferia de Caruaru, fortalecendo a tecnologia social dos serviços oferecidos aos jovens nos CRAS e nos Centros de Convivência, e contribuir para a melhoria do trabalho realizado no campo da assistência social do município.

Apresentamos através da tabela a seguir as informações consolidadas que descrevem as escolhas que orientaram a construção dessa pesquisa:

QUADRO 10 Metodologia da pesquisa

Dimensão	Classificação
Método	Avaliação em Profundidade (AP)
Tipo de pesquisa	Exploratória
Abordagem da pesquisa	Qualitativa
Coleta de dados primários	Grupo focal, entrevistas semi-estruturadas e questionários;
Coleta de dados secundários	Revisão de literatura, Instrumentos de planejamento e cronograma de atividades das instituições;
Análise de dados	Análise de Conteúdo temática (Bardin, 2011).
Instituições participantes	CRAS Salgado, CRAS Centenário, Centro de Convivência Irmã Werburga, Salgado e Fernando Lyra;
Quantidade de entrevistados	9

## **7 A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM CARUARU E O TRABALHO SOCIOASSISTENCIAL COM AS JUVENTUDES**

Para instrumentalização desta etapa da investigação, na qual apresentamos os resultados da pesquisa de campo, adotamos a Análise de Conteúdo conforme proposta por Bardin (2015) como recurso metodológico. Esse método tem o objetivo de descrever e estruturar o campo de discussões a partir do material coletado. Dentre as técnicas sugeridas pela Análise de Conteúdo, utilizamos a análise temática por frequência para organizar e interpretar as informações obtidas. Essa metodologia se concretiza por meio da categorização de núcleos de sentido ou temas presentes nos dados, e, a partir desses temas, buscamos identificar e interpretar campos de significados relacionados ao problema de pesquisa (Richardson, 2017).

Em meio a um cenário de mudanças e incertezas que permeiam o campo da Assistência Social, iniciamos esta pesquisa com o olhar de profissionais que, embora receosos, mostraram-se receptivos e curiosos em participar das atividades propostas. Com base nessa realidade, implementamos estratégias de investigação em cinco unidades, iniciando pela realização de grupos focais em três desses equipamentos. Destacamos que, em dois centros de convivência, mesmo após diversas tentativas, não foi possível realizar a atividade devido à falta de disponibilidade das equipes, que trabalham em escalas e frequentemente têm outros vínculos empregatícios.

Essa dificuldade observada no agendamento já nos indicou a complexidade do trabalho no contexto da Proteção Social Básica local e a importância de considerar as limitações enfrentadas pelos profissionais em sua rotina desafiadora, marcada pela instabilidade nos vínculos profissionais e pela baixa remuneração. Muitos trabalhadores precisam buscar outras fontes de renda para complementar sua renda. Diante dessa realidade, é fundamental reconhecer esses desafios para representar o mundo real vivido por esses trabalhadores nas unidades pesquisadas.

Após os procedimentos iniciais, novos horários foram agendados para a aplicação dos questionários e entrevistas, respeitando sempre a disponibilidade dos profissionais. Durante as pausas nas atividades, enquanto aguardava nos corredores ou caminhava pelos serviços, notei como cada detalhe da rotina era revelador. Os olhares atentos, as conversas rápidas entre turnos, o som dos grupos em movimento. Essas observações, feitas entre idas e vindas, mostraram mais do que o planejado

nas entrevistas: revelaram uma camada profunda da realidade vivida tanto pelos profissionais quanto pelos próprios usuários que frequentam essas unidades.

Diante do material obtido nos grupos focais e nas entrevistas semiestruturadas, construímos um quadro de análise organizado segundo categorias, subcategorias e unidades de sentido que mais surgiram durante esses momentos, buscando obedecer a uma lógica organizacional afinada aos temas geradores desenvolvidos nas conversas com os profissionais da Proteção Social Básica, que por sua vez, obedeceram aos sentidos propostos nos objetivos específicos desta pesquisa.

Frente a essa estratégia, a pesquisa aqui apresentada analisou o trabalho desenvolvido por equipes da PSB de Caruaru voltado para a garantia de direitos e proteção de juventudes locais, explorando as atividades realizadas por esses profissionais e os relatos construídos com base no cotidiano investigado e os correlacionando às discussões teóricas que ancoram os estudos envolvendo esse campo de prática. Para ilustrar essa análise, apresentamos o quadro onde escolhemos abordar quatro eixos principais, que contemplam os objetivos específicos definidos para esta pesquisa, e aparecem como categorias principais referentes ao conteúdo observado junto aos profissionais, conforme abaixo enunciado:

QUADRO 11 Distribuição das principais categorias de análise

Categorias	Subcategorias	Unidades de sentido mais apresentadas
Trabalho no SUAS	Precarização do trabalho	Baixa remuneração, instabilidade, equipes incompletas;
	Adoecimento no trabalho	Exaustão, cansaço, alta demanda, desespero, medo, frustração;
	Falta de planejamento	Falta de formações, falta de rotina, dificuldade em fazer reuniões;
	Desafios para o trabalho intersetorial	Boa relação com a saúde, boa relação com as escolas,

		dificuldades com a educação;
	Satisfação do trabalho no SUAS	Recompensador, estímulo da comunidade, resultados positivos no trabalho;
Necessidades dos jovens em situação de vulnerabilidade social	Violência urbana	Briga de família, envolvimento com gangue, medo, assaltos;
	Pobreza	Insuficiência alimentar, fome, falta de dinheiro, desigualdade social, más condições de moradia;
	Falta de perspectiva e de apoio da família	Falta de planos, apatia, interferência do meio social, falta de vontade, não quer mudar;
	Relações com o tráfico e consumo de drogas ilícitas	Consumo de drogas por amigos, venda de drogas na família, consumo precoce de drogas e álcool;
	Afastamento das escolas	Descumprimento de condicionalidade, trabalho precoce, ganhar dinheiro, influência da família para trabalhar;
	Ações realizadas pela PSB com os jovens	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
	Ações do PAIF	Grupo de gestantes, acolhimento, busca-ativa, descumprimento de condicionalidades de educação, evasão escolar, busca por benefícios;
	Atividades pontuais	Ação demandada pela gestão, oficinas para atrair os jovens;

	Estratégias de aproximação	Fala mais próxima da realidade, busca pelas famílias, atividades de interesse.
	Atuação durante a pandemia	Afastamento dos jovens, ausência de EPI, violência urbana;
Desafios no trabalho com as juventudes na PSB	Dificuldade na comunicação entre equipe e jovens	Pouca procura, desinteresse, falta de compreensão sobre o trabalho;
	Relação CRAS-famílias	Falta de incentivo da família, busca limitada ao benefício pecuniário, precária participação das famílias, negligência das famílias no cuidado;
	Atividades desinteressantes aos jovens	Falta de materiais, estrutura precária, pouca formação, interesse pelo mercado de trabalho, atividade infantil, preferência por novas tecnologias;
	Relação escola – Proteção Social Básica	Escola de tempo integral, pouca colaboração, novas estratégias educacionais em detrimento dos SCFV;
	Trabalho	Busca por renda, incentivo da família, desejo pelo consumo.

Fonte: Grupos focais e entrevistas realizadas pelo autor.

Após a exposição do quadro temático com as categorias identificadas ao longo da pesquisa, aprofundamo-nos em cada uma delas. Iniciamos com uma análise sobre o trabalho no SUAS, destacando a identificação dos profissionais que atuam na assistência social voltada para as juventudes nas unidades, com base nos dados do questionário socioeconômico e nas falas representativas desses trabalhadores. Em relação às necessidades das juventudes, evidenciamos as percepções dos

profissionais sobre a realidade e os desafios enfrentados pelos jovens em seu contexto de trabalho. Quanto às ações direcionadas às juventudes, apresentamos as iniciativas da Proteção Social Básica voltadas para esse público nos territórios. Por fim, ao discutir os desafios do trabalho no SUAS e com os jovens, refletimos sobre questões cruciais que permeiam essa atuação e propomos novas estratégias para enfrentar os desafios que permeiam esse cenário.

### **7.1 Quem são os profissionais da Proteção Social Básica de Caruaru?**

Atuar no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) exige um compromisso profundo com os princípios e diretrizes que regem essa política pública, cujo foco é garantir os direitos socioassistenciais àqueles que deles necessitam. No entanto, além desse compromisso, trabalhar no SUAS também significa enfrentar constantes instabilidades políticas, navegando entre conquistas e retrocessos a que essa política está frequentemente sujeita (SILVA, 2018).

Diante desse contexto, para os profissionais que atuam com as juventudes nos territórios do CRAS Salgado e Centenário, o trabalho socioassistencial está alicerçado em um compromisso com a questão social, mas que também envolvem inúmeros desafios para sua efetivação. Através da realização de questionários socioeconômicos antes da realização das entrevistas, conforme modelo que está em anexo ao estudo, buscamos desvendar características que nos apresentam quem são esses profissionais que tornam realidade o trabalho com os jovens nas unidades socioassistenciais investigadas.

De início, havia o objetivo de entrevistar 16 profissionais mapeados como pertencentes às unidades socioassistenciais escolhidas e que mantinham algum nível de contato em sua atuação com as juventudes. Contudo, durante o processo da pesquisa, houve quatro demissões de trabalhadores que faziam parte dos serviços, os quais, até o momento, não haviam sido substituídos. Além disso, também tiveram dois afastamentos decorrentes de questões de saúde e uma pessoa que optou por não fazer parte desta pesquisa. Em meio a essa conjuntura, em que a previsibilidade não é uma condição presente na política do SUAS, foram realizados nove questionários e entrevistas junto aos profissionais que aceitaram contribuir para a realização dessa investigação.

Sobre a participação dos profissionais, acredito ser importante mencionar que o medo de possíveis retaliações e punições no trabalho esteve presente na maioria das entrevistas realizadas, mesmo com os esclarecimentos realizados referentes ao sigilo das informações prestadas. Parte desse sentimento pode ser explicada pela fragilidade nos vínculos trabalhistas aos quais os entrevistados estão submetidos. Além disso, durante o período de realização das entrevistas, houve uma mudança na gestão da Secretaria de Assistência Social local, que incorreu em diversas demissões nos equipamentos, conforme relatamos. Diante dessa condição e atendendo a demandas dos profissionais que contribuíram com a pesquisa, optamos por não destacar mais informações dos entrevistados que, de alguma forma, pudessem identificá-los nesse estudo.

Como resultado dos questionários aplicados aos trabalhadores da Proteção Social Básica de Caruaru que atuam com as juventudes, elaboramos uma tabela consolidando as informações fornecidas pelos profissionais. Nessa tabela, destacamos o número de respostas para cada item e o valor médio que essas respostas representam em relação ao total da amostra.

QUADRO 12 Dados dos profissionais que atuam com as juventudes nas unidades

Profissionais que atuam com as juventudes nos territórios investigados		
Variáveis	Número	Média
Formação		
Ensino médio completo	5	55,56%
Ensino Superior Completo	4	44,44%
Cor/Raça		
Branco	8	88,89%
Negro	1	11,11%
Gênero		
Feminino	7	77,78%
Masculino	2	22,22%
Faixa Etária		
Entre 30 e 40 anos	6	66,67%
Entre 41 e 65 anos	3	33,33%

Tempo de atuação no SUAS		
De 1 a 3 anos	5	55,56%
De 3 a 6 anos	2	22,22%
Mais de 6 anos	2	22,22%
Remuneração atual pelo trabalho no SUAS		
Até 1 salário mínimo	5	55,56%
De 1 a 2 salários mínimos	4	44,44%
Carga horária no trabalho		
30h	9	100%
Vínculo empregatício		
Prestadores de Serviço	5	55,56%
Contratados	4	44,44%
Possui outros vínculos profissionais		
Sim	5	55,56%
Não	4	44,44%
Formações para o trabalho no SUAS nos últimos 12 meses		
Sim	4	44,44%
Não	5	55,56%
Formações para o trabalho com as juventudes nos últimos 12 meses		
Sim	0	0
Não	9	100%

Fonte: Questionários sóciodemográficos aplicados na pesquisa pelo autor.

Diante das informações aqui ilustradas, podemos observar que 89% dos trabalhadores que atuam na PSB com as juventudes se autodeclararam como brancos. Somente um trabalhador, que atua como arte-educador, se define como negro. Os dados também ilustram a expressiva participação das mulheres nos serviços de assistência social, onde 77,88% das entrevistadas são do sexo feminino. Quanto à idade, percebemos que todos os profissionais têm mais de 30 anos, sendo que seis têm entre 30 e 40 anos e os outros três têm entre 41 e 65 anos.

Os dados apresentados também nos revelam outro fato que nos chama a atenção: nenhum dos profissionais das unidades pesquisadas é concursado. Entre os entrevistados, cinco são contratados sob o regime de prestação de serviços, onde

fornece serviços à prefeitura como Pessoas Jurídicas (PJ), e outras quatro são contratadas por meio de processos de seleção pública. A partir de informações obtidas junto à gestão do SUAS local, observamos que essa é uma realidade presente em todo o município. Atualmente, não existem trabalhadores com vínculo estatutário atuando em nenhum equipamento de assistência social de Caruaru.

Por meio dessas informações observamos que há cada vez mais um aprofundamento da precarização nas condições de trabalho envolvidas no SUAS, tanto no âmbito local, conforme aqui ilustrado, como no âmbito nacional, como aponta Rachieli (2011) que afirma que a dinâmica de precarização do trabalho na contemporaneidade também atinge as relações de trabalho de profissionais de nível superior que atuam nas políticas públicas, com o rebaixamento de salários, fragilização nos vínculos trabalhistas, insegurança do emprego, ausência de perspectiva de progressão na carreira, além de adoecimento, entre outras questões provocadas pelo aumento da exploração do trabalho assalariado. Tais condições apresentadas pela autora também são percebidas na realidade vivida pelos trabalhadores do SUAS em Caruaru.

Em nossa pesquisa, a condição de precarização também pode ser representada pelos baixos salários recebidos pelos trabalhadores das unidades investigadas. Observamos, a partir dos dados, que os profissionais de ensino médio recebem um salário mínimo de remuneração, enquanto que os profissionais de nível superior recebem apenas 8,87% a mais do que o mínimo definido por lei, valor esse considerado baixo se comparado ao que costuma ser pago para as categorias profissionais em outros setores.

A fragilização nos vínculos trabalhistas e a baixa remuneração são condições que afetam o estímulo e desenvolvimento dos profissionais que atuam nas unidades investigadas e se destaca como um desafio para a permanência dos trabalhadores no SUAS (Silva e Silva, 2018).

O impacto dessa condição pode ser observado através da fala da técnica 2, que aponta: “essa questão do salário é algo que é considerado fora de cogitação de ser discutida. Aqui é assunto proibido colocar isso em pauta. Se não quiser continuar, é só sair, que tem mais 20 esperando para entrar”. Percebemos que a insatisfação quanto ao salário é algo que perpassa grande parte dos trabalhadores que atuam na assistência social:

“a gente fica porque ama o que faz, porque se fosse pelo salário não tinha como continuar. Você vê o quanto a gente recebe. A gente não é reconhecido pelo trabalho que faz. Na pandemia a gente foi linha de frente, mas nem por isso... Apesar de gostar (do trabalho), se parar pra pensar nisso, a gente desiste” (técnica 5).

Como resultado da baixa remuneração, observamos que a maioria dos profissionais (cinco entre os nove) possui outro vínculo empregatício, atuando em áreas distintas da assistência social, como no comércio local, na prestação de serviços e em atividades autônomas. Apenas uma profissional possui vínculo estatutário, resultante de um concurso público. Essa realidade revela que, mesmo entre os trabalhadores da assistência social, há uma significativa incidência de trabalho informal, refletindo a necessidade de garantir o sustento pessoal e familiar dos profissionais.

Destacamos com isso, que parte dos entrevistados estão situados em uma dicotômica relação, onde ao mesmo tempo em que atuam em uma política pública voltada para a garantia de direitos, também fazem parte do público que deve ser atendido pelos serviços de assistência social, como bem expressa a técnica 6: “eu mesma, se for parar pra analisar, tenho perfil de renda para fazer parte do Cadastro Único”.

É fato que a remuneração se destaca como a unidade de sentido que mais surgiu nas entrevistas com os profissionais, mesmo diante de uma realidade onde o assunto é considerado tabu em ser debatido nos espaços de discussões das equipes. Sobre essa condição, abordamos o apontamento de Reichelis (2011) que ao pesquisar sobre o trabalho do assistente social, cita que nas pesquisas envolvendo o trabalho dessa categoria é comum evidenciar que o papel do Serviço Social está em “discutir sobre a exploração a que são submetidos os trabalhadores assalariados, mas estabelecendo com estes uma relação de exterioridade e de não pertencimento enquanto um segmento desta mesma classe”.

Diante da reflexão proposta pela autora, é evidente que essa mesma condição se manifesta entre os trabalhadores desta pesquisa, uma vez que a realidade política aqui apresentada reflete paradoxalmente a mesma dinâmica que deveria, em teoria, ser combatida. Alerta-se ainda que não é somente a questão salarial que determina o cenário de precarização do trabalho na proteção básica, como vemos na fala da técnica 6: “Estou aqui (na unidade em que atua) faz muitos anos. Mas já trabalhei em vários lugares da rede. De vez em quando tem umas mudanças,

que mexem e aí a gente tem que mudar de serviço de novo.”

Notamos que além da insegurança referente ao vínculo trabalhista, onde não existem servidores públicos estatutários nas unidades, ainda há a realidade em que profissionais mudam de equipamentos sempre que são determinadas mudanças organizacionais na política de assistência social local, que costumam acontecer com grande frequência. Ainda sobre o tema da precarização no trabalho, é importante mencionar que em todas as unidades pesquisadas faltam profissionais, conforme as orientações presentes na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e no NOB-RH/SUAS, que determinam equipes mínimas para atuar nas unidades que compõem o SUAS (Brasil, 2014).

Sobre essa dimensão, trazemos à discussão a reflexão de Castels (2013) que destaca que o trabalho é uma condição que assegura ao trabalhador direitos sociais e trabalhistas e que a sua perda ou rebaixamento revisita um cenário de precariedade. Para o autor, essas situações podem se manifestar pelas condições de desemprego ou de fragilização da relação salarial, como observamos na realidade aqui enunciada.

Averiguamos que a situação de precarização aqui apresentada não tem deixado os profissionais ilesos ou alheios à realidade na qual eles mesmos vivem em seus locais de trabalho. Percebemos ser presente na maioria dos serviços um alto índice de pensamentos que deflagram sofrimento e cansaço decorrentes das condições enunciadas. Diante desse estado, as falas que ilustram a subcategoria adoecimento no trabalho estão presentes durante boa parte das entrevistas que foram realizadas.

As doenças relacionadas ao trabalho estão causando uma sobrecarga significativa de adoecimentos no contexto laboral do país. O surgimento de doenças físicas, psicológicas e emocionais está afetando um número cada vez maior de pessoas e costumam ser associadas a fatores como condições inadequadas de trabalho, ritmo intenso, ambientes estressantes e pressão por produtividade (Antunes, 2005). Dentro desse panorama, os trabalhadores que atuam no SUAS se inserem dentro um mesmo contexto de produção do trabalho na ordem capitalista e, portanto, sofrem diante das consequências que afetam esses trabalhadores (Behring; Boschetti, 2018).

Como exemplo dos sentidos que refletem essa conjuntura, temos a fala apresentada pela técnica 3: “Às vezes a gente vive em um sentimento de impotência

diante desse tanto de coisas, tantos problemas que aparecem aqui”. Também percebemos que a exaustão e cansaço são sentidos comuns, principalmente nos CRAS, que têm um alto fluxo de atendimentos por demandas espontâneas diversas.

A gente até quer fazer mais alguma coisa, mas tem dia que é tanto atendimento que eu não sei nem por onde começar... e é um caso mais complicado que o outro. São vários problemas que vão aparecendo, que dá até desespero de não dar conta. (...) O CRAS funciona como um pronto-socorro, pra resolver tudo que é problema. E ainda tem que dar conta de meta de acompanhamentos, meta de grupos... (técnica 4).

Observamos a partir da fala que a profissional tem se sentido desamparada diante das dificuldades impostas à execução do trabalho. Analisamos que fatos como esse se intensificam diante do contexto de precarização nas unidades, como as que foram descritas anteriormente.

Sobre esse aspecto, citamos novamente Antunes (2005) que relata que a tecnologia da informação e princípios como eficiência e eficácia têm sido cada vez mais introduzidos na gestão de políticas públicas nos últimos anos, desencadeando uma alternância entre o trabalho vivo e o trabalho morto. Tais condições, no entanto, são responsáveis por desencadear um ritmo de trabalho cada vez mais intenso, informacional e burocrático com a determinação do cumprimento de metas de produção.

Percebemos que essas mudanças nas estruturas, apesar de buscarem uma maior eficiência no trabalho, se desdobram em uma atuação cada vez mais alienadora, onde os profissionais têm pouco ou nenhum momento para refletir sobre seu próprio exercício profissional e pensar em estratégias de condução e criação no serviço socioassistencial. O resultado dessa situação são práticas cada vez mais empobrecidas e profissionais esgotados diante das inúmeras cobranças impetradas contra eles.

Apesar do sentimento de frustração que perpassa o cenário de prática nas unidades, também foram relatados sentimentos que se apresentam difusamente e que se alternam entre o cansaço e a realização. Como exemplo dessa situação, apresentamos a fala da técnica 1:

[...] eu acho que o trabalho é gratificante quando a gente dá entrada no benefício de um usuário e é concedido. A gente sabe que mudou a vida daquela pessoa. Então é gratificante quando a gente consegue um benefício eventual ou um BPC. Mas ao mesmo tempo é bem pesado, sabe? A gente

escuta coisas que quando chega o final do dia, o cansaço bate... A gente pode passar o dia correndo, mas o cansaço não é físico, é totalmente mental. É muito complexo ter que trabalhar com tanta situação difícil.

Além dos fatos mencionados, a ausência de uma proposta de educação permanente dos trabalhadores contribui para alimentar o sentimento de desamparo e acentuar as dificuldades frente à complexidade de situações que chegam até os serviços. Observamos, a partir das respostas nos questionários, sobre a fragilidade na oferta de formações, tanto voltadas para o trabalho no SUAS quanto voltadas para a atuação junto às juventudes.

Os resultados indicam que os técnicos de nível superior participaram de formações nos últimos 12 meses sobre prevenção ao trabalho infantil e sobre o uso de instrumentos como o Prontuário SUAS, tanto em sua modalidade física quanto eletrônica. No entanto, esses profissionais também relataram que as questões relacionadas especificamente às juventudes nunca foram abordadas ou discutidas. Além disso, observamos que os técnicos de nível médio não receberam formações específicas voltadas para a execução do trabalho no SUAS, nem para o atendimento aos jovens.

Frente a essa questão, analisamos os documentos que regulamentam a Política Nacional de Assistência Social, os quais estabelecem que os servidores devem estar tecnicamente capacitados para oferecer os serviços socioassistenciais (Brasil, 2008). Um exemplo dessa diretriz pode ser encontrado na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH SUAS), que enfatiza a importância da capacitação técnica para que os profissionais atendam de forma adequada às necessidades da população. Essa capacitação é especialmente crucial em um contexto que exige conhecimento específico e sensibilidade nas abordagens. A normativa indica, portanto, para a necessidade de investimentos em formação contínua e especializada, reforçando o compromisso com a qualidade dos serviços prestados pelos trabalhadores que atuam no SUAS.

A lacuna presente na formação técnica dos profissionais entrevistados que atuam em Caruaru compromete a qualidade do atendimento prestado e evidencia a necessidade de investimento em capacitação. A NOBSUAS determina em seu artigo 2º, inciso IX, que é objetivo do SUAS “implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social”. Contudo, na prática, essa ação não se materializa na ponta, onde estão os trabalhadores que fazem a Política de Assistência Social

acontecer. Como vimos nos dados dos questionários referentes ao período dos últimos 12 meses, somente os profissionais de nível superior tiveram formações para o trabalho, que mesmo assim, aconteceram de forma precária e pontual.

A partir das informações coletadas, adentramos em uma realidade onde os trabalhadores do SUAS vivem em ambiente de instabilidade no emprego, baixos salários e precárias condições formativas. Frente a essa situação, trazemos a reflexão apresentada por Behring (2018) que aborda que as mudanças que alteram as condições técnicas e de exploração das forças de trabalho (não somente as do SUAS) são intencionais, e tem se voltado para a criação de uma “superpopulação” de trabalhadores com baixos salários, que podem ser facilmente substituídos.

Diante dessa proposição e da realidade enunciada, acreditamos que as estratégias que envolvem a precarização dos processos de trabalho no SUAS não são resultados apenas da redução de investimentos ou das mudanças e alternâncias políticas, mas constituídas como método de dominação cuja finalidade é desestabilizar e enfraquecer qualquer possibilidade de resistência das forças de trabalho presentes no setor. A dinâmica aqui representada nos alerta para a necessidade de estabelecer um olhar crítico sobre as políticas que regem o trabalho no SUAS e seus impactos diretos na vida dos trabalhadores.

Notamos que, além da dificuldade em perceber um plano de educação permanente voltado para os trabalhadores da PSB, a falta de rotina e de planejamento na execução dos serviços é outro fato marcante que afeta a qualidade na oferta do trabalho socioassistencial das unidades pesquisadas. Essa percepção surge na pesquisa através da subcategoria “falta de planejamento”, evidenciando a necessidade de estratégias mais eficazes para a organização e a implementação dos serviços oferecidos.

Sobre esse aspecto, Papi, Rosa e Hamerski (2017) abordam que nos últimos anos houve um crescimento no campo teórico acerca de trabalhos voltado para a implementação de políticas públicas, atendendo a uma reivindicação popular que tem cobrado do Estado por políticas que atendam, cada vez mais, a necessidade das pessoas. Contudo, na visão das autoras, a temática de planejamento voltada às políticas públicas ainda não recebeu a atenção necessária.

Desta maneira, por mais que as ações sejam reivindicadas pela sociedade e o Estado implemente-as como forma de políticas públicas, o planejamento para sua execução ainda não acontece no mesmo compasso. A situação prejudica o

andamento de políticas sociais como SUAS e repercute em resultados insatisfatórios, como o que presenciamos no cenário investigado. Essa lacuna coloca em evidência a urgência de um planejamento mais eficaz que assegure a implementação adequada de políticas como o assistência social.

Nesse sentido, Papi, Rosa e Hamerski (2017) destacam que o tema planejamento ainda não tem sido percebido como prioritário no campo de pesquisas envolvendo as políticas públicas. Como resultado dessa situação, temos a baixa valorização dessa prática no cotidiano da gestão pública. Os desafios que envolvem as equipes no desenvolvimento e execução de planejamentos em seus processos de trabalho ilustram as condições de fragilização em que se encontram os CRAS e os Centros de Convivência e conseqüentemente a Proteção Social Básica local.

Em meio a esse contexto, ainda conforme as autoras, é necessário haver um planejamento que contemple os objetivos das ações e sua viabilidade de execução, considerando a realidade específica na qual a política é implementada. Assim, é fundamental que os profissionais que executam a política possuam um conhecimento profundo sobre seu campo de atuação, incluindo suas limitações e os recursos disponíveis. Somente desta maneira é que será possível elaborar planos de ações concretos e realizáveis (Papi, Rosa e Hamerski, 2017).

Por fim, é importante enfatizarmos que essa abordagem do planejamento não segue necessariamente os princípios capitalistas de maximização da produção, mas está centrada em como melhor atender às necessidades dos usuários dos serviços públicos. Essa perspectiva prioriza a qualificação no atendimento e a efetividade das ações, que esteja alinhado às demandas da população.

Ainda sobre essa realidade, notamos que os desafios envolvendo o planejamento nos processos de trabalho são expressos mesmo durante as entrevistas, quando as profissionais são constantemente interrompidas para realizar alguma demanda que surgiu de última hora. Atentamos que as dificuldades de organização relacionadas à rotina e planejamento dos equipamentos são situações marcantes nas unidades visitadas. Sobre isso, podemos observar a fala da técnica, que aponta:

Tá vendo como são as coisas? Hoje, por exemplo, era nosso dia de reunião de equipe, mas é tanta coisa acontecendo ao mesmo tempo...toda hora... que a gente não consegue parar nem pra conversar. Toda hora acontece uma demanda que a gente precisa responder, porque essas coisas demandam urgência... é uma visita, é um atendimento de última hora. Quem procura o

CRAS quer resolver uma situação. Então a gente vai atrás. Aí não consegue parar pra nada, nem pra fazer uma reunião (Técnica 4).

O cenário pode ser ilustrado pela fragilidade de calendários de planejamentos das atividades dos equipamentos, na ausência de diagnósticos territoriais sobre as principais demandas daquela localidade ou mesmo pela inexistência de participação da sociedade na construção de estratégias de atuação dos serviços.

Para Oliveira (2006), as políticas públicas no Brasil ainda vivem sob uma lógica limitada quanto ao que seria o planejamento e sobre sua importância. Para o autor, de maneira geral, o país ainda vive o planejamento sob uma perspectiva de controle econômico e social, no lugar de percebê-lo como um importante processo de decisão constituído de forma coletiva com os vários indivíduos implicados em suas decisões.

Diante desse contexto, podemos identificar uma série de desafios estruturais e culturais na implementação e no planejamento de políticas públicas no Brasil, particularmente na Proteção Social Básica (PSB) de Caruaru. Para enfrentar esses desafios e melhorar o planejamento e a execução das ações da PSB, é fundamental adotar diversas medidas estratégicas, tais como fortalecer o planejamento estratégico através da capacitação contínua dos gestores, desenvolvendo suas habilidades em planejamento e gestão de projetos; elaborar diagnósticos territoriais detalhados, que mapeiem as necessidades específicas de cada território; fomentar a coordenação intersetorial entre diferentes setores governamentais para assegurar que a atuação das políticas públicas aconteçam de forma mais abrangente; estimular o planejamento participativo, com a atuação ativa de diversas vozes da sociedade; além de outras ferramentas que subsidiem o desenvolvimento e consolidação do planejamento na seara da PSB.

Além das dificuldades setoriais relacionadas à organização da Proteção Social Básica (PSB), outro desafio identificado nas entrevistas foi a execução do trabalho intersetorial. Os relatos dos profissionais destacam a importância de desenvolver ações em conjunto com outros setores de políticas públicas e movimentos organizados. Isso é evidenciado na fala da técnica 5: "A gente precisa muito trabalhar junto com a educação, com a assistência, com o conselho tutelar. O CRAS, sozinho, não consegue dar conta da quantidade de demandas que aparecem aqui".

Esse fato ilustra como, para parte dos entrevistados, o trabalho intersetorial expressa grande relevância para as ações socioassistenciais desenvolvidas pelas unidades. A esse respeito, trazemos a definição de Inojosa (2001), que considera que a intersetorialidade se refere à coordenação entre saberes e experiências voltadas para o planejamento, execução e avaliação de ações que possibilitem impactos positivos para situações complexas, observando a justiça e a garantia de direitos sociais.

Para a autora, a intersetorialidade promove uma lógica que busca superar a fragmentação das políticas públicas, reconhecendo as pessoas em sua integralidade. No entanto, apesar do desejo manifestado pelos entrevistados, percebe-se que, na prática, a intersetorialidade enfrenta diversos desafios na articulação com outras políticas públicas. Isso fica evidente na fala da técnica 1: “Uma vez fizemos uma reunião com os serviços daqui, e só uma escola compareceu, apesar de todas as escolas do bairro terem sido convidadas. A gente percebe que a colaboração com eles é mais difícil”.

Apesar dos desafios com o setor de educação, os profissionais avaliam que a articulação com os demais serviços ocorre de maneira satisfatória. A técnica 2 afirma: “(...) o contato que temos com os serviços é positivo. Realizamos um encontro com a rede a cada dois meses, e a saúde está sempre presente. Acho mais difícil garantir a participação do pessoal da educação.” A técnica 3, de outra unidade, também relata essa dificuldade: “Com a educação, até para entregar um ofício é complicado. Comparecer a uma reunião então... enfrentamos essa dificuldade. Já com os outros serviços da rede, tudo flui bem. Então, acho que a intersetorialidade funciona”.

Diante desse contexto, a gestão local enfrenta o desafio de desenvolver estratégias que fortaleçam as práticas intersetoriais, abrangendo todos os aspectos e etapas do trabalho socioassistencial. Essas estratégias precisam ir além de ações pontuais, como mencionado nas falas, em que um equipamento busca outro apenas para atender a uma demanda específica. É fundamental que as ações sejam implementadas a partir de uma visão integrada, que considere as reais necessidades da população e adote uma perspectiva política voltada para o desenvolvimento social da região e a superação do cenário de exclusão, conforme destaca Inojosa (2001).

Apesar dos desafios mencionados, também fica evidente a satisfação em relação ao trabalho socioassistencial na PSB. Tal afirmação fica clara na fala da

técnica 1: "Eu acho que nosso trabalho é primordial. Em uma comunidade tão grande como a nossa, o CRAS tem uma importância que nem sei explicar.

Durante as visitas e entrevistas realizadas nos equipamentos, observamos que, apesar dos desafios cotidianos enfrentados no SUAS, os profissionais falam com orgulho de seu trabalho. Eles destacam a importância de suas ações tanto para as comunidades em que atuam quanto para as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Tem um caso de uma família que eu acompanhava, que a mulher chegou aqui com duas crianças pequenas e eles simplesmente não tinham nada. Nem o que comer. Foi através do CRAS que a gente deu entrada em benefícios pra ela. Conseguiu um aluguel social. Conseguiu um curso de doce... acho que era de doce. Pois hoje ela está aí. Vive bem com os filhos...trabalhando com doce por encomenda, ganhando o sustento dela. Então, o nosso trabalho fez toda diferença na vida dela. É uma satisfação imensa, pra mim, ver que o meu trabalho fez diferença para aquela pessoa (Técnica 4).

Observamos que a principal condição que determina a satisfação no exercício profissional está diretamente associada aos impactos e resultados do trabalho socioassistencial para a comunidade, como destacado pela técnica 2: "Eu vejo o CRAS como uma porta de entrada e, ao mesmo tempo, como a única porta que sobra. Muita gente que vem aqui porque não tem mais ninguém e aqui consegue uma ter resposta." O relato também vai de encontro com o que a técnica 1 apresenta: "A pessoa, às vezes, não tem um filho, não tem um irmão, nunca teve um documento. Então, ela sabe que ela tem o CRAS, que vai garantir para ela um acompanhamento".

As falas destacam que o CRAS desempenha um importante papel como ponto de acesso aos direitos sociais para as comunidades que atendem. O equipamento é visto como porta de entrada para aqueles que necessitam de apoio e orientação, mas também como o último recurso para aqueles que não têm mais a quem recorrer. Desta forma, os trabalhadores reconhecem a importância da função a qual exercem e encontram satisfação no exercício profissional ao perceberem o impacto positivo de seu trabalho nas comunidades às quais costumam atender. Notamos, portanto, que há diversas questões que impactam na qualidade de vida e de execução do trabalho socioassistencial efetivado no campo da PSB, conforme expomos ao longo da pesquisa.

É importante destacar que essa realidade se manifesta especificamente no âmbito do SUAS em Caruaru, mas é observável em diversas outras localidades pelo

país, como evidenciado na pesquisa conduzida por Fernandes e Beretta (2021), que investigou a correlação entre saúde mental e trabalho no contexto do SUAS no estado de São Paulo. Nesse estudo, as autoras identificaram diversos fatores tanto negativos quanto positivos que influenciam a vida dos profissionais que trabalham nessa política pública, sendo que os fatores negativos tendem a predominar, resultando em condições de sofrimento e adoecimento para os trabalhadores.

Diante dessa realidade, o estudo ressalta para a necessidade de os gestores públicos adotarem uma abordagem sensível e cuidadosa em relação à saúde dos trabalhadores e aos aspectos que afetam sua qualidade de vida e desempenho no trabalho. Essa atitude é considerada crucial para promover a criação de ambientes de trabalho mais saudáveis e propícios ao desenvolvimento profissional e pessoal dos envolvidos (Fernandes; Beretta, 2021).

Diante da celeuma de sentimentos e representações atribuídas ao trabalho na PSB, adentraremos agora ao exercício diário desenvolvido nas unidades investigadas. Para tanto, iniciamos apresentando sobre as principais demandas que chegam aos equipamentos investigados, partindo da fala da técnica 1, que afirma: “(...) acho desafiador demais o trabalho aqui. Porque a gente escuta demandas de todos os serviços. Não é só demanda do CRAS. São necessidades de saúde, de um benefício, de escola, de INSS. Tem de tudo um pouco”.

O relato da profissional reflete, mais uma vez, que o CRAS é percebido como um espaço de referência para a população, onde as famílias conseguem ter orientações e acesso a direitos. Nas entrevistas, os profissionais também expõem as principais atividades desenvolvidas, onde há uma diferença na dinâmica de trabalho do CRAS e dos Centros de Convivência. Diante disso, começamos a apresentar as atividades do CRAS, a partir da fala novamente da técnica 1, que aborda sobre como costuma acontecer o acompanhamento das famílias através do PAIF:

(...) o acompanhamento familiar não é dar uma assistência básica. O acompanhamento familiar é viabilizar outras coisas para aquela família, que podem ser inúmeras. Como é que a gente vai fazer isso? Tem que ter um olhar mais sensível, tem que parar para pensar sobre o caso daquela família. Têm que ir na rede, acionar a rede. Então é bem complexo porque a gente não tem esse tempo (Técnica 1).

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é o principal serviço oferecido pelo CRAS e funciona como porta de entrada e carro chefe na

organização e mediação dos projetos de intervenção constituídos no âmbito da Proteção Social Básica. É através das ações que constituem esse serviço que os profissionais (assistentes sociais e psicólogos) têm contato com as demandas sociais presentes nos territórios e constroem seus projetos de intervenção frente àquela realidade.

Frente a essa estratégia, a PNAS define a matricialidade sociofamiliar como fundamental para a efetividade de todas as ações determinadas pelo PAIF. Através dessa proposição, que coloca a família como núcleo central para as intervenções socioassistenciais, é realizado o acompanhamento familiar, que pode ser feito mediante atendimentos individuais, coletivos, por meio de grupos ou de visitas domiciliares (Brasil, 2004).

Destacadas importantes estratégias que envolvem o PAIF, evidenciamos através das entrevistas que os técnicos que atuam no CRAS Salgado e Centenário, além dos atendimentos diários nas unidades, também facilitam atividades grupais, além de realizarem visitas domiciliares. “Nós temos vários grupos que a gente chama de grupo PAIF, (...) tem gestantes, de beneficiários e tem os grupos que não são de caráter continuado, como o acolhimento todo dia, na recepção... tem as visitas” (Técnica 4).

Tendo em vista que a centralidade da família nas ações desenvolvidas no SUAS e na PSB, vemos que o CRAS, através do PAIF, promove suas atividades a partir do contexto familiar vigente em cada caso. Entre as situações em que há maior ocorrência, a partir da perspectiva dos técnicos, podemos citar: “Aqui eu já trabalho com idoso, criança, família. São os públicos que a gente vê mais. Aqui a gente é um clínico geral, né? O CRAS é um pronto-socorro. Que você aprende com todas as situações” (Técnica 6).

Observamos que, a partir do que tem sido descrito como principais ações desenvolvidas pela equipe do PAIF, os técnicos não percebem uma atuação mais forte voltada para as juventudes. Sempre que esse público se torna pauta da conversa com os profissionais, eles citam o SCFV como referência para esse tipo de atendimento.

Destacamos, contudo, que o SCFV deve atuar como serviço complementar ao trabalho do PAIF e não substitutivo, segundo dispõe a PNAS. (Brasil, 2004). Sobre essa relação trazemos a afirmação do caderno de orientações dos Serviços de Convivência, que cita que “tanto o SCFV quanto os projetos e programas da proteção básica desenvolvidos no território de abrangência do CRAS devem ser a ele

referenciados e devem manter articulação permanente com o PAIF” (Brasil, 2017).

Durante as entrevistas, são relatadas falas das duas equipes que mostram que a separação física entre os serviços também provoca um afastamento no referenciamento cotidiano que permeia a relação entre o PAIF e o SCFV: “O nosso contato com o CRAS acontece, mas é mais distante... seria bom se a gente tivesse uma equipe com psicólogo e assistente social também, para nos dar um suporte melhor” (Técnica 5). A fala sobre o afastamento também é evidente na equipe do PAIF: “A gente entende que deveria estar mais presente no SCFV, mas são muitas demandas aqui e a gente não consegue acompanhar eles lá” (Técnica 2).

A partir dessas declarações e da dinâmica percebida entre os equipamentos, observamos que o SCFV ocorre como um trabalho distinto e não complementar ao PAIF. A equipe técnica do CRAS tem atuado como um apoio institucional pontual, e não como parte integrante desses serviços. Não há uma conexão entre as equipes para inclusão dos usuários, planejamento ou monitoramento das atividades desenvolvidas nas duas unidades.

Percebemos que nos dois territórios há encontros entre as equipes somente uma vez por mês, onde são discutidas apenas situações emergenciais que envolvem o trabalho socioassistencial. Por muitas vezes, também vislumbramos que as articulações se restringem à própria coordenação das unidades. Há comentários de profissionais que não compreendem sobre o papel do CRAS, nem o que costuma ser discutido nos encontros entre os equipamentos: “tem a reunião com o CRAS, mas só a coordenação que participa. Aí depois ela passa para a gente o que aconteceu. (Técnico 9)”. A situação também é revelada na fala da técnica 5: “(...) quando a gente precisa de uma cesta básica, algum benefício para uma família daqui do serviço, a gente informa ao CRAS e eles conseguem”.

Mais uma vez, a equipe não identifica a correlação entre o PAIF e o SCFV, compreendendo o CRAS apenas como apoio para ter acesso a benefícios pecuniários e assistenciais. Frente à essa realidade, entendemos haver limitação quanto à compreensão e comunicação eficaz entre as equipes que operam os serviços, que deveriam atuar de forma conjunta e complementar, como determina a PNAS (2004).

Observamos que essa realidade também se reflete nos planejamentos das equipes, que não evidenciam a realização de processos de trabalho que conectem os dois serviços. Assim, avaliamos que, mesmo no âmbito da Proteção Social Básica, há fragilidades na comunicação e na articulação entre os profissionais, o que resulta em

ineficiência e empobrecimento das ações oferecidas. Essa falta de integração compromete a efetividade dos serviços, destacando a necessidade de um trabalho colaborativo e coordenado entre as equipes.

Como exemplo do afastamento do PAIF e da ausência de formações, percebemos que os serviços de convivência têm atuado de maneira fragilizada com ações protetivas no âmbito assistencial. Essa constatação pode ser representada pela fala da técnica:

(...) eu nem sei dizer muito a realidade das meninas que frequentam aqui o grupo, porque elas chegam, fazem a atividade e vão embora. A gente não tem muito contato com a família e nem sabe muito sobre a vida delas. Acho que elas têm vergonha de dizer. Então, assim, na minha visão, elas têm uma vida tranquila (Técnica 9).

Exposto sobre os desafios que envolvem essas relações institucionais é importante ilustrar como funcionam os SCFV no município de Caruaru, que segundo o desenho da rede local, funcionam exclusivamente nos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, os quais são espaços diferentes dos CRAS, mas que tem esse serviço como referência para o desenvolvimento do seu trabalho socioassistencial.

Nessas unidades, são oferecidas atividades coletivas para crianças, jovens, adultos e idosos, organizadas de acordo com cada ciclo geracional. No modelo de Caruaru, ao chegarem ao equipamento, os participantes são acolhidos por uma agente social. Após esse acolhimento, são realizadas oficinas temáticas facilitadas por arte-educadores, que abrangem uma variedade de atividades. Entre elas, destacam-se aulas de música, que incluem instrumentos de sopro, sanfona, percussão e violão; aulas de dança, como balé e música contemporânea; capoeira; artes manuais; entre outras.

Essa configuração visa promover o fortalecimento de vínculos sociais através dessas expressões artísticas. Contudo, observamos que essa divisão nas atividades dos SCFV fragiliza o trabalho socioassistencial, na medida em que não há envolvimento dos arte-educadores com as demandas sociais que perpassam o público prioritário que deveria ser atendido nesses serviços.

Nesse contexto, trazemos à discussão a Resolução CIT n.º 1/2013, que estabelece diretrizes para o reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). De acordo com essa resolução, são consideradas

prioritárias para inclusão nos serviços as crianças, adolescentes e idosos que vivem ou viveram nas seguintes condições sociais:

- I – em situação de isolamento;
- II – trabalho infantil;
- III – vivência de violência e, ou negligência;
- IV – fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
- V – em situação de acolhimento;
- VI – em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- VII – egressos de medidas socioeducativas;
- VIII – situação de abuso e/ ou exploração sexual;
- IX – com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- X – crianças e adolescentes em situação de rua;
- XI – vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência;

É importante ressaltar que essas situações devem ser identificadas no Cadastro Único e que sua constatação deve ser registrada em um documento técnico. A resolução também estipula que 50% das pessoas atendidas e acompanhadas nos serviços de convivência devem ser provenientes do público prioritário (Brasil, 2013). Diante dessa orientação, refletimos sobre como é realizada a busca ativa das pessoas que se encontram nessas condições e de que forma são atendidos os critérios que orientam o funcionamento desses serviços.

Observamos que, no cenário atual dos serviços de convivência do município, não há mecanismos eficazes para realizar essa avaliação. A inclusão do público que frequenta as unidades ocorre, em sua maioria, de forma espontânea, com a própria população buscando as unidades para efetuar sua inscrição, conforme relata a técnica 9: “As inscrições aqui acontecem principalmente porque um vizinho ou amigo já participa e fala para o outro. Assim, ele vem também para se inscrever.

Diante dessa realidade, temos como desafio refletir sobre novas possibilidades de trabalho que fortaleçam o caráter protetivo das equipes, articulando os serviços oferecidos na Proteção Social Básica com aqueles disponíveis em outras políticas públicas e movimentos sociais organizados na região. No entanto, para que esse cenário se concretize, é necessário superar as iniquidades que resultam na precarização do trabalho no âmbito do SUAS. Os resultados deste estudo evidenciam

questões como baixos salários, instabilidade no emprego, equipes incompletas e sobrecarga de demandas, que impactam significativamente o bem-estar dos trabalhadores e a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

## **7.2. Como a PSB percebe e atua com as juventudes?**

Durante nossas visitas aos CRAS, percebemos que a presença dos jovens nas instituições é consideravelmente mais significativa do que os próprios profissionais reconhecem. As interações e observações realizadas indicam uma dificuldade em identificar as ações ou atividades direcionadas à juventude nos equipamentos. No entanto, após um breve período de observação nas dinâmicas e espaços das unidades, ficou claro que o comparecimento desses jovens transcende os fluxos institucionais estabelecidos no funcionamento e na rotina dos serviços.

Um exemplo marcante dessa situação ocorreu durante uma visita em que realizamos entrevistas em uma unidade onde os profissionais afirmavam não desenvolver trabalhos socioassistenciais voltados para as juventudes. No entanto, antes das entrevistas, precisei aguardar a conclusão de um grupo de gestantes liderado por esses mesmos profissionais, que era composto, predominantemente, por mulheres jovens. Essas mães, em sua maioria com idades entre 15 e 17 anos, veem o CRAS como uma referência fundamental na assistência durante o período de gestação e no fornecimento das condições mínimas necessárias para a chegada de seus filhos e filhas.

Além da situação mencionada, houve outras ocasiões em que foi possível identificar a presença dos jovens nos espaços das instituições de Proteção Básica. Durante uma visita, notamos que jovens que trabalhavam limpando para-brisas de veículos em um semáforo próximo ao CRAS entravam com frequência na instituição. Eles buscavam um alívio do calor intenso do agreste pernambucano e aproveitavam a oportunidade para tomar café ou beber água.

Destacamos esse fato porque identificamos que, embora a presença desses jovens não se encaixe nos programas formais e projetos da Proteção Social Básica, ele indica que o CRAS se tornou um local de acolhimento e referência para esses jovens em situação de vulnerabilidade social. Vale destacar que esses movimentos se repetiram com outros jovens em ocasiões subsequentes, reforçando a ideia de que o CRAS desempenha um papel importante que vai além de suas

atividades convencionais, sendo percebido como um espaço onde esses jovens se sentem bem-vindos e encontram apoio informal.

Acreditamos que situações como essas são comuns nas unidades, uma vez que os CRAS funcionam como portas abertas para as populações periféricas. Esses fatos evidenciam que a vida pulsa com vigor além das fronteiras dos programas, serviços e projetos estabelecidos pela política pública. Em meio a essa realidade, observamos que a dinâmica intensa do trabalho, aliada a um frágil apoio técnico e pedagógico, contribui para um cenário em que as equipes têm pouco tempo para refletir sobre suas próprias práticas e sobre a realidade que as cerca em seu cotidiano.

A materialização dessa questão, em nossa percepção, se exemplifica na dificuldade que os profissionais têm em reconhecer as juventudes em suas próprias práticas, mesmo essas estando presentes em diversos momentos nos serviços investigados. Sobre esse aspecto, concordamos com a reflexão de Coimbra (2018), que discute a comunicação precária entre as políticas públicas e as juventudes:

Tem-se que estar atento e perceber que, apesar das políticas oficiais e oficiosas, há por parte dos segmentos subalternizados, em especial de seus jovens, resistências e lutas. Eles teimam em continuar existindo, apesar de tudo; suas resistências se fazem cotidianamente, muitas vezes percebidas como fragmentadas, fora dos padrões reconhecidos como organizados e até mesmo como condutas antissociais, delituosas e, por isso, perigosas (p.87).

Destacadas algumas das impressões que tivemos relacionadas ao trabalho socioassistencial com as juventudes, iniciamos esse tópico da nossa investigação tentando responder ao questionamento sobre quem são os jovens que frequentam as unidades da Proteção Social Básica de Caruaru. Para atender a esse questionamento, começamos nossa pesquisa partindo dos dados da vigilância socioassistencial apresentados pela gestão municipal.

No entanto, com base nessas informações, não conseguimos ter uma real dimensão do universo das juventudes que frequentam os equipamentos da Proteção Social Básica (PSB). Isso se deve ao fato de que o levantamento de dados por idade é realizado apenas por meio da participação nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Além disso, outras ações e atendimentos realizados pelo CRAS, assim como as atividades pontuais promovidas pelos Centros de Convivência, não consideram as características do público que frequenta esses espaços.

Diante da dificuldade em obter números mais precisos, propomos uma abordagem alternativa para reunir as informações desejadas. Para isso, buscamos a perspectiva subjetiva dos profissionais que atuam nos CRAS e nos Centros de Convivência, investigando, a partir de seu ponto de vista, quem são os jovens que frequentam esses serviços. Dessa forma, pretendemos compreender com mais clareza suas características, desafios e necessidades.

Com base nessa estratégia, formulamos a seguinte pergunta: quem são as juventudes que residem nos bairros atendidos e costumam frequentar sua unidade? Nesse contexto, destacamos dois paralelos importantes: a distinção entre os jovens que frequentam as unidades e aqueles que não estão presentes nos serviços.

Ao conversarmos com os profissionais sobre os jovens que vivem no território, mas não frequentam as unidades, notamos em seus discursos uma correlação frequente entre as juventudes, o uso de drogas e a violência urbana. Isso é ilustrado pela fala da técnica 2: “Sabemos, através das famílias, que há muitos casos de jovens no bairro envolvidos com o tráfico, que começam a usar drogas muito cedo, mas não temos contato com eles porque não vão ao CRAS.” Uma situação semelhante é descrita pela técnica 5: “Muitos jovens que vivem no Morro estão envolvidos com o tráfico, saíram da escola e têm muitos problemas a serem trabalhados. Ouvimos falar deles, mas eles não frequentam a unidade”.

A naturalização da relação entre a violência urbana e as juventudes é uma constante nas falas dos profissionais entrevistados. Isso é expresso pela técnica 1, que afirma: “Sabemos que muitos desses jovens que são pobres estão envolvidos com gangues para conseguir um dinheiro extra... Eles moram em áreas de risco. Mas também sentimos medo de ir a esses lugares, né? Isso acaba nos afastando”.

Diante dessa designação, trazemos as reflexões de Takeiti (2011), que afirma que uma estratégia para compreender as juventudes e seus modos de viver reside na desnaturalização dos aspectos ideológicos que permeiam a correlação entre os jovens e a violência. Para isso, é fundamental desconstruir os sentidos comuns que amplificam essa relação e entender os jovens como resultados de seus processos históricos, sociais e culturais.

Nesse sentido, a autora revela sobre a necessidade de analisar as juventudes através dos seus modos de ser e estar no mundo e das complexas relações que atravessam o seu viver, e não tão somente por correlações estigmatizantes que conduzem para a patologização ou criminalização desse ciclo de

vida.

Ainda sobre essa compreensão, que demarca e limita a existência dos jovens das periferias ao cenário de violência urbana, recorremos à Cordeiro (2008), que afirma que o estabelecimento de imagens sobre os jovens orienta à constituição de uma abordagem seletiva e negativa das juventudes e das crianças pobres, mas que essa não é uma condição datada apenas ao período atual. A autora ilustra esse fenômeno com o exemplo do antigo Código de Menores, um documento de 1927 que considerava e tratava os jovens em situação de pobreza como potenciais delinquentes.

Diante desse cenário, percebemos que os profissionais tendem a naturalizar a relação entre os jovens das periferias e a violência urbana, estabelecendo uma conexão direta entre pobreza e envolvimento em atividades criminosas. Compreendemos que a perpetuação dessa linha de pensamento reforça preconceitos e dificulta uma análise mais abrangente das condições sociais que levam à marginalização dessas juventudes.

Para superar tais relações, é preciso abandonar pensamentos estereotipados e estigmatizantes que cerceiam a vida das juventudes periféricas e considerar as complexas dinâmicas que atravessam o seu viver. Nesse sentido, é fundamental adotar estratégias que busquem compreender o contexto por meio da história e do espaço em que esses jovens estão inseridos, permitindo a reflexão sobre novas perspectivas de atuação no trabalho socioassistencial com as juventudes que estão à margem das redes de proteção, conforme afirmam os próprios profissionais entrevistados.

Apesar do discurso contraditório, ao discutirmos especificamente os jovens que frequentam as unidades, percebemos uma perspectiva diferente em relação às representações sobre eles. Nesses momentos, ouvimos variados pontos de vista, como destaca a fala da técnica 4: “Aqui no serviço, nosso contato com os jovens ocorre principalmente devido ao descumprimento das condicionalidades do Bolsa Família, quando eles deixam de frequentar a escola.

Nas entrevistas realizadas no CRAS, destaca-se a dificuldade dos profissionais em identificar quem são os jovens que frequentam esse espaço. De maneira recorrente, a associação entre o trabalho com as juventudes e o descumprimento das condicionalidades educacionais do Programa Bolsa Família é evidente, especialmente considerando a maior presença de adolescentes e jovens

nessa situação, em decorrência do aumento da evasão escolar nessa faixa etária.

Essa realidade pode ser observada nos dois territórios pesquisados e é justificada pelos movimentos das juventudes pobres locais, que frequentemente abandonam os estudos para trabalhar nas “fábricas” espalhadas pelas periferias da cidade, onde se produz uma parte significativa das roupas vendidas na Feira de Caruaru.

A necessidade de obter uma renda, a rotina de trabalho intenso e a proliferação de meios de produção caseiros na região levam os jovens a abandonarem perspectivas de vida que consideram abstratas, em favor da dura materialidade da vida cotidiana. Nesse contexto, cada bolso de calça costurada representa um acréscimo de 0,25 centavos em sua renda, conforme analisam os profissionais entrevistados.

Figura 6 Facção que produz peças de calças jeans<sup>8</sup>



Fonte: Acervo pessoal

Como exemplo dessa situação, trazemos a fala da técnica 2, que observa: “Muitos jovens abandonam os estudos para trabalhar com a família nas fábricas. Para eles, compensa mais passar a tarde 'tirando pelo' de roupas, ganhando por peça, do que vir para cá participar de alguma atividade”.

---

<sup>8</sup> Jovens costumam abandonar a escola para trabalhar junto às famílias e aumentar a produção. Nessa modalidade de trabalho, as famílias costumam receber por peça confeccionada. A cena das peças dispostas na calçada é comum pelos bairros da cidade. Fonte: Acervo pessoal.

As discussões sobre os projetos de vida dos jovens das periferias de Caruaru são recorrentes nas entrevistas e grupos focais, onde diversos profissionais ressaltam que os interesses desses jovens raramente se alinham aos projetos de políticas públicas existentes na região, conforme destaca a técnica 5: “Eles veem e acreditam que é melhor ajudar a família no fabrico, produzindo e ganhando dinheiro, do que vir aprender algo novo aqui ou ir à escola estudar.

Os relatos dos profissionais revelam uma característica marcante nos projetos de vida das juventudes pobres da cidade: o início precoce em longas jornadas de trabalho. De acordo com Ribeiro e Nader (2009), ao se comparar a realidade dos jovens pobres com a dos não pobres, o primeiro grupo tende a apresentar indicadores de desocupação significativamente mais elevados que o segundo.

No entanto, na realidade observada entre as juventudes pobres de Caruaru, embora faltem dados atualizados que confirmem essa perspectiva, notamos que a atuação no trabalho informal—amplamente executado nas facções de confecção, onde os jovens recebem pagamento por cada peça fabricada—amplia suas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e lhes permite gerar alguma renda de forma mais imediata.

Outro exemplo ilustrativo dessa condição é observada através da fala da técnica 3, que menciona: “É muito difícil atuar, pois temos recursos limitados... e os adolescentes estão mais interessados em ganhar dinheiro, comprar um tênis, um celular... isso complica bastante.”

Embora os profissionais entrevistados façam uma correlação direta entre trabalho e evasão escolar, suas falas nos levam a refletir sobre os aspectos que influenciam essa condição. Para isso, recorreremos à pesquisa de Salata (2019), que traz uma discussão importante sobre as razões do abandono escolar entre os jovens brasileiros. No estudo, o autor constata que, embora o trabalho seja um fator que impacta a evasão escolar, ele não é o único responsável por essa situação.

Na investigação, o autor constatou que a probabilidade de evasão escolar aumenta entre os jovens que trabalham, especialmente quando a carga horária de trabalho é intensa. Além dessa constatação, Salata ressaltava que a família de origem exerce uma forte influência nas chances de um jovem abandonar a escola. Mesmo ao considerar variáveis individuais, geográficas e familiares, os fatores econômicos e culturais da família continuam a ser marcadores significativos na decisão dos jovens brasileiros em relação à frequência escolar (Salata, 2019).

Portanto, o estudo de Salata destaca a complexidade do fenômeno da evasão escolar, indicando que tanto o trabalho quanto a origem cultural e socioeconômica desempenham papéis distintos e complementares na compreensão desse problema. A análise desse fenômeno no contexto educacional fornece indicadores valiosos sobre como essa realidade se reflete também no campo da assistência social.

Observamos que, além da influência do trabalho, as famílias enfrentam desafios significativos que afetam o trabalho socioassistencial, moldando, assim, a percepção das juventudes sobre os equipamentos e as ações desenvolvidas nessa política pública. Dessa forma, é importante ressaltar a complexidade dessa avaliação.

Atribuir a evasão das unidades exclusivamente à questão do trabalho, com base nos discursos analisados, não seria suficiente, pois há uma diversidade de fatores interligados que impactam a vida dessas juventudes. Compreender todos esses indicadores e abordar o fenômeno sob a perspectiva dos fatores que influenciam essa ação requer modelos de análise mais abrangentes, que considerem as aspirações dos jovens, seu histórico de vida e o ambiente institucional e comunitário em que estão inseridos. Essa abordagem busca efetivar uma análise integral quanto aos modos de vida das juventudes periféricas e de Caruaru e são influenciadas pelos métodos de análise destacado na pesquisa de Salata (2019) no contexto educacional.

Diante do contexto apresentado, revisitamos a reflexão de Cordeiro (2008) sobre as juventudes, que destaca sua natureza como uma construção social, histórica e cultural, sujeita a transformações conforme o ambiente em que habitam. Nesse sentido, torna-se um desafio considerar a posição dos jovens pobres de Caruaru nos movimentos que organizam o trabalho socioassistencial da Proteção Social Básica na região, levando em conta suas diversas dimensões de vida, que vão além de abordagens reducionistas.

Para tornar esse objetivo possível, aprofundaremos nossa função investigativa e observamos que, além dos descumprimentos de condicionalidades, outra situação em que os profissionais reconhecem a presença das juventudes na Proteção Social Básica refere-se aos grupos de gestantes nas unidades. Esses grupos são, em sua maioria, compostos por jovens mães que procuram a unidade em busca do benefício eventual de auxílio enxoval.

No cenário local da Proteção Social Básica, a realização dessas atividades coletivas é exigida pela gestão dos equipamentos como uma condicionalidade para o

recebimento do benefício assistencial. Essa prática é descrita pelos profissionais entrevistados da seguinte forma:

Os meninos, não sei, eles são mais difíceis de chegar ao CRAS. Mas as meninas, por ter essa questão da gravidez na adolescência, elas sempre vêm ao CRAS para solicitar o enxoval e esses benefícios que têm pra elas. E participar de alguma coisa, né? Então, elas são mais fáceis de chegar até nós. Frequentemente chega. A gente tem um grupo até grande de gestantes (Técnica 4).

Os grupos de gestantes presentes nas unidades evidenciam que a participação feminina nos serviços de Proteção Básica é significativamente mais expressiva. Os profissionais destacam que a maior parte das juventudes envolvidas nas atividades socioassistenciais é composta por meninas. A técnica 7 resume essa observação ao afirmar: “Hoje, a maioria dos grupos é formada por meninas. Os meninos até vêm, mas geralmente não permanecem. À medida que crescem, preferem buscar um emprego e trabalhar no fabrico com a família”.

A partir do que foi relatado, podemos identificar duas questões importantes para analisar as demandas das juventudes nos serviços: a primeira refere-se à predominância da presença feminina nas unidades, enquanto a segunda diz respeito ao abandono das atividades pelos meninos, que optam por ingressar precocemente no mercado de trabalho.

Os relatos revelam um claro protagonismo feminino nas unidades investigadas. Essa realidade é evidente não apenas na composição das equipes da Assistência Social, onde 74,5% dos profissionais são mulheres, mas também na quantidade de usuárias que frequentam diariamente os equipamentos socioassistenciais.

Essa observação evidencia uma inversão no perfil predominante dos usuários da assistência social entre as juventudes. Nos serviços de Proteção Social Básica, como os CRAS e os Centros de Convivência, a presença feminina é marcante, enquanto nos serviços de Proteção Social Especial, onde são implementadas as medidas socioeducativas pelo CREAS, essa dinâmica se altera, refletindo uma participação diferente entre os gêneros.

Para ilustrar essa realidade, apresentamos a seguir os dados sobre os jovens inscritos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no município de Caruaru, assim como o perfil dos jovens que estão em cumprimento de

medidas socioeducativas em meio aberto, por meio do CREAS, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 13 Dados do SCFV e Medidas Socioeducativas em meio aberto de Caruaru

Dados dos SCFV referentes à abril/2024 e dados das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto referentes ao ano de 2023 da Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social de Caruaru.		
Sexo	Jovens inscritos nos SCFV (Proteção Social Básica)	Jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (Proteção Social Especial)
Masculino	48	128
Feminino	235	12

Fonte: Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social de Caruaru.

Destaca-se que, enquanto nas medidas de socioeducação em meio aberto o número de homens supera 90% do total, na Proteção Social Básica (PSB) as mulheres jovens representam 79,57% dos inscritos nos serviços de convivência. Além desses dados, que corroboram essa análise, é importante ressaltar a forte presença feminina nas ações permanentes e pontuais desenvolvidas pelas equipes. Essa realidade é evidenciada tanto pela observação diária da rotina nas unidades quanto pelas falas dos próprios profissionais durante as entrevistas.

No contexto da Proteção Social Básica (PSB), além da participação majoritária nas atividades desenvolvidas, o protagonismo feminino se reflete também na priorização das mulheres ao receber benefícios pecuniários e sociais. Essas mulheres são frequentemente reconhecidas como chefes de família e assumem o papel de cuidadoras e zeladoras do núcleo familiar. Diante dessa realidade, é crucial refletirmos sobre essa atribuição do protagonismo feminino sob a perspectiva de gênero, onde o imaginário coletivo associa a figura da mãe ao símbolo e à guardiã do cuidado familiar (Graff, Strey e Habigzang, 2021).

Para entender essa dinâmica na assistência social, Graff, Strey e Habigzang (2021) realizaram uma investigação sobre as concepções de gênero entre

as profissionais que atuavam em um CRAS localizado em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. As autoras destacam que o CRAS é um espaço predominantemente dedicado às mulheres, já que elas são frequentemente as responsáveis familiares e encarregadas de implementar os requisitos estabelecidos pelo Programa Bolsa Família, relacionados à proteção social no contexto familiar.

A partir desse contexto, designar às mulheres a responsabilidade familiar nos leva a considerar outros aspectos relacionados a essa questão, especialmente sob a perspectiva construtivista de gênero, que sugere que as mulheres devem "necessariamente" assumir os papéis sociais historicamente atribuídos a elas. Nesse sentido, voltamos às observações de Graff, Strey e Habigzang (2021), que afirmam:

Por um lado, administrar a renda proveniente do PBF oferece determinada autonomia às beneficiárias, diante da precariedade em que vivem. Por outro lado, reafirma a responsabilização da mulher no cuidado e no 'destino' da família. Dessa forma, perpetua-se como incumbência da mãe a alimentação, frequência escolar, educação e socialização, recaindo também sobre ela a responsabilidade por ocorrências como o abandono de crianças e idosos, situações de negligência, desnutrição, delinquência infantojuvenil, entre outras. Graff, Strey e Habigzang (2021) p.21.

Embora nossa pesquisa se concentre no trabalho socioassistencial com as juventudes, o estudo realizado por Graff, Strey e Habigzang (2021) nos leva a refletir sobre a realidade em Caruaru, onde as meninas frequentam os serviços da Proteção Social Básica (PSB) enquanto os meninos se afastam cedo para ingressar no mercado de trabalho. Essas observações, apesar de parecerem simplistas, revelam que as representações dos profissionais entrevistados reforçam papéis sociais hegemônicos, posicionando a mulher como cuidadora e atribuindo ao homem o papel de agente provedor da família.

Diante dessa realidade, enfatizamos a urgência de discutir e abordar as questões de gênero entre os grupos que vivem em condições de vulnerabilidade. É fundamental problematizar as dicotomias historicamente estabelecidas em relação aos papéis sociais que cada gênero ocupa em nossa sociedade, além de desafiar as forças que perpetuam as desigualdades sociais ligadas a essa questão. Essa abordagem pode contribuir para uma maior equidade e para a construção de um ambiente mais inclusivo.

Sobre as questões de gênero nos serviços, ainda precisamos destacar a fala da técnica 8 que revela:

Hoje a gente só tem meninas aqui no serviço. Geralmente, os meninos procuram, mas têm esse preconceito pela dança, que nossas aulas são de balé. Aí eles preferem mais fazer uma coisa, diga-se, de homem, né? Porque eles não acham que balé ou dança seja coisa de meninos. E até os próprios pais acham isso (Técnica 8).

A partir da fala apresentada, evidenciamos mais uma vez a urgência de que as questões de gênero sejam abordadas nas unidades. É frequente que estereótipos de gênero moldem as escolhas e percepções das pessoas, especialmente em atividades como o balé, que historicamente têm sido mais associadas às meninas. Contudo, é fundamental refletir sobre essas concepções e fomentar uma cultura de inclusão e diversidade nas unidades, permitindo que pessoas jovens, independentemente de seu gênero, tenham a liberdade de explorar atividades que lhes interessem e representem suas identidades.

Para isso, é fundamental compreender o gênero a partir de uma perspectiva construtivista, reconhecendo-o como uma construção social que varia conforme o tempo, o espaço, os estratos sociais e a cultura, como evidenciado nas falas apresentadas. Nesse contexto, significados, brincadeiras, cores e outras atribuições emergem como imposições sociais que demandam discussão nos espaços socioassistenciais.

Embora o desafio relacionado à questão de gênero tenha sido identificado, observamos que essa temática ainda não está adequadamente integrada nas agendas de trabalho das equipes pesquisadas. É essencial, portanto, que esses profissionais incluam a discussão de gênero em suas práticas para promover um ambiente mais inclusivo e equitativo.

Assim, ressaltamos a importância de que essas questões sejam abordadas nas formações profissionais da Proteção Social Básica (PSB) assim que ocorrerem, além de serem discutidas com as juventudes que frequentam os serviços socioassistenciais de Caruaru. Acreditamos que ao abrir espaço para essas discussões, será possível problematizar os papéis de gênero que permeiam nossa sociedade, os quais continuam a ser moldados por perspectivas hegemônicas que perpetuam as desigualdades sociais associadas a essas questões. Essa reflexão é

essencial para fomentar uma mudança significativa nas dinâmicas sociais e nas práticas de atuação dos profissionais do contexto pesquisado.

Frente a esse aspecto, concordamos com Gonçalves e Gonçalves, que destacam:

Consequentemente, falar sobre determinações e construções de gênero representa o que se têm constituído em determinado momento em uma sociedade sobre as definições deste conceito, trazendo a luz assim, quais imposições se fazem sob cada sujeito social antes mesmo do nascimento e quais as expectativas que são deturpadas quando não se atingem ou cumprem o que se é imposto a cada gênero e suas coerções que almejam serem atendidas em contexto social. (Gonçalves e Gonçalves, 2021, p. 02).

Por fim, alinhamos com Portela (2019) ao enfatizar a relevância de discutirmos gênero sob a perspectiva da interseccionalidade. Essa abordagem reconhece que a experiência das mulheres é moldada não apenas pelo seu gênero, mas também por outros fatores, como classe social, raça, orientação sexual e idade. Ao considerar essas múltiplas dimensões, podemos obter uma compreensão mais profunda e abrangente das diversas opressões e privilégios que coexistem e se sobrepõem na vida das mulheres, em relação ao lugar social que ocupam na sociedade e nas políticas de assistência social.

Dessa maneira, compreendemos que integrar essa discussão na perspectiva da interseccionalidade é fundamental para formular políticas e práticas que verdadeiramente promovam a igualdade e a justiça social sob a ótica de gênero.

Diante do que foi enunciado até o momento, observamos que os jovens que frequentam o CRAS são predominantemente do público feminino. Embora os meninos também compareçam à unidade, muitos tendem a se evadir para se dedicar a outras atividades, especialmente ao trabalho. Observamos que, embora as meninas também participem da produção de roupas nos bairros da cidade, essa atividade não é apontada pelos entrevistados como um fator que impeça sua frequência nos serviços.

Essa situação destaca, mais uma vez, o papel social que o gênero desempenha na perspectiva dos profissionais entrevistados, pois o trabalho é frequentemente associado apenas à figura masculina ao discutir o perfil dos jovens presentes nas unidades. Essa visão reforça estereótipos de gênero e desconsidera as responsabilidades e contribuições das jovens, tanto no âmbito produtivo quanto no familiar. Portanto, é fundamental repensar essas concepções para promover uma interpretação mais equitativa das experiências e desafios enfrentados por todos os

jovens, especialmente as mulheres que frequentam os serviços.

Demarcados aspectos que apresentam quem são as juventudes que frequentam as unidades socioassistenciais, outro ponto que abordamos nessa investigação diz respeito aos desafios impostos nas estratégias de aproximação pensadas para desfazer o fosso existente na relação entre jovens e profissionais. Como investimentos pensados pela equipe para se aproximar desse público nos territórios, trazemos a fala apresentada pela entrevistada:

Não adianta você falar o linguajar de um adulto com eles porque eles vão achar chato, eles não vão querer participar e eles vão ficar conversando, sabe? Eles são bem resistentes nesse sentido de acolher uma intervenção. Então, você precisa ter muita sensibilidade de acessar. Eu acho que, se você romper essa barreira, você consegue se aproximar (Técnica 2).

No caso apresentado, a técnica destaca a importância de se aproximar da linguagem e dos interesses dos jovens para romper as barreiras que cercam a relação com o equipamento. Essa atitude reflete um desejo de construir práticas emancipatórias, que busquem superar modelos hierárquicos de dominação do saber.

Entretanto, embora a postura da profissional revele um investimento individual significativo nessa estratégia, observamos que a falta de apoio institucional e a fragilidade na oferta de serviços que atendam à realidade e aos desejos das juventudes de Caruaru comprometem as oportunidades de aproximação entre os jovens e as instituições.

Diante desse contexto, recorreremos ao pensamento de Paulo Freire na *Pedagogia do Oprimido*, que defende a construção de práticas educativas emancipadoras por meio de ações que problematizem a realidade, fundamentadas no diálogo, na escuta, na amorosidade e na valorização de todos como sujeitos de saber (FREIRE, 2005). Apenas através de um diálogo horizontal e autêntico, que rompa com a hierarquização das relações estabelecidas — onde as equipes detêm o saber absoluto e as juventudes atuam como meros receptores de ensinamentos — será possível construir uma nova realidade na atuação socioassistencial com as juventudes na Proteção Social Básica (PSB).

Na realidade de Caruaru, a oferta de cursos profissionalizantes é frequentemente mencionada como um importante mecanismo para aproximar as juventudes do mundo do trabalho dentro da Assistência Social. Os profissionais

ressaltam que uma das principais demandas dos jovens em seu território está ligada à necessidade de contribuir financeiramente para suas famílias e de garantir uma renda própria. Essa percepção destaca a urgência de iniciativas que atendam a essas necessidades, permitindo que os jovens desenvolvam habilidades e competências que possam facilitar sua inserção no mercado de trabalho

Eu acho que também tinha que ter cursos profissionalizantes. Eu acho que a turma de 15, 16 anos... Principalmente de 16, que já tem o direito do voto. Então, esse já poderia estar fazendo um curso profissionalizante. Poderia ter vários, até que ele se identificasse, vamos dizer. Algum curso ofertado que atenda à necessidade deles, que é de ganhar o próprio dinheiro e ter uma profissão (Técnica 3).

Mesmo com a oferta de cursos profissionalizantes por parte do poder público, atentamos para a necessidade de aproximação com as juventudes desde o planejamento das ações ofertadas. Percebemos que ações idealizadas para os jovens pouco operam por meio de uma relação de diálogo verdadeiro para compreender as reais necessidades que se apresentam na vida deles:

Então, deveria ter mais cursos através do CRAS. Não deveria ser uma vez ou outra. Deveria ter, sabe? Pelo menos duas vezes ao ano. Primeiro semestre, segundo semestre, ou de três em três meses. Ter esses cursos. E, ao mesmo tempo, ter algum tipo de programa de política pública que alcançasse esse grupo nesse aspecto (Técnica 1).

O resultado dessa fragilidade na comunicação são ações que não atingem seu objetivo e que geram, mais uma vez, o afastamento dessa faixa-etária dos espaços de proteção:

Deveria ter mais coisas dos interesses dele, né? Alguma coisa que eles tivessem mais interesse. De vez em quando aparece um curso sobre como usar o celular, mas esses jovens hoje em dia sabem tudo, sei lá. Tudo eles sabem. Eles vão é ensinar, né? Nesse curso... Então, eu acho que tem uns cursos que acabam não sendo estímulo para eles (Técnica 4).

Outro exemplo de estímulo ao trabalho com as juventudes, que permeia a atuação das unidades socioassistenciais, é o recém-lançado Programa Pé-de-Meia. Criado pela Lei 14.818 de 16 de janeiro de 2024, esse programa visa coordenar e executar um incentivo financeiro para a permanência dos estudantes do ensino médio público até a conclusão de seus estudos. As profissionais mencionam esse programa

como uma ferramenta significativa para aproximar os jovens das unidades do CRAS, avaliando-o como uma estratégia crucial para enfrentar as dificuldades relacionadas à evasão escolar e, conseqüentemente, ao descumprimento das condicionalidades educacionais, um desafio frequentemente observado nas unidades investigadas e referido pelas equipes.

E eu acho que tem que haver alguma coisa para que tire esses adolescentes desse mundo, né? (Do consumo de drogas). Do CRAS eu acho difícil de fazer alguma coisa. Mas o governo agora está com esse programa do Pé de Meia, né? Eu acho isso bem válido, porque está estimulando eles a concluir o ensino médio, que a gente vê hoje, isso também é uma falta que eles não conseguem terminar nem o ensino fundamental. Então, assim, o governo já abriu esse espaço para os jovens de 14 a 28 anos, pra que eles concluam o ensino médio e recebam todo mês um valorzinho, né? Simbólico, vamos dizer. Que isso aí vai estimular eles, né? Concluir pelo menos o segundo grau, como dizem, o segundo grau que eles falam. (Técnica 4)

Embora o caso relatado sugira uma falta de diálogo entre as juventudes e o poder público no planejamento das ações oferecidas, a utilização de novas tecnologias é vista como uma estratégia fundamental a ser explorada no trabalho com os jovens. A técnica 6 ressalta essa necessidade, afirmando: “Hoje, os serviços não acompanham os jovens. Eles não estão interessados em aprender a fazer desenhos ou arte. O que eles realmente desejam é criar vídeos no TikTok.” Essa observação destaca a importância de adaptar as abordagens às reais aspirações e interesses das juventudes, promovendo uma conexão mais significativa entre os serviços e os jovens.

Nesse contexto, o uso de redes sociais como o TikTok e jogos para smartphones, como o Free Fire, exemplifica ferramentas que atraem o interesse dos jovens atualmente. Essas plataformas ganharam imensa popularidade, especialmente durante a pandemia, quando as restrições de circulação impulsionaram o uso de tecnologias como tablets e celulares. Essa realidade sugere que integrar essas ferramentas nas abordagens de trabalho com as juventudes pode facilitar a comunicação e promover engajamento, alinhando as iniciativas aos interesses e necessidades dos jovens.

É destaque que tanto as redes sociais quanto os jogos mobile se tornaram grandes fenômenos entre os jovens das periferias brasileiras, transformando-se em parte integrante do cenário pop no país. Um exemplo marcante dessa realidade é a Taça das Favelas Free Fire, um evento de esportes organizado pela Central Única de Favelas (CUFA), que reúne milhares de jovens moradores de favelas em todo o Brasil

e gera grande repercussão nas redes sociais. Realizado anualmente, o torneio atrai uma quantidade impressionante de inscritos, promovendo uma plataforma de expressão e competição que reflete a paixão dos jovens por esses jogos e sua cultura digital.

Diante desse cenário, é evidente que as plataformas digitais se tornaram uma parte intrínseca da vida dos jovens ao longo da última década, conectando-os a outros indivíduos e a diversos ambientes no mundo contemporâneo. No entanto, em meio a essa rápida transformação, os serviços destinados aos jovens na Proteção Social Básica (PSB) parecem permanecer enraizados em rotinas antiquadas, muitas vezes ainda vinculadas a práticas do século passado. Acreditamos que essa rigidez se deve, em grande parte, à falta de formação adequada, ao diálogo insuficiente e às condições precárias em que os equipamentos da PSB operam. Essas limitações contribuem para a criação de um cenário contraditório, onde a realidade vivenciada pelos jovens dentro das instituições se distancia significativamente daquela que experimentam fora delas.

Além dos recursos tecnológicos, uma outra estratégia adotada pelas equipes para estabelecer uma maior aproximação com as juventudes é a realização de busca ativa nos territórios. Essa abordagem objetiva identificar e envolver os jovens que, por diversos motivos, podem estar distantes dos serviços oferecidos. A seguir, apresentamos depoimentos que ilustram essa prática:

Eu acho que a busca ativa é o primeiro passo... o melhor caminho de começar é fazendo a busca-ativa mesmo para entender a real necessidade dos adolescentes. E por ela que a gente consegue atingir o máximo do bairro, seja em escola municipal, estadual... a gente consegue conhecer esses adolescentes para poder chamar pros grupos (Técnica 5).

A gente tenta fazer a busca-ativa, né? A gente começou indo nas escolas, passou de sala em sala, apresentou porque muitos não conhecem o Serviço de Convivência... Só conhece o CRAS e não tem noção do serviço, né? O que é que oferece. Aí muitos falam "paga quanto? Ah! E é de graça? A gente não sabia". Então a gente sempre passa informando e já tem algum retorno com alguns responsáveis que já vieram procurar o serviço, fizeram inscrição.... Então, a gente viu que conseguiu atingir o objetivo. Aí, nessa próxima fase, a gente vai fazer visitas nas casas de quem já é inscrito (Técnica 6).

Podemos observar que, embora haja um reconhecimento da importância da busca ativa para a inclusão de famílias e jovens em situação de vulnerabilidade

nas atividades desenvolvidas pelas unidades da PSB, as falas apresentadas indicam que essa ferramenta é frequentemente utilizada de maneira indiscriminada. Muitas vezes, seu objetivo se restringe à inclusão de novos participantes nas atividades coletivas, sem considerar as demandas sociais mais amplas que o trabalho no SUAS deve abordar. A realização da abordagem através dessa configuração compromete a efetividade das intervenções e a melhoria das condições de vida dos jovens e suas famílias

Nesse contexto, é pertinente mencionar o artigo 91, inciso III da NOBSUAS, que estabelece que os “entes federados devem utilizar a base de dados do Cadastro Único como ferramenta para a construção de mapas de vulnerabilidade social dos territórios”. Essa diretriz visa elaborar um panorama das condições sociais da população, além de avaliar as demandas e orientar a formulação de ações tanto na Proteção Social Básica quanto na Proteção Social Especial (Brasil, 2012). Diante do estabelecido, entendemos que a aplicação adequada dessa ferramenta pode contribuir significativamente para a identificação das necessidades específicas dos territórios, permitindo uma abordagem mais eficaz nas intervenções sociais realizadas pelas equipes.

A orientação quanto à busca-ativa segue através do inciso IV do NOBSUAS, que determina que o CadÚnico deve ser utilizado como meio permanente de identificar famílias que apresentem potenciais usuários dos serviços socioassistenciais e com isso planejar ações voltadas para a busca-ativa dessas populações através das equipes que atuam nos serviços.

As afirmações legais ressaltam que o trabalho de busca ativa deve ser planejado para incluir indivíduos em condições de vulnerabilidade social nos Serviços de Convivência e nas demais ações da Proteção Social Básica (PSB). No entanto, observamos que a abordagem atualmente adotada em Caruaru parece focar mais em atividades recreativas, como aulas de violão ou balé, sem uma compreensão mais profunda das necessidades dos jovens. Como mencionado pela técnica 9, “aqui no serviço, as meninas costumam participar das atividades, mas não sabemos muito sobre o que realmente acontece em suas vidas; elas se sentem mais à vontade para compartilhar isso lá no CRAS. Aqui elas não se abrem muito.”<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Na fala apresentada, a profissional refere que os adolescentes só vão para participar das oficinas,

Percebemos, portanto, que as atividades deste serviço priorizam a dimensão lúdica e recreativa, em detrimento de ações que promovam reflexões sobre questões sociais e projetos de vida. Assim, fica evidente que a busca ativa, orientada pelo Cadastro Único (CadÚnico), deve ser um processo contínuo e estratégico. Seu foco deve ser a identificação e inclusão nas ações da Proteção Social Básica (PSB) não apenas dos jovens que buscam participar de atividades recreativas, mas, sobretudo, daqueles em situação de vulnerabilidade social que podem se beneficiar de serviços mais abrangentes e reflexivos.

Com essa compreensão em mente, é fundamental que os serviços socioassistenciais, como os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ampliem seu escopo de atuação para além do aspecto lúdico, priorizando intervenções que promovam a reflexão sobre questões sociais e a melhoria das condições de vida das pessoas atendidas. Isso requer uma abordagem sob a perspectiva da integralidade, que considere não apenas as atividades oferecidas, mas também a escuta sensível às necessidades e realidades dos usuários, promovendo um ambiente de confiança e diálogo entre os profissionais e os jovens atendidos.

Portanto, é necessário repensar as práticas atuais e buscar estratégias que garantam uma abordagem mais inclusiva, alinhada aos princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), para verdadeiramente atender às demandas e potencialidades das juventudes que vivem em situação de vulnerabilidade nos territórios atendidos. Dessa forma, a busca-ativa representa uma mudança na orientação do trabalho, na qual o Estado deixa de ter uma posição passiva e receptora, passando a atuar de maneira propositiva, movendo-se em direção ao cidadão e à sua realidade (Sposati, 2016).

Para concluir esta análise, abordamos agora o trabalho socioassistencial com as juventudes durante a pandemia, considerando nosso objetivo de avaliar a atuação da Política de Assistência Social Básica (PSB) nos últimos cinco anos. Dentro dessa perspectiva temporal, deparamos com o desafio constante diante da instabilidade que permeia o trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse contexto, observamos que uma parcela significativa dos

---

mas não estabelecem um maior diálogo que envolva sua vida pessoal ou sobre questões sociais que afetam suas vidas.

profissionais não esteve presente nos serviços até o ano de 2022. Como resultado dessa situação, tivemos a oportunidade de discutir esse tema com um grupo ainda mais restrito de profissionais, que compartilharam algumas reflexões sobre esse período nos equipamentos em que atuam ou atuaram na Assistência Social.

Quando questionamos os profissionais sobre como os serviços voltados para as juventudes estavam sendo realizados durante a pandemia, eles relataram as dificuldades enfrentadas nesse período, tanto em sua dimensão ampla, envolvendo todas as limitações decorrentes da nova doença que gerou milhões de mortes em todo o mundo, quanto em seus aspectos micropolíticos, relacionados aos desafios que afetaram o campo da assistência social e o trabalho com os jovens.

Diante dessa realidade, é importante destacar que os serviços de assistência social estiveram na linha de frente das ações de enfrentamento à COVID-19, considerando as diversas dimensões sociais que impactaram aquele cenário. A complexidade das demandas geradas pela condição sanitária e social do país resultou em um aumento das atribuições do CRAS, conforme determina a PNAS (Torres, Lima, Breda, 2020).

Uma boa parte dos trabalhadores precisou atuar em rotinas exaustivas, que incluíam a entrega de cestas básicas e materiais pedagógicos, além da realização de cadastros e do esclarecimento de dúvidas sobre benefícios assistenciais, como o auxílio emergencial, e previdenciários. Essas atividades foram realizadas em condições de risco, devido à falta de itens básicos de proteção à saúde. Além disso, esses trabalhadores enfrentaram todos os outros desafios já mencionados nesta pesquisa, que são característicos do trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em meio a esse contexto, os profissionais da PSB precisaram se reinventar e elaborar estratégias, muitas vezes de forma solitária, para garantir a continuidade do seu trabalho com os jovens do território. Nesse processo, grupos de serviços de convivência e acompanhamentos por meio do PAIF foram realizados através de redes sociais, como WhatsApp, além de ferramentas como Google Meet e ligações telefônicas. Os profissionais buscaram criar dinâmicas e atividades que estimulassem a reflexão e o fortalecimento de vínculos, mesmo em meio a uma realidade de isolamento social.

Como exemplo do desenvolvimento dessas ações, destacamos a fala da técnica 2, que desabafa: “Durante a pandemia, a gente se virou nos 30. Foi complexo, porque havia muitas dificuldades e muitas atividades. Mas tentávamos fazer o que podíamos.” Outra fala que revela a dinâmica do período é expressa pela técnica 6: “A gente atuou em tudo. Era tentar fazer grupo, entregar cesta básica, morrendo de medo de adoecer. Mas conseguíamos nos mexer.”

Apesar da força de vontade dos profissionais, a falta de apoio pedagógico aliada às dificuldades de comunicação com as famílias e as juventudes — muitas vezes sem acesso à internet e sem aparelhos de comunicação — desafiou a execução dos serviços, conforme observamos no relato da técnica 5:

Vinham as orientações da gestão sobre o que a gente tinha que fazer, né? Das atividades de grupos por chamada de vídeo. Mas assim... era bem difícil. Os jovens não tinham muito interesse em participar. Muitos não queriam ou não tinham nem celular pra participar. Aí a gente ia nas casas, fazia visitas de fora, assim... da calçada, para saber como que tava aquela família e buscar o que eles estavam precisando. Mas bem complicado nesse tempo. A gente sofreu bastante (Técnica 5).

Além das dificuldades relacionadas ao contato com os jovens, as limitações de recursos materiais e pedagógicos representaram outro desafio enfrentado pelos profissionais: “a gente usava o nosso celular para fazer as atividades, pesquisar na internet o que fazer, porque era difícil ter a atenção dos adolescentes e das crianças” (Técnica 8).

Diante das falas apresentadas, percebemos que muitos profissionais tiveram que ficar expostos aos riscos decorrentes do contato humano durante o período da pandemia, especialmente aqueles que atuavam diretamente com o público. Um estudo realizado por França e Guterres (2020) destacou algumas das diversas estratégias adotadas pela Assistência Social na cidade de Niterói-RJ para enfrentar a pandemia. As autoras analisaram a realidade de dois Centros de Referência de Assistência Social localizados na cidade, que servem para ilustrar a experiência vivida em várias outras unidades socioassistenciais pelo Brasil, incluindo Caruaru.

O estudo destaca que os profissionais que atuaram nesses locais enfrentaram uma alta demanda não apenas dos usuários habituais do serviço, mas também de muitos outros que procuravam os CRAS em busca de informações,

especialmente após a divulgação do Auxílio Emergencial concedido pelo Governo Federal durante esse período.

O aumento vertiginoso no número de atendimentos naquele período revelou a vulnerabilidade da população brasileira diante da pandemia, expondo problemas sociais preexistentes, como a falta de acesso à internet, a carência de equipamentos eletrônicos, a informação precária e diversas outras questões que levaram os usuários a buscar as unidades socioassistenciais (França e Guterres, 2020).

A realidade enunciada também foi vivida em Caruaru, como declara a técnica 1: “Aqui tinha dias que era tanta gente que não dávamos conta de atender”. Por conta das circunstâncias da pandemia, os profissionais tiveram que se reinventar frente às suas dinâmicas de trabalho diário em meio às condições de risco a que eles estavam submetidos.

Se, por um lado, havia uma população ansiosa pelos serviços prestados, por outro, as equipes estavam expostas ao vírus e atuavam na linha de frente para garantir benefícios assistenciais e eventuais que mitigavam a fome da população afetada pela falta de emprego e renda.

Apesar dos esforços realizados, a contribuição da política socioassistencial foi novamente pouco reconhecida, resultando em um trabalho que permaneceu invisível. Para os trabalhadores que participaram desta pesquisa e para mim, enquanto profissional que atuei na Proteção Social Básica durante todo o período da pandemia, essa realidade não é novidade. A Assistência Social continuou a ocupar seu lugar de pouca valorização como política pública, enquanto se destacou como uma importante moeda de troca em palanques políticos partidários.

### 7.2.1 Atividades desenvolvidas com as juventudes no contexto da PSB

A partir do que foi discutido, observamos que o perfil dos jovens que frequentam a Proteção Social Básica de Caruaru é predominantemente composto por mulheres, que enfrentam desigualdades de gênero que agravam as condições de desigualdade social e econômica. A presença dos meninos nos serviços está relacionada, principalmente, ao descumprimento das condicionalidades do Programa

Bolsa Família, resultante da evasão escolar, o que leva as equipes do PAIF a acompanhá-los.

Aspectos relacionados ao consumo de drogas e situações de violência urbana que afetam as juventudes são demarcadas pelos profissionais, mas como condições que estão externas aos equipamentos, das quais eles apenas ouvem falar, mas que não se relacionam ou entendem como demandas às quais necessitem de intervenções ou atuação da Proteção Social Básica.

Chamamos a atenção para outra lacuna nas entrevistas: a falta de abordagem das questões raciais por parte dos profissionais. Embora os entrevistados reconheçam a importância de integrar essa temática em seus processos de trabalho e nas discussões que envolvem as juventudes, notamos que essas questões não são tratadas em nenhum dos cenários pesquisados, onde os profissionais não conseguem integrar adequadamente essa discussão. É notório que, ao longo das entrevistas, a maioria dos profissionais não conseguiu correlacionar as desigualdades sociais com a questão racial, o que impede a percepção da relação entre essa discussão e o trabalho socioassistencial que realizam em seu cenário de prática.

Em nenhuma das conversas realizadas com os profissionais a discussão racial foi suscitada sem a provocação por parte do entrevistador acerca do tema. Mesmo após essa intervenção, ainda percebemos que as concepções relacionadas às questões raciais e às desigualdades entre os entrevistados são consideravelmente limitadas. Observamos que o papel da opressão racial na constituição das hierarquias sociais é pouco reconhecido pelos profissionais.

Avaliamos que, diante desse cenário, as representações que cercam o mito da democracia racial brasileira ainda permeiam o imaginário de boa parte da população, inclusive entre aqueles que atuam como operadores do trabalho socioassistencial. Além disso, observamos que as dimensões apontadas na discussão sobre o tema com os profissionais da PSB são sustentadas por debates amplamente divulgados nas redes sociais.

Sobre essa questão, destacamos que a Política Nacional de Assistência Social (2004) enfatiza a importância em reconhecer a diversidade étnica, cultural e social da população brasileira. Além dessa condição, a PNAS também apresenta que o SUAS têm como diretriz a promoção da equidade, que resulta no reconhecimento e

enfrentamento das desigualdades sociais, incluindo as de caráter racial. Isso envolve ações que buscam superar as barreiras que perpetuam o cenário de exclusão e discriminação.

A contradição entre a realidade do trabalho profissional diário na Proteção Social Básica (PSB) e os marcos legais que regem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) evidencia a necessidade de incluir pautas raciais nos processos formativos desses profissionais, bem como nas dimensões que orientam a construção do trabalho socioassistencial. Essa inclusão se torna essencial, pois as condições de desigualdade social no Brasil estão amplamente relacionadas às questões raciais que permeiam nossa sociedade, conforme discutido ao longo deste estudo.

Diante da realidade que tem afetado as juventudes das periferias de Caruaru, perguntamos aos profissionais sobre as ações atualmente desenvolvidas com os jovens nos CRAS e nos Centros de Convivência. Como resultado dessa indagação, descobrimos que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos se configura como a principal referência para o trabalho com as juventudes na Proteção Social Básica (PSB), conforme afirmado pelos próprios profissionais.

Como reflexo dessa constatação, observamos que, no contexto dos serviços em Caruaru, há um notável distanciamento nas abordagens das equipes dos CRAS em relação às questões que envolvem as juventudes. Em contrapartida, nos Centros de Convivência, percebe-se uma abordagem mais fluida e engajada no debate sobre esse tema. Isso se deve, em grande parte, à proximidade e à interação mais direta entre educadores sociais, arte-educadores e os jovens, o que possibilita uma discussão mais aprofundada e natural. A seguir, destacamos essas diferenças de forma mais clara:

Aqui a gente tem os grupos do serviço de convivência com criança e adolescente. Até que dá muita gente. Mas sempre tem mais criança. Os adolescentes são mais difíceis. É muito mais difícil para eles aderirem às atividades. Mas a gente até que consegue com que elas venham e participem (Técnica 7).

É evidente que, mesmo nos Centros de Convivência, onde se esperaria uma maior participação e engajamento das juventudes, tem-se observado uma diminuição na presença de grupos de jovens ao longo dos últimos anos. Essa

tendência é ilustrada pela observação da técnica 5: "No serviço de convivência, quase não há mais adolescentes. Quando chegam aos 10, 11, 12 anos, eles já não querem mais vir. Assim, acabamos focando mais em atividades com as crianças."

A partir da realidade descrita ao longo desta pesquisa, observamos um claro esvaziamento das juventudes nas unidades dos Centros de Convivência, apesar das ofertas de serviços destinadas a essa faixa etária. Nos CRAS, a situação não é diferente. Essas unidades, frequentemente associadas a um espaço voltado para resolver questões burocráticas e com uma forte identificação com benefícios assistenciais, como o Bolsa Família, tornam-se locais onde os jovens se distanciam de sua rotina habitual.

Observamos que, apesar da proximidade das unidades com a vida das juventudes, sua organização tem se mostrado pouco atrativa para promover a interação e a frequência dos jovens que residem nas regiões atendidas pelos equipamentos de Caruaru. Nesse contexto, identificamos que tanto os CRAS quanto os Centros de Convivência não desenvolvem ações específicas para as juventudes que se diferenciem das propostas para outros grupos etários.

Nesse sentido, o que diferencia o trabalho com as juventudes nos dois equipamentos são as demandas que surgem ao longo das atividades, as percepções e intervenções direcionadas a esse grupo etário, além das diretrizes estabelecidas pela própria política, como os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) voltados para a faixa etária jovem. Diante desse cenário, sintetizamos, por meio do quadro a seguir, as principais atividades atualmente planejadas para as juventudes e relatadas pelos profissionais.

QUADRO 14 Principais ações desenvolvidas com os jovens nas unidades

CRAS	Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Orientações sobre documentações e acessos a benefícios assistenciais;	Aulas de instrumentos musicais
Grupos PAIF para gestantes;	Aulas de dança e balé

Palestras nas escolas;	Cursos de artes
Visitas relacionadas ao descumprimento de condicionalidades de educação;	Capoeira
Encaminhamentos para cursos de qualificação	Atividades de educação social

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas entrevistas.

Destacamos que todas as atividades realizadas nos Centros de Convivência referem-se aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, os quais devem ser implementados de acordo com os ciclos de vida: 0 a 6 anos, 7 a 14 anos, 15 a 17 anos, 18 a 29 anos, 30 a 59 anos e para idosos acima de 60 anos, conforme estabelece a tipificação nacional para os serviços socioassistenciais (Brasil, 2017). No entanto, na prática em Caruaru, a organização dos serviços destinados às juventudes se estrutura com base nas atividades propostas pelos arte-educadores de cada setor, como ilustrado no quadro acima.

As aulas de música, artes, dança e capoeira possuem outra organização, reunindo jovens de 12 a 18 anos, frequentemente realizadas junto com crianças. Essa estrutura revela que os objetivos das atividades voltadas para o trabalho que considera as especificidades dos ciclos de vida acabam sendo substituídos pela mera apresentação do conteúdo. Para exemplificar essa situação, podemos observar os objetivos que orientam o SCFV para jovens de 15 a 17 anos, conforme delineado em seu caderno de orientações (Brasil, 2017):

- Complementar as ações da família e da comunidade na proteção e desenvolvimento de adolescentes para o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
- Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural dos adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
- Propiciar vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social;
- Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo

moderno;

- Possibilitar o reconhecimento do trabalho e da educação como direitos de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas;
- Contribuir para a inserção, a reinserção e a permanência dos adolescentes no sistema educacional.

Dentre as especificidades que compõem os objetivos para esse ciclo etário, a introdução ao mundo do trabalho é reconhecida como uma das principais dimensões que permeiam os interesses e demandas dos jovens de Caruaru. Contudo, apesar de a política de assistência social direcionar a necessidade dessa discussão e de essa questão ser uma demanda latente no cotidiano dos jovens, conforme apontado pelos entrevistados, não observamos que essas possibilidades de trabalho se reflitam nas atividades atualmente desenvolvidas pelos equipamentos do município.

Avaliamos que a organização dos serviços busca alinhar-se às necessidades da gestão organizacional local, priorizando os profissionais responsáveis pela execução das atividades, em vez de atender às demandas que permeiam a vida dos jovens em situação de vulnerabilidade social. Além do desencontro com os desejos e perspectivas dos usuários, observamos que muitas dessas atividades têm sido desenvolvidas junto com as crianças, sem levar em consideração as necessidades específicas que exigem um trabalho socioassistencial voltado para as juventudes na Proteção Social Básica.

Com base na compreensão da realidade apresentada na Proteção Social Básica (PSB) e nas limitações que permeiam a execução do trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), avaliamos que o contexto atual e o engessamento de estratégias voltadas exclusivamente para garantir o repasse de recursos da União são fatores determinantes que influenciam as prioridades na execução dos serviços de convivência. A verticalização dessas atividades reflete, portanto, uma abordagem que prioriza as diretrizes da gestão organizacional em detrimento das demandas específicas dos usuários, limitando a efetividade do trabalho socioassistencial com as juventudes em situação de vulnerabilidade social (Sposati, 2016).

Entre as estratégias enumeradas e as que têm sido atualmente oferecidas nos serviços de convivência, percebemos, a partir da observação da dinâmica dos

equipamentos, que há um interesse maior dos jovens por atividades específicas, como capoeira e balé. Em contrapartida, atividades que envolvem artes manuais apresentam uma menor presença desse público.

Na realidade do CRAS, observamos que as ações mais frequentes estão relacionadas à procura de jovens mães que buscam o auxílio-natalidade, sendo a participação no grupo imposta como condicionalidade para a concessão desse benefício. Além disso, é importante destacar as demandas referentes ao descumprimento das condicionalidades de educação, nas quais os jovens lidam com a atuação dos técnicos do PAIF, muitas vezes contra sua vontade, já que essa situação é decorrente de suas faltas à escola.

Podemos também avaliar que a oferta precária de atividades direcionadas aos jovens no CRAS se deve à alta demanda que os profissionais têm que assumir. Observamos unidades lotadas de pessoas em busca de resolver questões sociais que permeiam suas vidas, como famílias que buscam benefícios financeiros e eventuais, requerimentos de documentações, denúncias de violência ou encaminhamentos para outras políticas públicas. Diante dessa realidade, o atendimento às demandas espontâneas nas unidades ocupa a maior parte do tempo dos profissionais, que se encontram sobrecarregados diante de equipes cada vez mais reduzidas, como mencionamos anteriormente.

Contudo, na contramão da grande movimentação que marca o fluxo de pessoas nas unidades do CRAS, o esvaziamento dos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é percebido como uma situação marcante. Alguns profissionais apontam que, desde o período em que eclodiu a pandemia de Covid-19, aconteceu um maior afastamento da população das atividades desenvolvidas pelas unidades.

Aliada à questão sanitária, a precarização da oferta de alimentação durante os serviços, ou até mesmo a sua ausência, contribuiu para que cada vez menos pessoas frequentem as ações propostas pelas unidades da PSB. Como relata a técnica 9: “Você vê aqui o lanche que está sendo oferecido hoje em dia. Muitas vezes, a gente se junta para ter algo ou melhorar alguma coisa. Antigamente, não era assim. Hoje, vem praticamente só biscoito de sal.” A técnica 5 também aborda uma situação que confirma essa realidade: “Muitos jovens vinham ao serviço para poder comer. Quando chegavam aqui e viam que não havia nada, acabavam não ficando e nem voltando”.

Sobre esse aspecto, podemos destacar diversos fatores que comprometem a eficácia e a capacidade de atendimento das unidades investigadas. Entre eles, está a redução da destinação de recursos financeiros, que sofreu drásticas diminuições e atrasos durante os governos de Temer e Bolsonaro. Além disso, a falta de profissionais qualificados torna as atividades menos atraentes para os jovens, que buscam alternativas mais alinhadas à sua realidade.

Diante das adversidades enfrentadas pela Política de Assistência Social Básica (PSB) ao longo dos anos, é crucial compreender que o afastamento dos jovens não resulta apenas de um desinteresse desse público. Na verdade, essa situação é fruto de um processo contínuo de desestruturação das unidades de proteção básica, que gradualmente se distanciaram dos contextos de vida e das realidades enfrentadas pelas juventudes nas periferias urbanas. Essa realidade não é exclusiva de Caruaru, mas reflete uma questão sistêmica que afeta a PSB em seu nível macropolítico.

### **7.3. Desafios para o trabalho socioassistencial com as juventudes**

Entre os profissionais que atuam nos CRAS e Centros de Convivência, percebemos opiniões divergentes sobre as motivações para o afastamento dos jovens das unidades. Em algumas falas já evidenciadas, observamos que essa situação é atribuída ao cenário de precarização que envolve a assistência social nos últimos anos. Por outro lado, em outros casos, alguns técnicos acreditam que a fragilização do trabalho socioassistencial com as juventudes decorre do desinteresse dos próprios jovens em participar das atividades propostas.

A gente faz de tudo, mas infelizmente tem adolescente que não quer vir pro serviço, porque prefere ficar em casa ou na rua com más companhias, vendo vídeo em Tiktok, jogando em celular. Tem muitos desses jovens que infelizmente são assim (Técnica 8).

Outra declaração que evidencia o desinteresse das juventudes pela Assistência Social refere-se ao seu baixo comparecimento e participação no Programa Famílias Fortes, cujo objetivo era trabalhar a prevenção ao uso de álcool e outras drogas com famílias, crianças e jovens entre 10 e 14 anos. Sobre essa questão, a técnica 6 relatou: “Tínhamos o Famílias Fortes, para o qual fizemos uma formação e tudo para aplicar. Era um ótimo programa, mas não teve sucesso porque os

adolescentes não compareciam de jeito nenhum. Não se interessaram pelas atividades, e olhe que o material era excelente. ”

Além do desinteresse pessoal, a família também é apontada por alguns entrevistados como um dos motivos para a escassa presença das juventudes nos equipamentos de Caruaru, conforme relatou a Técnica 7: “É difícil demais sem o apoio da família. A gente diz uma coisa aqui e eles falam outra lá. Eles mesmos são os primeiros a não dar importância para as atividades. Aí o adolescente para de vir. ”

A família também é vista como uma forte influência no afastamento dos jovens, especialmente em casos que envolvem a entrada deles no mercado de trabalho. Isso ocorre principalmente quando a atuação nos fábricas de confecção espalhadas por Caruaru conta com a participação de toda a família, como alerta a profissional:

Alguns adolescentes até gostam de vir para as atividades, mas acabam saindo para ir trabalhar no fabrico com a família. A gente vê que às vezes os próprios pais incentivam a não vir, para ficar ajudando eles a tirar o pelo de uma calça, lavar alguma outra peça. Aí, com essa influência da família, ele sai... daqui e da escola (Técnica 7).

A percepção ilustrada revela que, além do afastamento dos jovens das atividades dos equipamentos, há uma condição de presente negligência por parte da família em relação ao desenvolvimento de seus filhos e filhas. Essa negligência se manifesta na violação dos direitos sociais e individuais dos jovens, uma vez que eles são privados do acesso a serviços que existem para garantir sua proteção e formação.

Outro ponto destacado pela profissional é que as famílias costumam buscar incluir os filhos nas atividades do CRAS apenas quando enfrentam a ameaça de perda do benefício do Programa Bolsa Família: “As famílias não se importam e nem procuram saber sobre as atividades oferecidas no CRAS. No entanto, quando há um bloqueio ou algum problema com o benefício, elas rapidamente vão atrás e querem incluir os filhos nos serviços” (Técnica 7).

A fala da profissional evidencia uma reprodução preocupante de estigmas e preconceitos associados aos beneficiários do Programa Bolsa Família, que são injustamente rotulados como desinteressados ou oportunistas. Essa percepção distorcida pode levar a um tratamento discriminatório por parte dos profissionais e a

uma compreensão inadequada da realidade enfrentada por essas famílias.

Além disso, mesmo que considerássemos verdadeira a situação em que as famílias buscam acessar outros serviços do sistema de proteção social básica apenas quando ameaçadas de perder o benefício, esse fato ressalta uma preocupante falta de autonomia e acesso à informação por parte delas. Isso evidencia ainda mais a desconexão entre a percepção de profissionais que compõem a Proteção Social Básica de Caruaru e as diversas dimensões da vida que influenciam aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social na realidade pesquisada.

As entrevistas também nos revelam questões que vão além da seara que envolvem questões familiares. Outra categoria presente nos resultados desta pesquisa se refere aos vários sentidos que determinam que as atividades hoje orientadas são desinteressantes aos jovens. Nessa subcategoria, foram demarcadas falas que já surgiram ao longo das discussões devido à sua interrelação com outros temas.

Dessa forma, alguns aspectos determinantes para o desinteresse dos jovens estão relacionados a questões como: a falta de materiais didáticos e insumos para o desenvolvimento das atividades, a estrutura precária das unidades, a ausência de formação específica para o trabalho com os jovens, o maior interesse dos jovens pelo mercado de trabalho — especialmente nas áreas relacionadas à confecção —, o desenvolvimento de atividades que estão mais alinhadas aos interesses das crianças, e a preferência por novas tecnologias. Esses fatores compõem algumas das nuances que ilustram essa condição.

Outro desafio apresentado pelas equipes para o trabalho socioassistencial com as juventudes se refere à relação da Proteção Social Básica com a educação. Alguns dos profissionais citam que desde que se iniciaram as expansões de escolas de tempo integral na cidade e ações governamentais como o Mais Educação, houve uma evasão dos adolescentes dos serviços assistenciais. Além disso, a educação também é citada como um setor que pouco colabora no desenvolvimento das ações desenvolvidas pelas equipes de PSB em Caruaru.

À frente dessas condições, retomamos a discussão para a necessidade de fortalecer ações intersetoriais colaborativas, no sentido de compreender as reais necessidades dos jovens que vivem em condição de vulnerabilidade social no território

e tecer redes integradas voltadas para a proteção social, como dispõe Inojosa (2001), ao abordar as dimensões para a efetivação do trabalho intersetorial.

Diante da complexa dinâmica observada, é evidente que a atuação socioassistencial com as juventudes nos territórios investigados enfrenta diversos desafios. Os temas abordados revelam a ausência de uma única motivação que conduza a uma solução simples para essa condição. Assim sendo, é imperativo que consideremos novas abordagens para explorar o trabalho socioassistencial com os jovens das periferias de Caruaru, em um contexto no qual os obstáculos encontrados dificultam a implementação eficaz dessas intervenções, privando aqueles mais necessitados das condições adequadas para seu desenvolvimento.

Pensando sobre essa condição, acreditamos que o fortalecimento das vias democráticas de discussões sobre o desenvolvimento da Política de Assistência Social, com uma maior participação das juventudes, de maneira a tornar evidente as demandas deflagradas seriam uma primeira estratégia determinante para a reorientação do trabalho socioassistencial com os jovens.

Sobre esse pensamento, concordamos com Yazbek (2018) que declara que não existe direito sem a sua verdadeira realização e a política social é um caminho fundamental para que esse sentido se torne fato concreto. Contudo, se a política atua de forma seletiva, ela não é democrática e passa a atuar não mais no sentido de garantir direitos e sim de controle e regulação daquelas pessoas que não detém o poder.

Temos, portanto, como necessidade urgente romper com práticas meramente assistencialistas nas quais as juventudes não participam da tomada de decisões e da construção de estratégias de intervenção frente aos seus próprios modos de viver. A ênfase na participação democrática das juventudes na formulação e implementação de políticas sociais é crucial para garantir que essas políticas atendam verdadeiramente às necessidades e aspirações dos jovens.

Ao fortalecer as vias democráticas de discussão e envolver as próprias juventudes nesse processo, cria-se não apenas um espaço para que elas expressem suas demandas, mas também para co-criar soluções mais eficazes e sustentáveis no campo da assistência social. Isso promove um senso de pertencimento e empoderamento entre os jovens, permitindo-lhes moldar ativamente as decisões

sobre seu próprio destino.

Portanto, a participação ativa das juventudes não é apenas uma atitude desejável, mas também uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma política social efetiva e justa, representando um passo fundamental em direção a uma abordagem mais inclusiva, democrática e eficaz no trabalho socioassistencial com as juventudes periféricas.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa, identificamos evidências que revelam desafios significativos enfrentados pelo trabalho socioassistencial em Caruaru. Observamos que as unidades de Proteção Social Básica (PSB) dos territórios do CRAS Salgado e CRAS Centenário enfrentam uma série de adversidades que atravessam tanto os profissionais que atuam nos serviços quanto as famílias, os jovens e todos os indivíduos atendidos diariamente por esses serviços.

Como dimensões macroestruturais que impactam esse trabalho, destacamos o cenário de disputas políticas e o acirramento de modelos econômicos controlados por elites que mantêm o domínio sobre as massas, em conformidade com o paradigma promovido pelo sistema capitalista global. Nessa realidade, estruturas de poder oscilam entre partidos políticos de direita e de esquerda, resultando em variações na prioridade dada ao combate às desigualdades sociais na realidade brasileira.

No cenário local, avaliamos que a gestão da prefeitura de Caruaru, posicionada no espectro político de centro-direita, tem demonstrado pouco comprometimento com uma agenda voltada para o fortalecimento das políticas sociais no âmbito municipal. Observamos que a dinâmica de desinvestimento no SUAS, tanto no aspecto material quanto simbólico, destinada ao funcionamento dos equipamentos de Proteção Social Básica da cidade, tem impactado negativamente a qualidade e a efetividade das ações socioassistenciais desenvolvidas no município.

Em meio ao desafio político em que está envolvida a assistência social em Caruaru, os profissionais responsáveis por sua execução enfrentam uma série de situações complexas que afetam diretamente seu trabalho com os jovens nos CRAS e nos Centros de Convivência pesquisados. Entre os principais desafios vivenciados, destacamos a escassez de recursos públicos, a precariedade das infraestruturas das unidades, a falta de formação adequada aos profissionais que atuam no setor, as dificuldades na articulação do trabalho intersetorial, a remuneração insuficiente e a instabilidade nos vínculos empregatícios.

Durante nossa pesquisa, percebemos que essa realidade torna ainda mais difícil a luta pelos direitos sociais das pessoas mais vulneráveis que vivem nos territórios atendidos pelos CRAS Salgado e Centenário. A escassez de recursos financeiros e a falta de estrutura adequadas nessas unidades afetam diretamente a

vida das famílias atendidas, comprometendo a promoção de condições mais dignas para todos, especialmente para os jovens.

Além dos desafios que atravessam diretamente a estrutura dos serviços do SUAS na rede local, a realidade vivida fora das instituições também desponta como uma questão crucial que influencia a trabalho socioassistencial junto aos jovens. Entre os aspectos relatados, destacamos o desinteresse dos jovens pelas unidades, suas dinâmicas comunitárias e familiares, a busca precoce pela inserção no mercado de trabalho e o uso crescente de novas tecnologias, que alteram a rotina e desejos das juventudes. Além disso, desafios como a representação da violência urbana e o consumo problemático de drogas, frequentemente associados às juventudes pobres, também impactam significativamente esse cenário.

Diante da realidade apresentada, surge o desafio de criar e fortalecer mecanismos que possam enfrentar as dificuldades impostas, visando derrubar as barreiras que separam os serviços socioassistenciais da vida cotidiana dos jovens das periferias de Caruaru. Para tanto, em um contexto de persistente desigualdade social, é essencial promover uma maior integração entre esses serviços e os modos de viver das juventudes pobres atendidas por esses serviços. Isso significa ampliar o acesso e o engajamento dos jovens em ações que buscam oferecer novos caminhos e sentidos para a sua relação junto à política de assistência social.

Como possíveis caminhos a serem seguidos, destacamos a necessidade de aumentar os investimentos na infraestrutura dos equipamentos e nos recursos disponíveis para as unidades, tornando esses espaços mais atrativos para os jovens. É essencial também capacitar e formar os profissionais da Proteção Social Básica - PSB, oferecendo apoio técnico para que possam atender adequadamente às demandas específicas dessa faixa etária. Além disso, acreditamos na potência em incentivar o protagonismo juvenil no planejamento, desenvolvimento e avaliação das políticas voltadas para as próprias juventudes, promovendo uma aproximação com suas expressões e modos de vida. Por fim, acreditamos que é preciso fortalecer espaços de discussão e conscientização sobre o SUAS, com o objetivo de potencializar o acesso dos jovens aos serviços, benefícios, programas e projetos que atendam às suas necessidades.

As estratégias mencionadas visam não apenas melhorar a efetividade das ações, mas também promover a inclusão e o empoderamento das juventudes,

permitindo que elas participem ativamente das decisões que impactam suas próprias vidas.

A partir das condições relatadas, também destacamos a necessidade de fortalecer ações intersetoriais e colaborativas para compreender e atender às reais necessidades dos jovens em situação de vulnerabilidade social. Isso requer não apenas a melhoria na oferta de serviços e recursos de outras políticas sociais, como educação, saúde, trabalho e segurança pública, mas também o desenvolvimento de estratégias que promovam a participação ativa dos jovens nesses espaços, respeitando suas escolhas e prioridades. Hoje, esse tipo de ação, quando ocorre em alguma das políticas públicas do município, acontece de forma fragilizada e desarticulada com a rede de serviços ofertados às juventudes.

Diante do que foi abordado ao longo das entrevistas e das possibilidades de atuação frente a essa temática, concordamos com Cordeiro (2008), que destaca sobre a importância de romper com a homogeneização ao falar sobre juventudes, reconhecendo-as como um grupo diverso e multifacetado. Debater e dialogar sobre as juventudes nos espaços de atuação da PSB nos permite desafiar as narrativas que as reduzem a um mero problema social, intimamente associado à violência urbana e ao consumo de drogas. A adoção dessa compreensão busca superar a percepção dos jovens como sujeitos que precisam ser controlados e adestrados para se inserirem na sociedade, promovendo, em vez disso, um reconhecimento de suas potencialidades e a construção de espaços inclusivos e respeitosos que valorizem suas vozes, experiências e visões de mundo.

A partir das possibilidades de atuação aqui elencadas, acreditamos que o fortalecimento do trabalho com as juventudes das periferias de Caruaru requer um esforço conjunto formado por múltiplas mãos. Esse trabalho não deve se limitar apenas à melhoria do atendimento socioassistencial oferecido na Proteção Social Básica, mas também à criação de condições de vida mais dignas para essas juventudes e para suas famílias.

Frente a essa compreensão, acreditamos que as discussões apresentadas neste trabalho representam apenas um primeiro passo na reflexão sobre a atual realidade do SUAS. Para avançar nesse debate, consideramos fundamental a realização de novas pesquisas que ampliem essa discussão, integrando as perspectivas de outros atores, como gestores, os próprios jovens e suas famílias. A partir dessa estratégia, acreditamos que essa abordagem colaborativa permitirá o

desenvolvimento de ações mais eficazes, que levem em conta a complexidade e as múltiplas dimensões da vida que atravessam as juventudes periféricas, assegurando que suas realidades e demandas sejam efetivamente consideradas.

Nesse contexto, é essencial atuar no campo da pesquisa e da escuta atenta de todos os atores envolvidos nessa dinâmica para que possamos construir uma política pública eficaz, capaz de atender à realidade que se desenha além das regulamentações legais e das relações verticalizadas que atualmente predominam no trabalho socioassistencial da Proteção Social Básica em Caruaru.

Diante dessa realidade, as reflexões trazidas neste estudo incentivam uma análise crítica das múltiplas dimensões que atravessam o trabalho com as juventudes no contexto da Proteção Social Básica em Caruaru, desafios que também podem ecoar em outras regiões com contextos sociais e políticos semelhantes. A partir disso, esperamos que esta pesquisa possa contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento de novas estratégias e práticas mais alinhadas à realidade das juventudes periféricas brasileiras, que, mesmo enfrentando uma persistente desigualdade social, vivem e resistem em um cenário de mudanças rápidas e complexas. Assim, este trabalho busca fortalecer o compromisso com políticas que realmente respondam aos desejos, necessidades e potencialidades dos jovens, promovendo uma atuação socioassistencial mais sensível, inclusiva e transformadora.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 05-06, p. 25-36, dez. 1997 . Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24781997000200004&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781997000200004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 12 maio 2023.
- ALBUQUERQUE, Flávia. **Pesquisa mostra 5,2 milhões de jovens entre 14 e 24 anos sem emprego**. Agência Brasil. Brasília: 26 de maio de 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/pesquisa-mostra-52-milhoes-de-jovens-entre-14-e-24-anos-sem-emprego#:~:text=Pesquisa%20mostra%205%2C2%20milh%C3%B5es,anos%20sem%20emprego%20%7C%20Ag%C3%Aancia%20Brasil>. Acesso em 28 jun. de 2023.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo : Editora Pólen, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BARÃO, M. et al. **Vozes das Juventudes**. Atlas das Juventudes e TALK, Abril, 2021. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/> Acesso em: 20 jan. 2024
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Edições 70, 2015.
- BARROS, Betina Warmling; CARVALHO, Thais. **O sistema socioeducativo entre a queda do número de internações e a ameaça das Parcerias Público-Privadas**. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, p.328-333, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em 20 set. 2023
- BENTO, Cida. **O Pacto da Branquetude**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; LIMA, Rita de Lourdes De. **Marxismo, política social e direitos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, p. 39-72, 2018.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 9ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdade: Limites da Democracia no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora Biotempo, 2023.
- BOFF, Leonardo. **A Águia e a Galinha: Uma Metáfora da Condição Humana**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Nóbilis, 2017.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social** (LOAS). Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/direitosHumanosnoBrasil/loasleiorganicadaassistenciasocial.html>. Acesso em 8 fev. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Marco legal**: saúde, um direito de adolescentes. Editora do Ministério da Saúde. Brasília: 2007.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Censo SUAS 2010**: CRAS, CREAS, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal, Conselho Estadual, Entidades Beneficentes. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB/RH-SUAS**. Brasília, DF: 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2012. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/nob\\_suas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf) Acesso em 12 out. de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Proteção de Assistência Social**: Segurança de Acesso a Serviços e Benefícios de Qualidade. CapacitaSUAS. Caderno 2. 1 ed. Brasília: 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão 2014, Brasília, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 fev. 2023

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Orientações**: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Painel de Indicadores do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero**. Brasília: DF. 2018. Disponível em:

<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/painel-de-indicadores-2/enfrentamento-de-todas-as-formas-de-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC. **Consulta, Seleção, Extração de Informações do Cadastro Único-CECAD 2.0**, 2021. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/sobre.php> Acesso em: 20 dez. 2023

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **MDS já repassou R\$1,4 bilhão em 2023 para fortalecer o SUAS em estados e municípios**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-ja-repassou-r-1-4-bilhao-em-2023-para-fortalecer-o-suas-em-estados-e-municipios>. Acesso em: 29 set. 2023

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente. **SINASE: Levantamento Anual**. Brasília: DF. 2023.

BRAZ, Marcelo. Democracia, Desigualdades e Políticas Públicas: Brasil e Europa. *In*: TEIXEIRA, Solange Maria; JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. (Org.) **Democracia, Desigualdades e Políticas Públicas no Capitalismo Contemporâneo**. Teresina: Editora EDUFPI. p. 59-72, 2021.

BRUM, Argemiro Jacob. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 29ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

CAMPELLO, Tereza; MELLO, Janine. O Processo de Formulação e Os Desafios do Plano Brasil Sem Miséria: Por Um País Rico e Com Oportunidades Para Todos. *In*: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da (Orgs.). **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

CARVALHO, Salo. O Encarceramento Seletivo da Juventude Negra Brasileira: A Decisiva Contribuição do Poder Judiciário. **Rev. Faculdade de Direito**. UFMG, Belo Horizonte, n. 67, p. 623 - 652. 2015 Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/issue/view/105>. Acesso em: 25 de mar. de 2023

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luis Eduardo; PAUGAM, Sérgio. **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: Editora Educ, 2013.

CELLARD, Ana. **Análise documental**. São Paulo: Ática, 2010.

COGNATIS. **Norte e Nordeste Concentram os Municípios com Menor IDH do País**. 2022. Disponível em: <https://cognatis.com.br/norte-e-nordeste-concentram-os-municipios-com-menor-idh-do-pais/> Acesso em: 10 fev. 2024.

CORDEIRO, Denise Maria Antunes. **Juventudes nas Sombras: Escola, Trabalho e Moradia em Territórios de Precariedades**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) -

Universidade Federal Fluminense, 2008. Disponível em:  
<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/sejurn/DOC/DOC00000000078855.PDF> Acesso em 10 fev. 2023

CORTÊS, Lúcia da Costa. A Assistência Social, Previdência e Transferência de Renda em Tempos de Ajustes Fiscais - de Temer a Bolsonaro. *In: Brasil: Incertezas e Submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 271 – 291, 2019.

COSTA, Ana Paula Motta. Juvenicídio: a expressão da Necropolítica na morte de jovens no Brasil. **Rev. Direito e Práxis**. v. 12 (4). Outubro-Dezembro, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/Wg85rjtWsXwQkZyS49cXqnL/> Acesso em: 15 jun. 2023

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). **Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, 2021.

CRUZ, Danielle Maia. Enfoques contra-hegemônicos e pesquisa qualitativa: desafios da avaliação em profundidade em políticas públicas. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v.1. p.160–173, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49615> Acesso em 10 ago. 2023

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: Apresentando a Pesquisa, Problematizando a Política Social. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, Número especial. p. 453 - 460. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321131651049.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023

DRAIBE, Sônia. A Política Social no Governo FHC e o Sistema de Proteção Social. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 15, n.2. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/GBKWMqJqgmbVQXMyYVGpQNh/>. Acesso em 8 set. 2023

FAGNANI, Eduardo. Políticas Sociais e Pactos Conservadores no Brasil: 1964/92. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v.8, p.183-218, 1997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643175>. Acesso em 9 ago. 2023

FERNANDES, Tassiana Algarte; BERETTA, Regina Celia de Souza. SAÚDE MENTAL E TRABALHO: a realidade dos trabalhadores do SUAS: SALUD MENTAL Y TRABAJO: la realidad de sus trabajadores. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 7, n. 2, p. 181–194, 2021. DOI: 10.22289/2446-922X.V7N2A12. Disponível em: <https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/763>. Acesso em: 27 jun. 2023.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. A Trajetória Histórica da Assistência Social no Brasil no Contexto das Políticas Sociais. *In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). Política de Assistência Social e Temas Correlatos*. Campinas: Editora Papel Social, 2016.

FRANÇA, Amanda Olga Simões; GUTERRES, Erica Natasha. Assistência Social e COVID-19: Considerações Sobre a Atuação Profissional no CRAS Durante a Pandemia. *In*: SIMPÓSIO DA UFF DE POLÍTICA SOCIAL. 1, **Anais eletrônicos**. p. 99 – 106, 2020. Disponível em: [:http://politicassocial.uff.br/wpcontent/uploads/sites/124/2021/04/ebook-Anais-do1%C2%BA-Simp%C3%B3sio-UFF-de-Pol%C3%ADtica-Social.pdf#page=99](http://politicassocial.uff.br/wpcontent/uploads/sites/124/2021/04/ebook-Anais-do1%C2%BA-Simp%C3%B3sio-UFF-de-Pol%C3%ADtica-Social.pdf#page=99). Acesso em: 01 mai. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GATTI, Bernardete Angelina. Grupo Focal: Fundamentos, Perspectivas e Procedimentos. *In*: RICHARDSON, Roberto J (Org.). **Metodologias Qualitativas: teoria e prática**. Curitiba: Ed. CRV, p. 231 – 258, 2015.

GONÇALVES, Luiz Antônio Araújo. **A Metamorfose da Feira Nordestina: A Inserção da Confeção Popular**. São Paulo: Editora Blucher, 2019.

GONÇALVES, Marllon Carceres; GONÇALVES, Josiane Peres. Gênero, Identidade de Gênero e Sexualidade: Conceitos e Determinações de um Contexto Social. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 14(1), 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2021.v14.n1.a600>. Acesso em: 30 mar. 2024.

GRAFF, Greice; STREY, Marlene Neves; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Concepções de Gênero e Profissionais do Centro de Referência de Assistência Social. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 26, p. e47036, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/nDc6xf7SZh8j6tNTcLPMxdz/>. Acesso em 01 mai. 2024.

GUIMARAES, Nadya Araujo; BRITO, Murillo Marschner Alves de; COMIN, Alvaro Augusto. Trajetórias e Transições Entre Jovens Brasileiros: Pode a Expansão Eludir as Desigualdades? **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, v. 39 (3), p. 475-498, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/cZtJm4FXwFjq4Wfk4JsQkhN/>. Acesso em 9 set. 2023

GUSSI, Alcides Fernando. Apontamentos teóricos e metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **Revista Avaliação de Políticas Públicas - AVAL**, Fortaleza, vol.1, n.1, jan-jun, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22513>. Acesso em: 14 set. 2023.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Editora Civilização Brasileira. São Paulo: 1992.

**IBGE**. Banco de Tabelas Estatísticas. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm> Acesso em: 19 ago. 2023.

**IBGE**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNAD: Microdados - Educação. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/2044-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios> Acesso em: 19 mar. 2024.

INÁCIO, Magna. O Papel e o Desafio da Presidência no Novo Governo. **Nexo Jornal**: Série Nexo Políticas Públicas. 30 mar. 2023. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2023/O-papel-e-os-desafios-da-presid%C3%A2ncia-no-novo-governo> Acesso em: 15 set. 2023

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em Políticas e Serviços Públicos: Desenvolvimento Social com Intersectorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo, PUC/SP, n. 22, p. 102-110, 2001. Disponível em: [http://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia\\_politicas\\_servicos\\_publicos.pdf](http://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf). Acesso em: 06 de abril de 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência**: Retrato dos Municípios Brasileiros 2023. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/277/atlas-2023-violencia-contra-a-juventude> Acesso em: 04 fev. 2024

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes Desigualdades Raciais e Resistências Negras no Brasil Contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p. 463-479, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.154>. Acesso em 05 abr. 2024.

MARIANO, CYNARA MONTEIRO. Emenda Constitucional 95/2016 e o Teto Dos Gastos Públicos: Brasil de Volta ao Estado de Exceção Econômico e ao Capitalismo do Desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 4, n. 1. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/wJb3fZFMmZh65KfmrCwKDrp/?format=html&stop=next>. Acesso em 20 fev. 2023

MELO, Maria Luisa de. Primeira vítima do RJ era Doméstica e Pegou Coronavírus da Patroa no Leblon. **Universo Online - UOL**, 19 mar. 2020. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/awMP2> Acesso em: 10/03/2024

MENDOSA, Denis. **Gênese da Política de Assistência Social do Governo Lula**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) da Universidade de São Paulo. 2012. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/8447/0965cf98707215d49096839b8b636dcd4e59.pdf> Acesso em 30 mar. 2023

MINAYO, Maria Cecília S. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 9 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2014.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Juventude, Medo e violência. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Curitiba, 2021. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/referencias/juventude-medo-e-violencia>. Acesso em: 10 jan. 2021.

NOVAES, Marcos Bidart; GIL, Antônio Carlos. A Pesquisa-ação Participante Como Estratégia Metodológica Para o Estudo do Empreendedorismo Social em Administração de Empresas. **Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v.10, n. 1,

JAN/FEV, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ram/a/dwqhBYxbFvRww85Ypw5tkbr/?lang=pt&format=html>. Acesso em 10 abr. 2023

OLIVEIRA, José Antônio Puppim. Desafios do Planejamento em Políticas Públicas: Diferentes Visões e Práticas. **Revista de Administração Pública**, V. 40(2), p. 273-287. São Paulo. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000200006> Acesso em: 28 abr. 2024

OLIVEIRA, Roberta Goulding et. al. Desigualdades sociais e espacialidades da Covid-19 em regiões metropolitanas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 35, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00150120>. Acesso em 17 abr. 2024.

PAPI, Luciana Pazini; ROSA, Taciana Barcellos; HAMERSKI, Bruna. O Planejamento Como Ferramenta Estratégica Para a Implementação de Políticas Públicas: Os Casos da Saúde e Assistência Social em Porto Alegre. **Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Políticas Públicas: Democracia e Direitos: Dimensões das Políticas Públicas e Sociais**. Anais do 2º ENEPCP: v. 2, n. 2, Brasília, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/187331/001081744.pdf?sequence=1> . Acesso em: 29 abr. 2024.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fábio; GOSTKORZEWICZ, Joana. O Desempenho Macroeconômico do Brasil nos Anos 90. *In*: GIAMBIAGI, Fábio, GOSTKORZEWICZ, Joana; PINHEIRO, Armando Castelar. **A Economia Brasileira nos Anos 90**. Ed. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, pp. 11-42. 1999.

PINHEIRO JÚNIOR, Fernando Antônio França Sette. A Evolução das Políticas Sociais no Brasil: O Período de 1930 a 2010. *In*: 20º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA PUC MINAS, 2012, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**. Editora PUC Minas. Belo Horizonte. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/a-evolucao-da-s-politicas-sociais-no-brasil.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

PEREIRA, Potyara; PEREIRA, Camila Potyara. Desigualdades Persistentes e Violações Sociais Ampliadas. **Revista SER Social**, Brasília, v. 16, n. 34, p. 13-29, jan.-jun. 2014. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/22641>. Acesso em: 10 out. 2023.

PORTELA, Cristiane de Assis Portela. Gênero, etnicidade e suas interseccionalidades: narrativas Kura-Bakairi na Universidade de Brasília IN STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%A2ncias-interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.

RAICHELIS, Raquel. O Trabalho e os Trabalhadores do SUAS: O Enfrentamento Necessário na Assistência Social. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social

e combate à Fome. **Gestão do Trabalho no SUAS**: Uma Contribuição Necessária. Brasília: Secretaria de Nacional de Assistência Social, 2011.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : Relatório Final. **Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar - PENSSAN**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 30 abr. 2023

RIBEIRO, Eliane; MACEDO, Severine. Notas Sobre Políticas Públicas de Juventude no Brasil: Conquistas e Desafios. **Revista Ciências Sociais**. Montevideo, URG, v. 31, nº 32, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S0797-55382018000100107&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S0797-55382018000100107&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 20 nov. 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. 4ª ed. Editora Atlas, São Paulo: 2017.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas Para uma Avaliação em Profundidade de Políticas Públicas Sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas – AVAL**. Fortaleza, v.1, n.1, p. 7- 15, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22510>. Acesso em: 20 dez. 2023

RODRIGUES, Lea Carvalho. Análises de Conteúdo e Trajetórias Institucionais na Avaliação de Políticas Públicas Sociais: Perspectivas, Limites e Desafios. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais: CAOS**. Fortaleza, n. 16, p. 55 - 73, Março. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32454>. Acesso em: 18 abr. 2023

RODRIGUES, Lea Carvalho. Método Experiencial e Avaliação em Profundidade: Novas Perspectivas em Políticas Públicas. **Revista Desenvolvimento em Debate**. Fortaleza, v.4, n.1, p.103-115, 2016. Disponível em: [https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd\\_v\\_4\\_1\\_Lea-Carvalho.pdf](https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd_v_4_1_Lea-Carvalho.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023

RODRIGUES, Lea Carvalho. Avaliação em Profundidade e Ecologia Política: Um Diálogo Possível. **Revista Avaliação de Políticas Públicas – AVAL**. Fortaleza, v.2, n. 16, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49874/1/2019\\_art\\_lcrodrigues.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49874/1/2019_art_lcrodrigues.pdf). Acesso em: 12 mai. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**: Mito e Realidade. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SCHIAFFARINO, Júlia. Gestão Bolsonaro cortou em mais de 70% de Repasses para Assistência Social. **Universo Online - UOL**. 07 jan. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/gestao-bolsonaro-cortou-em-mais-de-70-repassesparaassistenciasocial/#:~:text=Base%20da%20pol%C3%ADtica%20de%20assist%C3%A2ncia,%24910%20milh%C3%B5es%20no%20ano%20passado>. Acesso em: 19 set. 2023

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. A Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Processo de Construção e Desmonte. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, 16, 2018, Vitória: **Anais Eletrônicos**. Vitória, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22060>. Acesso em: 15 mai. 2023.

SILVA, Regina Celly Clemente. **O Programa Mulheres Mil**: Uma Avaliação no IFPE - Campus Caruaru. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2020. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10722000](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10722000) Acesso em: 19 jul. 2023

SIMONI JUNIOR, Sérgio. Assistência Social no Lula 3: Retomada ou Avanço? **Nexo Jornal**: Série Nexo Políticas Públicas. 28 dez. 2023. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2023/Assist%C3%A7%C3%A3o-social-no-Lula-3-retomada-ou-avan%C3%A7o> Acesso em: 29 dez. 2023

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; PAIVA, Luis Henrique; SOARES, Sergei. **Os Efeitos do Programa Bolsa Família Sobre a Pobreza e a Desigualdade**: Um Balanço Dos Primeiros Quinze Anos. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- IPEA. Brasília: Rio de Janeiro: 2019.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**: Da Escravidão a Bolsonaro. 1ª ed. São Paulo: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira**: Quem é e Como Vive. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2022.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. A Indissociabilidade Entre Racismo e Superexploração da Força de Trabalho no Capitalismo Dependente. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 146(1), p. 16-35, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4XC6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/>. Acesso em: 10 jul. 2023

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia: Com novo pós-escrito. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão Social Abaixo da Linha do Equador *In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo; SPOSATI, Aldaíza; KOWARICK, Lúcio. (Ed.). Por uma sociologia da exclusão social*: O debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, p. 126-138. 1999.

TABOSA Júnior, João Batista. **Informalidade**: Aspectos Positivos e Negativos da Economia de Caruaru. 2013. TCC (Monografia em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/41523/1/TABOSA%20J%20c%20a%20Batista.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023

TAKEITI, BA. Juventude(s), Modos de Subjetivação e Violência: Um Diálogo Com Aportes de Michel Foucault. *In*: SPINK, Mary Jane; FIGUEIREDO, Pedro; BRASILINO, Jullyane (orgs). **Psicologia social e Personalidade**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, p. 59-75. 2021.

THEODORO, Mário et al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/SergeiSoares/publication/330401587\\_A\\_Demografia\\_da\\_Cor\\_A\\_Composicao\\_da\\_Populacao\\_Brasileira/links/5c3e676592851c22a3785b01/A-Demografia-da-Cor-A-Composicao-da-Populacao-Brasileira.pdf](https://www.researchgate.net/profile/SergeiSoares/publication/330401587_A_Demografia_da_Cor_A_Composicao_da_Populacao_Brasileira/links/5c3e676592851c22a3785b01/A-Demografia-da-Cor-A-Composicao-da-Populacao-Brasileira.pdf). Acesso em: 03 abr. 2024.

TORRES, Liliana Vanessa Pininga; LIMA, Jose Rodolfo Tenorio; BRENDA, Roselene de Lima. Pandemia e desigualdade social: Centro de Referência da Assistência Social e o enfrentamento à Covid-19 em Arapiraca/Alagoas. **P2P E INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 1, p. 161–183, 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5430>. Acesso em: 3 jul. 2023.

UNICEF BRASIL. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. **UNICEF**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 31 jul. 2022.

VAZ, Lafaete. Feira de Caruaru Resiste a Mudanças, 'Invasão Chinesa' e Crise Econômica. **Portal G1**. São Paulo, 18 mai. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2016/05/feira-de-caruaru-resiste-mudancas-invasao-chinesa-e-crise-economica.html> Acesso em: 15/05/2023

YAZBEK, Maria Carmelita. A Política Social Brasileira nos anos 90: A Refilantropização da Questão Social. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 164, jul-ago, p. 37-51, 1995. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/Record/2334> Acesso em: 20 abr. 2023

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL BÁSICO DOS  
PROFISSIONAIS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Nome\_Idade: \_\_\_\_\_

Gênero: \_\_\_\_\_

Cor/Raça: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Vínculo empregatício no trabalho do em sua instituição:

\_\_\_\_\_

Em caso de ter ensino superior completo, qual sua formação profissional? \_\_\_\_\_

Tempo de atuação no SUAS no âmbito da Política de Assistência Social:

CRAS onde atuou e atua como profissional? \_\_\_\_\_

Em sua instituição, qual seu tempo de atuação?

Remuneração atual no exercício do trabalho em sua instituição: \_\_\_\_\_

Tem outro vínculo profissional: ( ) Sim ( ) Não

Em caso positivo, quais outros vínculos possui?

\_\_\_\_\_

Nos últimos 12 meses, teve formações voltadas para o trabalho no SUAS?

( ) Sim ( ) Não

Em caso positivo, quais formações foram realizadas?

\_\_\_\_\_

Principais atividades desenvolvidas em sua instituição:

No exercício do trabalho socioassistencial nesta unidade, desenvolveu atividades com jovens?

Em caso positivo, quais?

Nos últimos 12 meses, você teve formações específicas voltadas para o trabalho com as juventudes? (     ) Sim (     ) Não

Em caso positivo, quais formações foram realizadas?

---

**APÊNDICE B – QUESTÕES NORTEADORAS DOS GRUPOS FOCAIS COM  
PROFISSIONAIS QUE INTEGRAM A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
(PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR E PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO).**

1 - Como se desenvolve o trabalho socioassistencial em sua instituição? (Principais programas/projetos/serviços desenvolvidos e públicos trabalhados).

2 - No trabalho desenvolvido em sua instituição, existem programas/projetos/serviços voltados para os jovens? O que se pretende com esse trabalho com as juventudes?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM  
PROFISSIONAIS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Como foi a sua chegada para trabalhar neste serviço? Já tinha experiências anteriores no SUAS?

Qual seu tempo de trabalho e vínculo empregatício com esta unidade?

Como vê o seu trabalho profissional nesse espaço?

Sua unidade desenvolve atuação com as juventudes? Em caso positivo, quais programas/projetos/serviços são oferecidos aos jovens nesse espaço? Em caso negativo, por que este serviço não desenvolve trabalho com os jovens?

No seu trabalho, você atua especificamente com as juventudes?

Em caso positivo, quais trabalhos você desenvolve com os jovens? Em caso negativo, você acha necessário desenvolver trabalho com os jovens?

Como você percebe a questão das juventudes nos dias atuais? Como profissional, como você analisa as juventudes neste mundo em que vivemos? Que demandas os jovens de Caruaru precisam ser trabalhadas?

Em seu modo de ver, quais os principais desafios para um trabalho profissional com o público jovem?

De que forma a Política de Assistência Social contempla o trabalho com as juventudes?

As atividades com as juventudes são incentivadas pela gestão desta política? O que motiva essa atitude? Considerando os trabalhos com as juventudes nesta unidade, como os jovens percebem esses trabalhos?

No seu olhar como profissional, como o seu equipamento pode contribuir com os jovens que vivem no território deste CRAS?

## APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Título da pesquisa: Juventudes e a Política de Assistência Social em um Município de Grande Porte do Estado de Pernambuco: Uma Avaliação do Trabalho Socioassistencial na Proteção Social Básica;

Nome do pesquisador: Célio Chaves Eduardo Filho

Endereço: Avenida Marcionilo Francisco da Silva, 722 – Bloco B, Apartamento 201  
Telefone: (81) 9.8102.2450

**POR QUE VOCÊ ESTÁ SENDO CONVIDADO A PARTICIPAR?**

Prezado (a) participante,

Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa, desenvolvida por Célio Chaves Eduardo Filho, mestrando em Avaliação de Políticas Públicas, na Universidade Federal do Ceará, que irá avaliar o trabalho desenvolvido por equipes de Proteção Social Básica, integrantes do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, voltado para a garantia de direitos sociais junto aos jovens em situação de vulnerabilidade e risco social no município de Caruaru - PE

O convite para a sua participação se deve ao seu envolvimento com a região estudada e por você estar dentro do perfil estipulado para participação na pesquisa.

**COMO SERÁ A MINHA PARTICIPAÇÃO?**

Ao participar desta pesquisa você poderá contar sobre seu trabalho com as juventudes e responder algumas perguntas sobre o tema, caso se sinta à vontade. Caso você autorize, a entrevista será gravada e transcrita. Após esta etapa, um estudo será feito relacionando aspectos teóricos com aquilo que foi contado por você.

Lembramos que a sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia e liberdade para decidir se quer ou não participar. Você pode desistir da sua participação a qualquer momento, mesmo após ter iniciado a(s) entrevista(s), sem nenhum prejuízo para você. Não haverá nenhuma penalização caso você decida não consentir a sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

#### QUEM SABERÁ SE EU DECIDIR PARTICIPAR?

Somente o pesquisador responsável e sua equipe saberá que você está participando desta pesquisa. Ninguém mais saberá da sua participação. Entretanto, caso você deseje que o seu nome / seu rosto / sua voz ou o nome da sua instituição conste do trabalho final, nós respeitaremos sua decisão. Basta que você marque ao final deste termo a sua opção.

#### GARANTIA DA CONFIDENCIALIDADE E PRIVACIDADE.

Todos os dados e informações que você nos fornecer serão guardados de forma sigilosa. Garantimos a confidencialidade e a privacidade dos seus dados e das suas informações. Tudo que o(a) Sr.(a) nos fornecer ou for obtido através das entrevistas serão utilizadas(os) somente para esta pesquisa.

As entrevistas serão gravadas somente com a sua autorização. Porém ressaltamos que as gravações são muito importantes para que as análises e articulações teóricas possam ser feitas posteriormente. O material será guardado de forma sigilosa e será

usado apenas para a pesquisa. O material da pesquisa com os seus dados e informações será armazenado em local seguro e guardados em arquivo, por pelo menos 5 anos após o término da pesquisa. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

Ressaltamos que neste trabalho não temos a intenção de publicizar a sua imagem ou a sua voz, portanto as gravações vão ser utilizadas apenas para transcrição e análise dos dados.

#### EXISTE ALGUM RISCO SE EU PARTICIPAR?

Esta pesquisa apresenta um risco pequeno para você , que será reduzido através da utilização correta da técnica de entrevista e compromisso ético do pesquisador. O(s) procedimento(s) utilizado(s) na pesquisa poderá(ão) trazer algum desconforto como, no momento da narrativa, ao contar suas recordações, pode despertar emoções diversas ou gerar um certo cansaço. Caso algum desconforto aconteça, o pesquisador está apto a lhe dar suporte no momento e, em caso de cansaço, a entrevista poderá ser suspensa e retomada em outro momento.

#### EXISTE ALGUM BENEFÍCIO SE EU PARTICIPAR?

Os benefícios esperados com a pesquisa são no sentido de, através da entrevista narrativa, você poder refletir o trabalho desenvolvido com as juventudes na Proteção Social Básica. Além disso, é uma oportunidade de contribuir com a ciência através da sua própria experiência de vida e sua percepção sobre as políticas públicas para a cidade.

#### FORMAS DE ASSISTÊNCIA E RESSARCIMENTO DAS DESPESAS.

Se você necessitar de alguma orientação ou atendimento em decorrência da participação na entrevista, como resultado desta pesquisa, o pesquisador responsável se responsabiliza por prestar o(s) atendimento(s) necessário(s). A participação na pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro para você, assim como não resultará em nenhum tipo de benefício financeiro.

## ESCLARECIMENTOS

Se você tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados a mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador: Célio Chaves Eduardo Filho

Endereço: Avenida Marcionilo Francisco da Silva, 722 – Bloco B, Apartamento 201

Telefone: (81) 9.8102.2450

Se você desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará - UFC. O Comitê de Ética tem como finalidade defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará -  
CEP/UFC/PROPESQ

Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo - Fortaleza - CE Email:  
comepe@ufc.br

Telefone: +55 (85) 3366-8346 (segunda à sexta-feira) de 08h às 12h.

## CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO.

Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar da pesquisa deve preencher e assinar este documento que será elaborado em duas vias; uma via deste Termo ficará com o(a) Senhor(a) e a outra ficará com o pesquisador. O participante de pesquisa ou seu representante legal, quando for o caso, deve rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, apondo a sua assinatura na última página do referido Termo. O pesquisador responsável deve, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, apontando sua assinatura na última página do referido Termo.

## USO DE VOZ E/OU IMAGEM

Caso o(a) Senhor(a) deseje que seu nome, seu rosto, sua voz ou o nome da sua instituição apareça nos resultados da pesquisa, sem serem anonimizados, marque um dos itens abaixo.

\_\_\_\_\_ Eu desejo que o meu nome conste do trabalho final.

\_\_\_\_\_ Eu desejo que o meu rosto/face conste do trabalho final.

\_\_\_\_\_ Eu desejo que a minha voz conste do trabalho final.

\_\_\_\_\_ Eu desejo que o nome da minha instituição conste do trabalho final.

## CONSENTIMENTO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade \_\_\_\_, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores. Ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Fortaleza-CE., \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

Assinatura do participante ou Representante Legal

---

Assinatura do Pesquisador

---

Impressão dactiloscópica